



**Dossiê Temático: África: memória e projeções de desenvolvimento - Apresentação ..... 2**

*Thematic Dossier: África: memory and development projections – introduction*

*Dossier temático: África: memoria y proyecciones de desarrollo - Presentación*

Rodrigo Corrêa Teixeira

**Renascimento africano no século XXI? Desafios pós-coloniais e as reflexões sobre a África nas Relações Internacionais ..... 7**

*African renaissance in the 21st century? Post-colonial challenges and reflections on Africa in International Relations*

*¿Renacimiento africano en el siglo xxi? Desafíos post-coloniales y reflexiones sobre África en las Relaciones Internacionales*

Joyce Amâncio de Aquino Alves

**Choque cultural e identidade dos filhos da diáspora: “An African City” e o modelo ocidental de sociedade ..... 15**

*Cultural shock and identity of the diaspora’s sons and daughters: ‘An African City’ and the Western model of society*

*Choque cultural e identidad de los niños de la diáspora: “An African City” y el modelo occidental de sociedad*

Fabiana Kent Paiva

**Libertação Nacional e Construção de uma Agenda Continental Africana: Kwame Nkrumah e a formação da Organização da Unidade Africana ..... 25**

*National Liberation and the Construction of an African Continental Agenda: the role of Kwame*

*Nkrumah in the formation of the Organization of African Unity*

*Liberación nacional y la construcción de una agenda continental africana: Kwame Nkrumah y la formación de la Organización de la Unidad Africana*

Analúcia Danilevicz Pereira

Camila Castro Kowalski

Carla Márcia Pagliarini

**A construção do Estado na África Independente e sua inserção no Sistema Internacional: uma introdução ..... 33**

*The construction of the state in Independent Africa and its insertion in the International System: an introduction*

*La construcción del Estado en África Independiente y su inserción en el Sistema Internacional: una introducción*

Camila Santos Andrade

**O Estado Africano, o conflito político na República Democrática do Congo e as suas projeções de desenvolvimento ..... 41**

*The African State, the political conflict in the Democratic Republic of the Congo and its development projections*

*El Estado africano, el conflicto político en la República Democrática del Congo y sus proyecciones de desarrollo*

Marina Nunes Bernardes

Nathália Pavam Maia

**Como a religião africana compreende a paz: uma proposta pós-colonial para a transformação social ..... 51**

*How African Religion understands peace: a post-colonial proposal for social transformation*

*Cómo la Religión Africana comprende la paz: una propuesta poscolonial para la transformación social*

Luan do Nascimento Silva

Fábio Régio Bento

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

**Política externa e participação social: Trajetórias e perspectivas ..... 64**

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha

# Dossiê Temático: África: memória e projeções de desenvolvimento - Apresentação

*Thematic Dossier: África: memory and development projections – introduction*

*Dossier temático: África: memoria y proyecciones de desarrollo - Presentación*

Rodrigo Corrêa Teixeira<sup>1</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p2

*Recebido em: 17 de novembro de 2019*

*Aceito em: 17 de novembro de 2019*

A escrita contemporânea da História Global da África pode ser compreendida, no sentido restrito, a partir da História outrora triunfante da antiga metrópole. No sentido mais amplo, agora o único a ser usado, deve-se enquadrar a África na História das sociedades colonizadas ou na História das colonizações (FERRO, 1996, 2004 e 2017).

A denominada “História Colonial”, atualmente, envolve de um matiz pejorativo – desenvolveu-se ao mesmo tempo que os Impérios, que exprime uma ótica claramente “eurocêntrica”. Os historiadores desse período tornaram-se, para os de hoje, mais fontes de referência, a ser desconstruída e ressignificada.

O objetivo principal consistia, ao mesmo tempo que se justificavam as conquistas, em estabelecer a filiação entre a tradução do grande comércio marítimo ocidental e a “valorização” imperial. O mais alto ponto dessa perspectiva foi atingido paralelamente ao processo de expansão colonial europeia - marcado pelo Primeiro Congresso Internacional de História Colonial, em Paris, em 1931 -, que res-

saltava as tendências cronológica e temática, permeadas por julgamentos morais dessa abordagem (MORETTIN, 2014).

Os primeiros historiadores da colonização foram, portanto, viajantes, na maior parte das vezes administradores cuja intimidade com os “nativos” incitou a tornar precisos seus conhecimentos sem deixar de participar de um quadro social e político de que eram representantes e os instrumentos. A história colonial foi assim obra dos militares, dos funcionários, públicos, dos missionários, até mesmo dos agentes econômicos (exploradores, comerciantes, homens de negócios) da época; entre eles, ela contou com Georges Hardy (1953), o grão-mestre do ensino colonial da História, trabalhou no *além-mar* (expressão usual na França da época) como inspetor de Instrução Pública.

Quem constituiu a grande exceção ao espírito colonial hegemônico foi Charles André Julien (1994), militante do anticolonialismo de esquerda, nadando na contracorrente da maior parte de seus

---

<sup>1</sup> Professor de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte, Brasil. ORCID: 0000-0002-9107-0498

contemporâneos. Ele foi para a História Colonial do Magreb o que Jean Dresch (1979) foi para a geografia dos países árabes. Comprova-se, no caso pela forma anti-hegemônica, de que na época colonial não podia existir uma história “neutra” da civilização: era-se a favor ou contra, nos escritos e na ação.

A História estava fundamentada nas colônias como sendo um “objeto de pesquisa” isolado e no postulado da documentação escrita. A História, como ainda afirma certos manuais escolares, começava, sem contestação e sem interrogação, com a escrita. No entanto, deve-se prestar uma atenção particular à “*Etnologia Colonial*”, pois sua contribuição científica tornou-se patente, quando da Exposição Colonial de 1922, em Marselha, onde foram apresentadas coleções privadas de arte “negra”, não mais somente como objeto estético, mas com o propósito explícito de utilizá-los para reconstituir a história “primitiva” dos povos que representava (THOMAZ, 2002).

Como a História Colonial, também a Etnografia Colonial foi o domínio de homens conhecedores da região, que ali deveriam permanecer por muito tempo – de maneira privilegiada: os funcionários coloniais. Mas estes, com frequência, não estavam convencidos da superioridade – então explícita e implícita – do “homem branco”; foram seduzidos por povos que encaravam sem desprezo, conquistados pelas relações que estes mantinham com o espaço e o tempo, pelo modo de vida que levavam, às vezes refinado, revelador de uma cultura milenar (como na Etiópia), pelas línguas que falavam e que tiveram liberdade para estudar e utilizar, pelas artes variadas, tais como a escultura e as danças. Eles dedicaram tempo a escutar e a transcrever, e suas obras, embora às vezes discutíveis no plano do rigor científico, ainda servem de referência, notadamente entre os povos de cultura oral, aos quais anos de colonização fizeram, daí em diante, esquecer ou deformar suas tradições; assim Samuel

Jonhson sobre a História Iorubá (1921) e Jean Galais sobre o Sahel (2002).

A História dos povos colonizados emergiu sobretudo a partir das independências. O caso da história africana é exemplar senão caricatural, por motivos de uma característica das sociedades em causa – a de serem quase desprovidas de fronteiras escritas autóctones. A História da África tornou-se assim possível graças à conjunção de dois parâmetros que se produziram (será um acaso?) ao mesmo tempo: o fim dos regimes coloniais e o fim do primado incontestado das únicas fronteiras escritas (COQUERY-VIDROVICH; MONIOT, 1976).

A gênese da disciplina não transcorreu sem dificuldade. Os historiadores “clássicos” opuseram-se a admitir o gênero, por dois motivos: o primeiro devido à herança etnográfica – então desconhecida dos historiadores. O segundo atribuível à formação “não profissional” dos primeiros historiadores da colonização, cujos trabalhos por essa razão demonstravam às vezes mais boa vontade do que capacidade: é verdade que seus estudos documentados eram com frequência mais lineares e descritivos (numa palavra, “factuais”) do que sintéticos e explicativos. Além disso, a incompreensão foi mantida pela preocupação que tiveram de se distinguir: conscientes como estavam de serem “marginalizados” por seus colegas, reagiram mediante a invenção de uma nova disciplina, a “etno-história”. Em seu tempo, foi uma ideia útil, mas não necessariamente justa, porque a necessidade de recorrer à totalidade das fontes disponíveis (escritas, mas também orais, arqueológicas etc.), prestando testemunho de vida do grupo, é hoje reconhecida como coisa própria do historiador, quem quer que seja, e seja qual for o domínio.

As sociedades não-ocidentais não devem ser consideradas nem isolada nem unicamente. Portanto, compreender que as sociedades africanas são como as outras, pensar seu cotidiano, apreender

que sua especificidade é de ordem estritamente histórica. Há mais de um século os Estudos Africanos começaram a se organizar institucionalmente. Esse africanismo oficial não facilitou, exatamente, a compreensão do continente para além das representações predominante eurocêntricas, por maior que seja a massa considerável de conhecimentos que tenham sido reunidos (MUNDIMBE, 2013 e 2014). De maneira análoga, pode-se expressar a respeito dos males (SAID, 1995, 2001 e 2007) e dos benefícios do “Orientalismo” (IRWIN, 2006).

Na mesma ordem de ideias, uma contribuição específica dos historiadores e antropólogos marxistas foi, na década de 1970, a reflexão sobre os “modos-de-produção” pré-capitalistas; “asiático”? “africano”? (SURET-CANALE, 1958, 1964 e 1974) “tributário”? (AMIN, 1972) “da mesma linhagem” (REY, 1978) etc. – quer dizer, o estudo das estruturas sociais internas ligadas à organização da produção: análise, nas sociedades dominadas, das *forças produtivas* (sociedades rurais com baixo nível tecnológico, com renda fundiária inexistente, mas com circuito comercial desenvolvido, tanto em nível local como para as trocas distantes); sobretudo, análise das relações sociais de produção: quem exerce o controle sobre as terras, o artesanato ou o grande comércio?; quais são as interações entre domínio econômico e poder político? E, em consequência o que dizer sobre as modalidades da articulação, da lavoura e da evolução/desnaturação do (ou dos) modo (s) de produção das sociedades dominadas pelo muno capitalista dominante, precisamente desde o início do encontro entre os dois, mediante “situação colonial” (BALANDIER, 2013)?

Um outro debate maior da História Colonial travou-se sobre o imperialismo – primeiro entre historiadores marxistas e não-marxistas (a favor ou contra um “imperialismo colonial” no sentido econômico do termo), depois entre os historiadores marxistas eles próprios, preocupados em corrigir

e apurar uma interpretação demasiado redutora das análises leninistas revistas e corrigidas pela experiência stalinista. A polêmica permitiu por em termos novos a relação entre ideologia, política e economia, não apenas nas origens da conquista, mas ao longo do século XX (será possível distinguir o imperialismo da colonização? Houve lutas pelas independências ou recuo de um imperialismo europeu em crise? Que aproximações e distanciamentos existem entre o imperialismo do início do século XX, a dominação sobre o Terceiro Mundo durante a Guerra Fria e a colonialidade sobre o Sul Global hoje?).

Herdado do precedente, um outro tema de encontro, mais precisamente entre historiadores e economistas, consiste na questão das origens, dos dados e da perspectiva do subdesenvolvimento, através da história da instituição e da periodização de um sistema ocidental de domínio/dependência desde a origem dos contatos até os nossos dias (SLENES, 1995; TOMICH, 2011; M'BOKOLO, 2009 e 2011) – ocasião de confrontar a tese da decolagem ou do arranco (*take off*) para o desenvolvimento econômico de Rostow (1978), àquele de um fenômeno histórico localizável do “intercâmbio desigual” entre “Centro” e “Periferia”, e que resultou na expansão atual da “capitalismo periférico” e juntando-se, por isso mesmo, às preocupações dos economistas do Desenvolvimento. Abriu-se aqui para uma ampla discussão sobre o fenômeno internacional, por exemplo, no pensamento latino-americano.

Cada vez mais hoje pode-se falar de uma vertente entre outras da ciência histórica em seu conjunto; são numerosas as pistas a descobrir, que permitem explicar profundas subversões sociais internas oriundas do traumatismo colonial: transformações socioeconômicas ligadas ao “esforço de guerra” de Primeira Guerra Mundial; mutações que se cristalizaram por ocasião da grande depressão da

década de 1930; subversões estruturais iniciadas na virada da Segunda Guerra Mundial, anunciadoras, por sua vez, da descolonização e prelúdio à emergência do Terceiro Mundo “subdesenvolvido”, a análise superou a mania “fatal” para privilegiar, mediante os mecanismos que progressivamente aceleram, desde o início do século XX, os processos interdependentes da ascensão da crise dos campeonatos, da Constituição de uma força de trabalho em via de proletarização e de urbanização, emergem também os temas de história do trabalho, da história demográfica, climática e sanitária, da história cultural (aculturação, desculturação) e a do poder político, desde os sistemas de costumes pré-coloniais até o “conjunto administrativo de chefes “colonial e o Estado modernizado: em suma, a “História colonial” já desapareceu como tal.

A reflexão sobre as origens e a história da dependência, se situa no quadro interpretativo de Immanuel Wallerstein sobre a “Economia-Mundo Global” (1974, 1990, 1994, 2010 e 2017). A condição em que a África foi incorporada ao Sistema-Mundo Moderno, estruturalmente, numa posição da região periférica, permanecendo como tal até hoje. Contudo, o contexto recente de melhora dos indicadores econômicos e a crescente estabilidade política, atrelados aos interesses e projeções de outros países sobre a região, podem contribuir para avaliar eventuais instrumentos de ascensão e desenvolvimento. Num contexto de mudança sistêmica, surge a questão sobre em que medida a projeção chinesa pode contribuir para o efetivo desenvolvimento da África e qual papel essa região desempenharia na ascensão da potência asiática um futuro centro na geopolítica global, ainda que uma recente desaceleração chinesa coloque desafios (LIMA, 2019).

Diante de um esgotamento de uma história colonial e mesmo de uma História do Terceiro Mundo, trabalha-se por uma História do Sul Glob-

al, que tanto contemple entrelaçamentos inter-regionais, quanto as dinâmicas contraditórias do capitalismo global (HARVEY, 2016). A insistência de uma estrutura de colonialidade (MIGNOLO, 2003 e 2004) sobre a África coloca o desafio de um conhecimento e de uma *práxis* emancipatória. Nessa perspectiva, não podemos negar o papel primordial da África na escrita de uma geo-história do processo moderno de globalização, da teorização contemporânea nos campos da História das Relações Internacionais, da Economia Política Internacional e da Geopolítica.

## Referencias

- AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Historical origin. **Journal of Peace Research**, v. 9, n. 2, 1972, p. 105-120.
- BALANDIER, Georges. **Sociologia das Brazzavilles Negras**. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- COQUERY-VIDROVICH, C.; MONIOT, H. **África negra de 1800 a nuestros días**. Barcelona: Editorial Labor, 1976.
- DRESCH, Jean. **Un géographe au déclin des Empires**. Paris: Éditions La Découverte; Collection Hérodote, 1979.
- FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- GALLAIS, Jean. Alguns Aspectos do Espaço Vivido nas Civilizações do Mundo Tropical. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002. p. 63-81.
- HARDY, Georges. **Histoire sociale de le colonization française**. Paris: Larose, 1953.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- IRWIN, Robert. **Pelo Amor ao Saber: Os Orientalistas e seus Inimigos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- JOHNSON, Samuel. **The History of the Yorubas**. London: Routledge and Kegan Paul, 1921.
- JULIEN, Charles-André. **Histoire de l’Afrique du Nord; Des origines à 1830**. Payot: Paris, 1994.
- LIMA, Marcos Costa. Impacts of Chinese economy and its

global geopolitics: after the slowdown. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, ago. 2019, p.21- 41.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**; tomo I (até o século XVIII). São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, EDUFBA, 2009.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**; tomo II (do século XIX aos nossos dias). São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, EDUFBA, 2011.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘Um discurso sobre as ciências’ revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Colonizar é civilizar: o cinema e a Exposição Colonial Internacional (Vincennes, 1931). **História. Questões e Debates**, v. 61, p. 233-249, 2014.

MUDIMBE, V. Yves. **A Ideia de África**. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2014.

MUDIMBE, V. Yves. **A Invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

REY, Pierre-Philippe. O modo de produção de linhagem. In: CARVALHO, Edgar de Assis (org.). **Antropologia econômica**, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 137-96.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **O orientalismo reconsiderado: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SLENES, Robert W. “Malungu, Ngoma vem!” África encoberta e descoberta no Brasil. **Cadernos do Museu da Escravatura**. Luanda: Ministério da Cultura, 1995, p. 48-67.

SURET-CANALE, Jean. **Afrique noire occidentale et centrale: t. 2. L'ère coloniale, 1900-1940**. Paris, Éditions sociales, 1964.

SURET-CANALE, Jean. **Afrique noire occidentale et centrale: t. 1. Géographie, civilisations, histoire**. Paris, Éditions sociales, 1958.

SURET-CANALE, Jean. As sociedades tradicionais na África Tropical e o conceito de Modo-de-Produção Asiático. In: CERM. **O Modo de produção Asiático**. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 111-146.

THOMAZ, Omar. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FAPESP, 2002.

TOMICICH, Dale W.: **Pelo prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: EdUSP, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, Ade (Org.) **História Geral da África**, vol. VI (África do século XIX à década de 1880). Brasília: UNESCO, 2010, p. 27- 46.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A política dos Estados Unidos em relação à África**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**, vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamento, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**, vol. II: O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia 1600-1750, Porto: Ed. Afrontamento, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The World-System and Africa**. New York: Diasporic Africa Press, 2017.



# Renascimento africano no século XXI? Desafios pós-coloniais e as reflexões sobre a África nas Relações Internacionais

*African renaissance in the 21st century? Post-colonial challenges and reflections on Africa in International Relations*

*¿Renacimiento africano em el siglo xxi? Desafíos post-coloniales y reflexiones sobre África en las Relaciones Internacionales*

Joyce Amâncio de Aquino Alves<sup>1</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p7

Recebido em: 29 de março de 2019  
Aprovado em: 25 de maio de 2019

## Resumo

*O conceito de Renascimento Africano é visto como uma concepção que define a inserção africana na política internacional no século XXI. Consideramos que o Renascimento Africano, exposto por alguns analistas como conceito indissociável do crescimento econômico, mostra-se insuficiente para a compreensão dos velhos desafios, como a integração e o desenvolvimento.*

**Palavras-chaves:** *África. Relações Internacionais. Renascimento Africano.*

## Abstract

*The concept of the African Renaissance as conception that defines the African insertion in international politics in the 21st century. We consider that the African Renaissance, exposed by some analysts as an inseparable concept of economic growth, is insufficient to understand the old challenges, such as integration and development.*

**Keywords:** *Africa. International Relations. African Renaissance.*

## Resumen

*El concepto del Renacimiento africano se ve como una concepción que define la inserción africana en la política internacional en el siglo XXI. Consideramos que el Renacimiento Africano, que algunos analistas han expuesto como un concepto inseparable del crecimiento económico, es insuficiente para comprender viejos desafíos como la integración y el desarrollo.*

**Palabras clave:** *África. Relaciones Internacionales. Renacimiento Africano*

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- Campus Malês, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Órbita: Observatório de Relações Internacionais. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2018), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2013) e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Salvador- Ba/ Brasil. ORCID: 0000-0003-3785-2648.

## Introdução

O continente africano é permeado por desafios no contexto de sua descolonização, como as tensões produzidas desde as fronteiras artificialmente criadas, bem como a organização política dos novos Estados que levassem a cabo a emancipação completa do continente (MBOKOLO, 2011).

Alguns debates teóricos sobre a inserção da África no cenário internacional no século XXI esboçam que há uma transição positiva para os Estados africanos e discutem sobre o papel da África a partir do contexto de multilateralismo. De acordo com Saraiva (2008), alguns elementos que reforçam essa hipótese são: o avanço gradual dos processos de democratização dos Estados, a performance satisfatória associada ao crescimento econômico e certa elevação de confiança política das elites, uma vez que a África vem sendo prioridade de empréstimos do Banco Mundial.

Há intelectuais que apontam os dilemas sobre o desenvolvimento africano, como Macuane (2005), Hugon (2010) e Edmondson (2011), que discutem em seus argumentos os paradoxos do desenvolvimento africano atrelados às demandas externas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), frente aos desafios dos sistemas nacionais e internacionais da África. Para Macuane (2005), as estratégias de desenvolvimento, apesar de terem sido seguidas da sua componente social, não conseguiram resolver os problemas de endividamento e desenvolvimento no continente.

Nesse sentido, para tratarmos dos desafios após a descolonização que se refletem no contexto da contemporaneidade, o artigo explana que muitas das ideias que centralizam a compreensão da inserção internacional da África trazem a necessidade do aprofundamento de alguns conceitos, tais como o conceito de “Renascimento Africano”. Essa conceituação traz o seu significado para a responsa-

bilização das elites africanas em torno de transformações, com questões de “caráter endógeno” frente à internacionalização crescente do continente.

Desse modo, Saraiva (2012) indica que há algumas iniciativas africanas de autonomia decisória, desenvolvimento e sustentabilidade, como a União Africana e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), que reposicionam o continente. Para o autor, o conceito de Renascimento Africano no contexto atual é mais altruísta e pragmático, diante do utilizado nas nascentes independências africanas dos anos 1960 e 1970.

Frente a esse cenário, nosso objetivo é o de analisar se de fato o conceito de Renascimento Africano contempla uma resignificação do continente, pois consideramos que se trata de uma importante reflexão sobre a reinserção africana na política internacional, visto que demonstra a dificuldade da África em lidar com os velhos desafios, como a instabilidade política e econômica ainda presentes no cenário do continente. Nossa hipótese é a de que o conceito de Renascimento Africano utilizado por analistas como Saraiva (2008, 2015) e Diallo (2011), apesar de elevar a perspectiva de que a África se encontra em posição estratégica nas relações internacionais, sendo um conceito fundamental, não expressa de forma suficiente a realidade ainda instável sobre o desenvolvimento econômico, a integração e autonomia decisória do continente.

## Desafios dos Estados africanos na pós-descolonização

A década de 1960 é marcada pelos processos de independência dos Estados africanos, os quais ocorreram dentro de suas especificidades, configurando-se politicamente em 55 países com heterogêneas características políticas, culturais, sociais e econômicas, abordadas muitas vezes como “um problema por resolver”, conforme discute Macamo (2013)

sobre a forma como os estudos africanos constroem o seu objeto. O autor levanta algumas objeções de ordem epistemológica e metodológica, ressaltando a importância de construção de objetos a partir de conceitos e de reformulação das perguntas.

Assim, a nossa pergunta aqui configura-se em: “O conceito de Renascimento Africano expressa um novo momento político para a África?”. Não obstante, o que aqui destacamos como desafios após a descolonização da África está dentro da discussão acerca da África independente, que paulatinamente se insere na nova ordem mundial, com crescente participação nas organizações internacionais e estabelecendo parcerias estratégicas.

Os desafios do continente africano após a descolonização são diversos e não provocam ações e realizações de uma ruptura completa, pois demandam inovação diplomática e redefinição de relações com as antigas potências (MBOKOLO, 2011; AMIN, 1990). Muitos desses desafios são analisados nos oito volumes da obra *História Geral da África*, que consiste em um dos projetos editoriais mais importantes da UNESCO nos últimos 30 anos e permite compreender o desenvolvimento histórico dos povos africanos na perspectiva dos próprios africanos, com vasta contribuição intelectual de especialistas.

Nessa senda, alguns dos desafios pós-coloniais da África são: a formação dos Estados nacionais com dirigentes locais ocidentalizados, e, portanto, algumas tensões são produzidas em torno da identidade nacional da África independente na edificação da nação e formação dos Estados, além da manutenção das estruturas coloniais no aparato militar e no campo econômico. Dessa forma, a África recém-independente busca se inserir no cenário internacional, mas com diversos dilemas internos, frutos do legado colonial.

Visentini (2008) aponta que os desafios e problemas africanos após a descolonização eram imensos e que, mal haviam estabelecido suas inde-

pendências, os Estados vivenciavam o contexto da bipolaridade durante a Guerra Fria, tentando estabelecer relações estratégicas. O autor conclui que:

A adequação da África aos parâmetros da chamada Nova Ordem Mundial, contudo, não significava a solução dos problemas existentes. O fim da bipolaridade e do próprio conflito Leste-Oeste, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da União Soviética em fins de 1991, fez com que o continente africano perdesse sua importância estratégica e capacidade de barganha, ao que se acrescentava a própria perda de importância econômica (VISENTINI, 2008, p. 129).

No contexto de fim da Guerra Fria, o continente africano perde a importância estratégica no cenário internacional. A primeira década pós-Guerra Fria é analisada como um período de crises e de ajustes em diversas regiões da África. De igual modo, em outras regiões do globo, há o impacto da onda neoliberal, que expande a exclusão social, o desemprego e a crise (EDMONDSON, 2011).

Diante dos desafios, no início do século XXI, teoriza-se sobre um outro momento político para o continente africano, marcado por soluções africanas para problemas africanos, que nos fazem refletir sobre o conceito de Renascimento Africano no intuito de definir ou redefinir um contexto mais assertivo para o comportamento da África no cenário internacional. A partir disso, esboçamos a seguir o debate conceitual do Renascimento Africano e a sua reverberação.

## O conceito de Renascimento Africano

O Renascimento, no contexto europeu, é um conceito da cultura clássica surgido na Itália no século XV, que posiciona o homem como centro de todos os interesses a partir de uma relação entre indivíduo e realidade objetiva (CRUZ, 1999). Por compreender que o Renascimento teve outras

aplicabilidades históricas, e que, inclusive, problematizavam e subalternizavam as relações com o continente africano durante décadas, destacaremos aqui a concepção, origem e desdobramentos do Renascimento na África.

O conceito de Renascimento Africano emerge como noção pelo antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop, em uma série de ensaios elaborados a partir de 1946 e posteriormente reunidos no livro *Towards the African Renaissance: Essays in Culture and Development, 1946-1960*. Diante disso, observa-se que esse conceito é apresentado em diversas fases, conforme Diallo (2011) trata, em seu artigo, o histórico do conceito de Renascimento e a relação deste como continente africano, a explicar que:

Portanto, tratando-se do continente africano, após a descoberta dele como berço da humanidade, assistiremos ao seu renascimento em várias fases, tais como o período das independências, principalmente no ano de 1960, depois tivemos a criação da Organização da Unidade Africana em 1963, num terceiro momento a libertação do líder Nelson Mandela, em 1990 e subsequente fim do apartheid, e por fim a criação da União Africana em 2002 (DIALLO, 2011, p. 93).

Portanto, a conceituação do Renascimento Africano não é recente. Segundo Saraiva (2015, p. 11), “embora pareça um fenômeno do momento, uma criação política passional, uma vontade do hoje, a ideia do renascimento africano tem longa maturação”. Como se observa, é um conceito que emerge historicamente a partir da década de 1940 como valorização da realidade africana, sendo influenciado por vários aspectos políticos e filosóficos. A referida conceituação se inicia quase simultaneamente às independências, no final da década de 1950 e 1960.

Não obstante, a renascença da África é apontada como um movimento que define uma nova

realidade política. Compreende-se que o Renascimento Africano é um conceito central para o continente e que aparece atrelado aos ideais de unidade, desenvolvimento e inserção internacional, a permear um debate histórico de retomada e iniciativas políticas africanas. Hlophe e Landsberg (1999) destacam duas características dessa renascença. A primeira diz respeito à relação entre esse renascimento e o termo ganense “*Sankofa*”, que significa mover o continente africano em direção a um futuro próspero (prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate do passado africano anterior à invasão europeia). Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, o que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo à África o acesso à economia global.

Para Saraiva (2012, p. 57), “há um outro renascimento, novos consensos, com outras referências culturais, políticas e sociais, com resultantes a serem alcançadas no mundo que vem aí”. De fato, verifica-se, nas análises sobre o conceito de Renascimento Africano, os contornos de uma ideia de renovação política, mas Saraiva (2012) enfatiza a importância de preservar a capacidade crítica em relação ao presente e aos caminhos para o futuro e trata disso citando a obra de Paulo Farias (2007), que evidencia o risco de mitificar o passado com o discurso de renascença, embora busque-se exatamente o contrário.

O conceito de Renascimento Africano é muito presente nos projetos políticos do continente, como a União Africana, criada em 2002, que traçou em 2013 as sete metas da agenda 2063 com base nas concepções de Renascimento Africano e Pan-Africanismo, trazendo-os como lemas (NETO, 2017). Importante enfatizar que, ao lado do Renascimento Africano, tem estado o Pan-Africanismo como ideias fundamentais para o pensamento polí-

tico africano, sobretudo no âmbito da União Africana, embora ambos não devam ser confundidos<sup>2</sup>. O Renascimento Africano é construído como um conceito próprio da África, que não imita o Renascimento Europeu, por exemplo.

Ao observarmos a relevância do Renascimento Africano junto a outros conceitos, como o de Pan-Africanismo, há perspectivas como a de Otávio (2013), que trata sobre esse tema e denota que ambos os conceitos buscam romper com o subdesenvolvimento e fortalecem a tentativa de integração continental, distinguindo que o Renascimento Africano é consubstanciado na própria dinâmica da Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), e, portanto, é visto como muito entusiasmo pelas potências ocidentais por pautar o neoliberalismo e os moldes da globalização. O autor argumenta que, sendo a NEPAD um fruto do Renascimento Africano, a estratégia nesse contexto não é exatamente contestar o desenvolvimento com o neoliberalismo vigente, mas apontar a responsabilidade mútua como melhor estratégia de inserção econômica.

Nesse sentido, nosso argumento central é destacar que a noção de Renascimento Africano, ao servir aos interesses da comunidade internacional, ressalta ainda mais os desafios enfrentados pelos Africanos, uma vez que as críticas à NEPAD são, na verdade, críticas aos modelos de desenvolvimento adotados pelo continente no século XXI.

Compreende-se que o Renascimento Africano, retomado como um conceito “[...] mais pragmático e altruísta no século XXI” (SARAIVA, 2015, p. 13), mesmo impulsionando a ideia de crescimento econômico, parece revelar os desafios que ainda permeiam as relações internacionais da África, as quais tentaremos observar a seguir.

## **Renascimento Africano no século XXI: Velhos desafios sobre a inserção internacional da África**

O discurso sobre o Renascimento Africano envolve a elucidação de que “novos arranjos entre as elites locais e internacionais trazem a autonomia decisória e o desenvolvimento sustentável ao continente” (SARAIVA, 2015, p. 59). Há, de fato, algumas reflexões que trazem entusiasmo sobre a inserção da África nas próximas décadas, o que aqui esboçamos como velhos desafios, os quais apontamos como: Integração, NEPAD e Desenvolvimento.

Um dos desafios diz respeito à relação entre o conceito de Renascimento Africano e a perspectiva de integração do continente africano, pois a ideia do Renascimento pressupõe o desafio da consolidação da integração do continente, tendo em vista que o debate da unidade e da integração é travado desde os anos 1960.

Diallo (2011, p. 93) expõe que, “para os países em desenvolvimento, a integração regional não é um fim em si, mas um capítulo de uma estratégia mais ampla para promover um crescimento equitativo”. As estratégias de integração econômica seguem ainda um formato similar. Como apontam Luigi e Pennaforte (2010), a maioria dos processos de integração africanos está no estágio de integração de Mercado Comum, como a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC), a Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos (ECCAS ou CEEAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO ou ECOWAS), a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Árabe do Magrebe (UAM). Ao listar os blocos existentes no continente africano, os autores ponderam:

---

2 Maiores informações estão disponíveis em PHEKO, 2014.

Os mesmos países fazem parte de mais de um bloco, o que torna determinadas políticas ineficientes, dada a incapacidade dessas nações de atenderem a políticas distintas de integração. Outro problema é o fraco apoio nacional aos programas de integração regional, na maior parte das vezes, provocado por um desconhecimento do que sejam de fato os compromissos assumidos por cada país membro quando de uma associação a um bloco (LUIGI; PENNAFORTE, 2010, p. 173).

Sob o viés econômico, observam-se alguns importantes avanços nos processos de integração que têm sustentado o argumento de um momento de maior projeção internacional do continente no cenário internacional no século XXI. Todavia, percebemos que há dificuldades no tocante à integração econômica e política dos países africanos, dadas as suas heterogêneas formações e interesses, o que apontamos como um dos velhos desafios, uma vez que o discurso do Renascimento Africano permanece como um ideal a ser atingido, constituindo-se este como um desafio para a África construir o seu próprio destino.

O período em que a África vislumbra uma integração global e traça alguns caminhos para esse intuito é sinônimo de Renascimento Africano, pois denota um novo perfil de desenvolvimento africano, como o que define Saraiva (2012, p. 56), de “otimismo cauteloso”. Ademais, outro desafio que apontamos refere-se à Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), lançada em 2001, a qual **é vista de forma crítica por reproduzir um modelo de desenvolvimento aos países africanos frente** à Globalização. Fonseca (2015) elucida que o continente africano mergulha numa lógica neoliberal de reproduzir modelos que só aumentam a dívida externa e a instabilidade social e econômica.

O autor também considera que a maior parte dos Estados africanos não conseguiu superar sua herança colonial em termos de estrutura econômico-produtiva, algo que corroboramos como

um desafio histórico para o continente. Apesar do ineditismo em oportunidades, o mundo da economia globalizada encontra-se transformado quando comparado aos moldes de economia primário-exportadora de alguns países.

Para tanto, além do desafio da integração, outro velho desafio que aqui queremos denotar é o do “Desenvolvimento”, pois o conceito de Renascimento Africano é pensado a partir da dinâmica do desenvolvimento refletido para a África, considerando a afirmação de Macuane (2005) de que há uma tendência quase fatalista de o continente ser o alvo preferido de experimentos de receitas de modelos de desenvolvimento.

A criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África – NEPAD sem dúvida é um grande passo nessa direção. Contudo, não se pode esperar da mesma que seja a panaceia e a tábua de salvação para todos os problemas de subdesenvolvimento e especialmente de pobreza do continente, sob o risco dela mesma transformar-se em mais um instrumento de propagação dos preceitos de um modelo de desenvolvimento padronizado, prescritivo e desfocado da realidade (MACUANE, 2005, p. 9).

Vale salientar que o desenvolvimento africano é abordado pelo autor como um “Desenvolvimento à la carte” pelos dilemas e entraves de adequar-se a modelos pré-estabelecidos que não dialogam com as realidades africanas e que têm exigido alternativas de desenvolvimento endógenas. Como podemos observar, o conceito de Renascimento Africano endossa a visão de que o continente cria um momento positivo de inserção internacional no século XXI, apesar do enfrentamento de velhas questões.

Cabe lembrar que a integração e o desenvolvimento vêm gerando, simultaneamente, essa expectativa de responsabilidade para o futuro. Ademais, o conceito de Renascimento Africano é algo que retorna para dar fôlego aos interesses africanos que estão se pautando nos âmbitos da Cooperação Sul-Sul e de uma internacionalização econômica do capitalismo.

A revisão do conceito de Renascimento Africano é relevante para percebermos os discursos que envolvem a África em busca dos seus objetivos, ao se entender que os desafios são os mesmos, mas as estratégias estão sendo repensadas neste início de século, ainda que “a conexão África-China [...] [tenha] todas as condições de ser a mais duradoura sobre todos os demais intentos de qualquer unidade estatal, mesmo dos Estados Unidos, de estabelecer bases de cooperação ativa como o renascimento africano” (SARAIVA, 2012, p. 63).

Nesse aspecto, ao tratar dos velhos desafios para a África, a nossa crítica se dá conforme aponta Saraiva (2012, p. 65), ao comentar que o importante é observar se o “[...] futuro estratégico do continente não está sendo traçado de fora para dentro”. Outro aspecto relevante é que o uso do conceito de Renascimento Africano não recrie uma realidade vista de fora e sem reenquadrar a realidade da África na contemporaneidade. É preciso mais do que mobilizar conceitos.

## Considerações Finais

Ao discutirmos sobre o continente africano e os desafios pós-coloniais, compreendemos que eles estão fundamentados na preocupação da inserção internacional da África. Alguns conceitos são trazidos para traduzir o novo momento africano, como o Pan-Africanismo. Um dos mais importantes dentre eles é o de Renascimento Africano, sendo necessário um aprofundamento sobre a resignificação dada, pois há o risco de sobrepor o otimismo à realidade, tendo em vista que encontramos ainda os desafios da integração e do desenvolvimento que não sejam pautados em reprodução de modelos ou de um “desenvolvimento à la carte”

Nota-se que os desafios sobre a inserção internacional da África no século XXI extrapolam a conceituação do Renascimento, pois o surgimento da

União Africana e da NEPAD geram um novo ciclo, além de apontarem desafios que não são recentes e estão no entorno da Integração e o do Desenvolvimento, com vistas a alcançar maior estabilidade política e econômica.

Todavia, as evoluções endógenas se realizam a partir de ideologias políticas próprias. Nesse intuito, o Renascimento Africano cumpre parte do seu papel de apresentar a África renascida em um processo cada vez maior de inserção internacional, com crescimento econômico que se expande, mas que não se reflete de forma suficiente diante dos dilemas surgidos desde a descolonização no que se refere às estratégias da África.

Consideramos que a ênfase conferida ao Renascimento Africano serve às interpretações mais esperançosas sobre o futuro do continente, as quais devem passar por críticas mais profundas, uma vez que se trata, ao que parece, de um conceito insatisfatório ao ignorar os fatores internos no que tange ao desenvolvimento econômico próprio, uma integração mais consolidada e um cenário mais estável e favorável para os Estados Africanos nas Relações Internacionais.

## Referências Bibliográficas

- AMIN, S. Para uma estratégia de desenvolvimento autocentrado na África. *África América Latina, cadernos: Revista de análises Sul-Norte para uma cooperação solidária*, n. 1, p. 27-38, 1990.
- CRUZ, Cláudia Helena da. **Repensando o tema do Renascimento: reflexões sobre o ensino de História**. 1999, 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em História junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.
- DIALLO, A. O. Renascimento Africano e desenvolvimento. *Revista Conjuntura Austral*, v. 2, n. 6, jun./jul. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20575>>. Acesso em 29 de Abril. 2019.
- EDMONDSON, L. A. África em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds). **História Geral da África**: v. VIII: África sob dominação colonial. 1880-1935. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, p. 1003-1042, 2011.

- FARIAS, P. **Tombuctu, a África do Sul e o idioma de renascença africana**. Seminário preparatório dos temas africanos para a II CNPEPI, 2 e 3 de março de 2007.
- FONSECA, D. F. A África entre a desesperança neoliberal e o “Renascimento Africano”: dívida externa, pobreza e desenvolvimento. **Revista África e africanidades**, ano 8, n. 20, jul. 2015.
- HLOPHE, D.; LANDSBERG, C. **O Renascimento Africano como uma moderna estratégia de Política Externa Sul-Africana**. Paris: CERI, 1999.
- HUGON, P. “Problemas e desafios internos” e “A África e a sociedade internacional”. In: HUGON, P. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: FGV, p. 80-164, 2010.
- LUIGI, R.; PENNAFORTE, C. A integração global do continente africano. In: LUIGI, R.; PENNAFORTE, C. (Orgs.). **Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea**. Rio de Janeiro: CENEGRI, p. 163-184 (v. 1), 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/321082551\\_A\\_Integracao\\_Global\\_do\\_Continente\\_Africano](https://www.researchgate.net/publication/321082551_A_Integracao_Global_do_Continente_Africano)>. Acesso em 08 mai. 2019.
- MACAMO, E. Respostas sem perguntas, ou: porque África não é um problema por resolver. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIÊNCIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA, 2, 2013, Lisboa. Anais... Lisboa: Paineis V: Promoção da Ciência e Desenvolvimento, p. 255-254, 2013. Disponível em: <<https://pascal.iseg.ulisboa.pt/~cesa/index.php/en/menupublicacoes/e-book/502>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- MACUANE, J. J. **Os paradoxos do desenvolvimento à La Carte**. Conferência apresentada na XI Assembleia Geral da CODERSIA, Maputo, 6 a 10 de dezembro de 2005. Disponível em: <[www.codesria.org/Links/conferences/general.../port/GA\\_prog\\_port.pdf](http://www.codesria.org/Links/conferences/general.../port/GA_prog_port.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- MBOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações (Tomo II)**. Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, p. 630-653, 2011.
- NETO, S. Líder da União Africana critica desigualdades na ONU: “Nós não somos fantasmas”. **Alma Preta**, Editoriais, 18 jan. 2017. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/mama-afrika/lider-da-uniao-africana-critica-desigualdade-na-onu-nos-nao-somos-fantasmas>>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- OTÁVIO, A. Entre o pan-africanismo e o African Renaissance: A busca pelo desenvolvimento em um mundo em transformação. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 84-97, 2º sem., 2013.
- PHEKO, M. De qual Renascimento Africano estamos falando? **Pambazuka News**, Governança, 16 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/pt/governance/de-qual-renascimento-africano-estamos-falando>>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- SARAIVA, J. F. S. A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 75-106, jul. 2008.
- SARAIVA, J. F. S. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/download/1121\\_a\\_afrika\\_no\\_seculo\\_xxi\\_um\\_ensaio\\_academico.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/1121_a_afrika_no_seculo_xxi_um_ensaio_academico.pdf)>. Acesso em 20 de Abril. 2019.
- SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África o início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- VISENTINI, P. F. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, J.R. (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.



# Choque cultural e identidade dos filhos da diáspora: “An African City” e o modelo ocidental de sociedade

*Cultural shock and identity of the diaspora's sons and daughters: 'An African City' and the Western model of society*

*Choque cultural e identidad de los niños de la diáspora: “An African City” y el modelo occidental de sociedad*

Fabiana Kent Paiva<sup>1</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p15

Recebido em: 11 de março de 2019  
Aceito em: 24 de junho de 2019

## Resumo

*Os filhos da segunda diáspora africana crescem com símbolos e referências culturais e comportamentais do Norte global, e têm dificuldade de se reintegrar à África quando decidem voltar a seus países de origem. A web série ganesa “An African City” retrata as dificuldades desses jovens, tendo como mérito representar um continente africano diferente daquele retratado pela mídia tradicional, mas falha ao empregar um discurso orientalista e colonial nas críticas feitas à África.*

**Palavras-chave:** Pós-colonialismo; Arte; Diáspora Africana; Representatividade; Orientalismo.

## Abstract

*The sons and daughters of the second African diaspora grow up amidst symbols and cultural and behavioral references originated in the global North, developing a chronic difficulty to reintegrate in Africa when they decide to go back to their roots. The Ghanaian webserie “An African City” portrays the difficulties faced by these individuals, thriving in depicting the African continent through different lenses, but fails to employ a discourse that contextualizes the problems existent in the continent.*

**Keywords:** Post-colonialism; Art; African Diaspora; Representativeness; Orientalism.

## Resumen

*Los niños de la segunda diáspora africana crecen con símbolos y referencias culturales y de comportamiento del Norte global, y les resulta difícil reintegrarse en África cuando deciden regresar a sus países de origen. La webserie de Ghana “An African City” retrata las dificultades de estos jóvenes, con el mérito de representar a un continente africano diferente del representado por los principales medios de comunicación, pero emplea un discurso orientalista y colonial para criticar a África.*

**Palabras clave:** Poscolonialismo; Arte; Diáspora africana; Representatividad; Orientalismo

<sup>1</sup> Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2019), Especialização em História da Arte em curso (2019), Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas (2015) e licenciada em Letras - Inglês pela Universidade Federal Fluminense (2010). Áreas de interesse: Estética, Cultura de Massa, Ciência Política, Direitos Humanos e Feminismo. Belo Horizonte/Brasil. ORCID: 0000-0003-1741-0770

## Introdução

A onda migratória iniciada na década de 1990, considerada por diversos autores a segunda diáspora africana, decorreu da crise econômica, política e social deflagrada no continente após o processo de descolonização, pilhagem e abandono das potências imperialistas europeias. Nas quase três décadas seguintes, muitos jovens africanos retornaram ao continente, frequentemente tendo dificuldades de se readaptar, devido ao choque cultural e às questões identitárias dele decorrentes.

São cinco filhas da segunda diáspora as protagonistas de “An African City”, web série lançada no YouTube em 2014 pela diretora ganesa Nicole Amarteifio. Com nome e temática inspirados em “Sex and the City”, série de sucesso nos anos 1990, a web série ganesa ressignifica o modelo estadunidense de glamour e sexualidade e retrata a vida das amigas de diferentes países africanos que retornam ao continente para viver em Acra. As personagens, jovens sofisticadas de classe alta, discutem as dificuldades para readaptação ao continente e cultura que são sua origem, porém dos quais se separaram há muito, causando dificuldade de identificação com as regras sociais a que estão submetidas.

Em sua série, Amarteifio representa as questões identitárias dos filhos da segunda diáspora africana decorrentes de seu retorno à África, sua dificuldade de readaptação num ambiente cultural diferente do qual foram criados. Neste artigo, pretende-se discutir de que forma a ausência do debate pós-colonial na série inviabiliza a crítica ao modelo de sociedade do Norte global, resultando numa propagação da crença de inferioridade da África em relação a esse modelo.

## A segunda diáspora africana

O termo diáspora é frequentemente utilizado para se referir à dispersão do povo judeu exilado da Palestina após a conquista Babilônica. A palavra

carrega consigo relações com exílio forçado, dor e sofrimento. Essa característica tem associado a diáspora a um movimento traumático, de perda de origens (REIS, 2012). A palavra também é usada para indicar um processo de dispersão de determinada população, além de comunidades vivendo fora de seu país de origem. O termo pode ser empregado caso haja o êxodo de populações que se estabelecem em outros países, porém fazem a manutenção de suas características culturais e por isso enfrentam a segregação em relação ao meio receptor. Uma vez que há a total assimilação à sociedade e país de destino, deixa de haver diáspora (GEORGE, 1985).

O movimento migratório especificamente estudado nesta pesquisa diz respeito à migração de povos africanos em direção ao continente europeu, e se deu a partir da década de 90 através do acirramento da luta pela descolonização de territórios africanos, que se estendeu por mais de três décadas (GUILLEN, 2007). Após a libertação destes territórios, houve uma grande onda migratória para países europeus, em busca de melhores condições econômicas e sociais e maior estabilidade política (NAIME, 2006). Assim, cerca de 3,5 milhões de indivíduos vindos das regiões norte e subsaariana do continente africano migraram para países europeus como França, Espanha, Alemanha e Reino Unido (LEITÃO, 2007).

O despreparo das potências europeias para receber estes imigrantes após sua retirada dos territórios africanos em consequência da descolonização fez com que os imigrantes se unissem em comunidades próprias para ajudarem uns aos outros, resultando frequentemente na formação de guetos, impedindo que os imigrantes se integrassem completamente ao novo ambiente, que os rejeitou (ORTEGA, 2007). O processo migratório africano em direção à Europa na década de 1990 pode, desta forma, ser defendido como a segunda diáspora africana, uma vez que a segregação social entre as

comunidades europeias e os imigrantes africanos continua sendo uma questão delicada na estrutura social dos países imperialistas, enquanto a primeira diáspora é identificada como a migração forçada de indivíduos da África para a América por meio do tráfico de pessoas escravizadas.

A migração internacional leva a uma mudança de ambiente social: os imigrantes passam a se inserir em um ambiente que diverge do seu local de origem, muitas vezes em quesitos culturais. Assim, mesmo migrando para outra nação ou comunidade, os imigrantes ainda mantêm relações ou hábitos sociais provenientes do local de onde emigram, ao mesmo tempo em que convivem com os novos hábitos da sociedade na qual estão inseridos. (SCHILLER-GLICK; BASCH; SZANTON-BLANC, 1995). Os povos africanos que migraram para a Europa, por exemplo, ao mesmo tempo em que passaram a ocupar um novo espaço, continuaram mantendo certos hábitos, como a religião e tradições culturais (SASAKE; ASSIS, 2000). Os imigrantes, portanto, podem encontrar dificuldades de se integrar ao país e à cultura de seu novo ambiente, pois mantêm laços com seu país e cultura de origem. Essa característica faz com que grupos vindos dos mesmos países se agrupem e se aproximem, por meio de elementos culturais que os unem, formando pequenas comunidades nos países de destino (SWIDDLER, 1986), o que fortalece o argumento de que a onda migratória africana para a Europa na década de 1990 pode ser considerada uma diáspora.

O retorno de integrantes da diáspora para seus países de origem é o movimento que mais interessa a essa pesquisa, uma vez que mesmo mantendo elementos da cultura de seus países de origem, os imigrantes se apropriam e absorvem muito da cultura a que são sujeitados no movimento migratório. Quanto mais tempo passam nos países de destino, mais absorvem regras e estruturas sociais,

assim como acontece com a assimilação da linguagem. Dessa forma, os filhos da diáspora, que saem do continente africano na infância ou juventude, se tornam cidadãos que vivem num meio termo cultural. Africanos demais para serem considerados europeus, e europeus demais para se reintegrarem completamente à África. O choque cultural decorrente dos movimentos migratórios desses indivíduos cria uma problemática identitária tanto quando ao chegar nos países de destino quanto ao voltar a seus países de origem.

## Choque Cultural e Identidade

Processos migratórios, além de promoverem o deslocamento de pessoas de um ambiente a outro, também levam ao deslocamento de culturas específicas desses povos migrantes a outros locais onde essa cultura não está socialmente inserida. Com isso ocorre um estranhamento, que também pode ser denominado choque cultural. Mesmo após uma mudança de ambiente social, muitas comunidades mantêm certos hábitos. Swidler (1986) alega que a cultura pode explicar essas continuidades na ação mesmo que existam mudanças estruturais. Esses indivíduos ou comunidades mantêm seus hábitos, pois costumam agir ainda de acordo com sua própria cultura, preservando “(...) hábitos tradicionais em novas circunstâncias; (...) a cultura responde por continuidades observadas no modo de vida dos grupos específicos” (SWIDDLER, 1986, p. 277-278, tradução nossa)<sup>2</sup>.

A identidade do povo africano em diáspora é modificada pelo choque cultural e suas repercussões, uma vez que no novo ambiente é submetida a um novo “outro”. Henri Paul Hyacinthe Wallon (1979), em seus estudos sobre a identidade, intro-

---

<sup>2</sup> “(...) traditional habits in new circumstances [...] culture accounts for any observed continuities in the way life of particular groups.” (SWIDDLER, 1986, p. 277-278)

duziu o conceito de *socius*, ou “o outro”, como o elemento principal de formação de identidade. Para Wallon, os seres humanos são essencialmente entes sociais, e sua essência é construída em consequência de suas relações com os outros. Essa formação se dá durante toda a vida, de acordo com a relação dos indivíduos com seus pares (WALLON, 1979). Assim, as mudanças geoculturais a que são submetidos os filhos da diáspora criam uma identidade única a esse grupo, que mescla elementos africanos trazidos de sua origem e elementos europeus, que são assimilados por eles desde o choque cultural, até a sua adaptação. São indivíduos que se adaptam e se inserem ao ambiente europeu com mais facilidade que as gerações anteriores, e que por isso enfrentam maiores dificuldades de se readaptarem à cultura africana quando retornam a seus países de origem. Nesse movimento migratório de retorno ao continente africano, mais uma vez passam pelo processo de choque cultural, como será possível identificar nos relatos das ilustrações providas pela web série “An African City”, na próxima seção.

### **“An African City”: a Arte como representação do retorno dos filhos da diáspora à África**

O dramaturgo francês Jean Anouilh definiu que o objetivo da arte é dar forma à vida (ANOUILH, 1990). A arte tem sido utilizada há milênios para eternizar e perpetuar grandes momentos históricos, culturas, a História de diferentes povos e seus costumes. Os egípcios antigos registravam os feitos dos Faraós e suas dinastias nas paredes das pirâmides séculos antes de Cristo, e pintores modernos como Picasso eternizaram momentos marcantes do século XX, como a dor da Guerra Civil espanhola em um de seus mais famosos quadros, “Guernica”, de 1937. A arte, em todas as suas formas, tem sido utilizada pelos seres humanos para

registrar, propagar e eternizar momentos históricos e falar deles para diferentes audiências, utilizando estilos, cores e formas para estabelecer uma linguagem comum com diferentes indivíduos através do espaço e do tempo. É possível, portanto, estabelecer uma conexão entre as expressões artísticas de um povo e sua identidade. A reprodução de tradições, divindades, língua, símbolos e história – seja através da literatura, pintura, cinema ou televisão – é uma ferramenta de reprodução de realidades e proposição de problemáticas identitárias, que expressa as características de um povo, ao mesmo tempo que contribui para a propagação das ideias propostas e das raízes identitárias representadas.

À arte sempre se concedeu o papel de auxiliar as comunidades na reprodução ou contestação de suas realidades. As formas artísticas acompanham o desenvolvimento tecnológico da humanidade, e dessa forma desenvolveram novos formatos e estéticas para alcançar um público cada vez maior. Artes clássicas como a literatura, a música, escultura, pintura se desdobraram em outros formatos que podem ser apropriados e utilizados por cada vez mais pessoas, democratizando o acesso à cultura e às representações de identidade a que nos referimos (LEVINE, 2015). A explosão da comunicação via Internet no fim do século XX contribuiu para que muitas das formas de interação social se modificassem. A arte e a forma de acesso a ela também foram afetadas por essas mudanças. Com um aparelho conectado à internet é possível visitar o acervo da maioria dos museus do mundo, é possível baixar filmes antes mesmo que cheguem aos cinemas brasileiros, e é possível acessar conteúdos que não necessariamente chegariam ao público através dos meios de comunicação tradicionais (QUERINO; FERREIRA, 2015).

Aproveitando-se destes espaços, muitos artistas do sul global têm tido a possibilidade de exibir seus trabalhos para um grande público. Foi o caso de Ni-

cole Amarteifio, cineasta ganesa que escreveu e produziu a web série “An African City”, disponível na plataforma YouTube. A web série possui duas temporadas, a primeira lançada em 2014 e a segunda em 2016 (IMDB, 2018a). Amarteifio construiu um universo que pretendia desconstruir os estereótipos da vida no continente africano e das relações pessoais entre seus cidadãos. A escritora, produtora e diretora decidiu levar ao mundo uma África que se afasta das imagens que comumente circulam na mídia tradicional, retratando a vida de cinco jovens da elite africana e seus estilos de vida luxuosos, que incluem restaurantes e estabelecimentos refinados, roupas de designers famosos e viagens internacionais.

A web série foi criada aos moldes da famosa série estadunidense “Sex and the City”, criada por Darren Star, contando com seis temporadas que foram ao ar entre os anos de 1998 e 2004 (IMDB, 2018b). As duas produções têm em comum a temática da vida de mulheres modernas, solteiras e que buscam sucesso em sua vida profissional e amorosa. As discussões sobre seus percalços são retratadas nos encontros frequentes entre as amigas, cujos diálogos fomentam as problemáticas propostas pela série. Os ambientes social e geográfico, Nova Iorque na versão estadunidense e Acra na versão ganesa, e o contexto de vida das protagonistas são os elementos que diferenciam fundamentalmente as versões americana e africana.

A questão do choque cultural é frequentemente visitada em “An African City”, uma vez que as cinco mulheres centrais à trama – NanaYaa, Sadé, Zainab, Makena e Ngozi - viveram grande parte de sua vida nos Estados Unidos ou Inglaterra. Nascidas em Serra Leoa, Gana, Quênia, ou nos EUA, filhas de pais nigerianos, as protagonistas passam a viver em Acra após estudarem e trabalharem no Norte global, e têm dificuldades de se reintegrarem ao contexto africano de sociedade (IMDB, 2018a). O emblemático episódio de estreia da web série, que teve mais de meio milhão de visualizações no

Youtube, retrata de forma contundente o contexto que traz os filhos da diáspora de volta ao continente, e as dificuldades enfrentadas por eles ao retornarem (THE RETURN, 2014).

Em uma reunião num restaurante refinado, as cinco mulheres relatam as vantagens e desvantagens de retornar ao continente africano. Entre as desvantagens, há a ausência da rede Starbucks, mas também questões mais profundas como o racionamento de água e os frequentes apagões energéticos na cidade. As famílias das protagonistas, todas pertencentes à elite de Acra, possuem geradores que as poupam das dificuldades impostas pela falta de energia, porém a custos astronômicos. Também são citadas as questões da pobreza da população em geral, que cria uma grande rede de comércio alternativo, além do problema enfrentado pela população ganesa em relação aos medicamentos, que são, de acordo com Zainab, em sua maior parte, falsificados. Entre as vantagens de se viver em Gana, as protagonistas destacam o clima, a grande disponibilidade de alimentos frescos e principalmente as oportunidades profissionais. De acordo com as personagens, os filhos da diáspora, que tiveram a oportunidade de estudar e trabalhar no Norte global, têm facilidade de encontrar empregos com altos salários, além de boas colocações em agências internacionais e do governo (THE RETURN, 2014).

Nos episódios seguintes, as temáticas variam. Há a denúncia de um sistema extremamente desigual para as mulheres. No episódio “Sexual Real State”, as protagonistas relatam diversas situações em que foram descartadas ou diminuídas profissionalmente por serem mulheres. De acordo com Makena, a África é um continente construído por e para homens. O único caminho garantido às mulheres para promoções, conquistas e enriquecimento é através dos tios, homens mais velhos, geralmente casados, que se relacionam com mulheres mais novas e as presenteiam com apartamentos, carros e oportunidades (SEXUAL REAL STATE, 2014).

O racismo também é retratado de forma categórica na série em diversos episódios. A questão da imposição do padrão de beleza do Norte é assunto recorrente entre as protagonistas, que, tendo acesso a discussões sobre empoderamento negro com colegas nos EUA e Inglaterra, questionam o processo que levou os africanos a se envergonharem de sua pele e cabelo. Em uma farmácia, oferecem a Zainab um creme branqueador de pele, com a justificativa de que ela seria linda se não fosse tão negra. NanaYaa, em uma conversa com as amigas, protesta pelo fato de estar em Gana e os salões de beleza não oferecerem tratamento de cabelos naturais crespos, além de a pressionarem para alisar os seus ou utilizar perucas de cabelos lisos (THE BELLY BUTTON TEST, 2014).

Outros temas também são abordados, como a corrupção, presente nos âmbitos público e privado de Gana, com policiais e fiscais cobrando subornos para liberar produtos na alfândega e ignorar pessoas dirigindo sob a influência de álcool. Também é retratada a sombra da epidemia de HIV no continente e os preconceitos relacionados à contaminação. Em um dos episódios, Sadé, Ngozi e Makena estão em uma reunião de negócios na qual os homens ali reunidos dizem a elas que elas parecem limpas demais para terem HIV (CONDOM ETIQUETTE, 2014).

As discussões entre as amigas são sempre permeadas por um sentimento de dúvida sobre seu pertencimento ao lugar em que ocupam. As mulheres têm dificuldade de assimilar costumes, aceitar padrões de comportamento e até se encaixar no mercado de trabalho, com os obstáculos impostos pelo sistema patriarcal dominante. A questão identitária é muito incisiva nesses momentos, em que as personagens identificam o continente africano como sua origem, como o lugar de tradição e história, porém não conseguem se sentir parte do ambiente em que se encontram, por carregarem elementos do Norte global.

Em uma das cenas mais emblemáticas, NanaYaa sente ciúmes de um ex-namorado que tem uma nova parceira, e é possível ver que a questão linguística tem um papel central no sentimento de não-pertencimento da personagem. A nova namorada conversa com NanaYaa em Twi, a língua autóctone mais falada em Gana (a língua oficial é a língua inglesa, herdada do imperialismo inglês) (A CUSTOMS EMERGENCY, 2014). De acordo com especialistas do campo da antropologia linguística, a linguagem é o modo mais flexível e difundido de se expressar e construir a identidade. É através das palavras e expressões aprendidas durante a formação linguística do ser humano que se aprende a compreender o mundo, e o fato de compartilhar os mesmos signos linguísticos para se referir a certo elemento ou situação cria a sensação de que se é parte de um grupo, de uma comunidade (BUCHOLTZ; HALL, 2005). NanaYaa não sabe se comunicar em Twi, e se sente humilhada. Ao comparar-se com a rival, tristemente chega à conclusão que é uma africana ocidentalizada e perdida de suas origens (A CUSTOMS EMERGENCY, 2014).

Através das problemáticas discutidas pelas protagonistas em “An African City”, a diretora Nicole Amarteifio retrata diversas dificuldades enfrentadas pelos filhos da diáspora em seu retorno ao continente africano. O olhar ocidentalizado desses indivíduos impõe a eles uma série de questionamentos sobre a organização social e os costumes dos países a que retornam e que veem como seu lar e origem. A questão linguística também tem um papel central nesse estranhamento, pois limita a capacidade de comunicação dos filhos da segunda diáspora. Esses indivíduos, que no Norte global são vistos como africanos e nunca totalmente pertencentes a essas sociedades, em seus países de origem são vistos como ocidentalizados, enfrentando também dificuldades para se incorporar à realidade africana.

## Forma e Conteúdo: uma análise pós-colonial

Os elementos que formam uma produção televisiva ou cinematográfica são indissociáveis, uma vez que são partes de uma estética única e completa que tem como objetivo transmitir uma mensagem. Nessa mensagem está contida uma versão transposta e reconstruída de uma determinada realidade. Essas produções têm o poder de veicular visões de mundo e valores muito específicos, e é necessário um olhar crítico para que se possa compreender as mensagens enviadas junto às imagens apresentadas (BETTON, 1987).

No caso de “An African City”, há uma consonância bastante curiosa entre o formato escolhido para o desenvolvimento da história e seu conteúdo propriamente dito. Como colocado anteriormente, a web série ganesa foi desenvolvida nos moldes de uma série para televisão elaborada e produzida nos Estados Unidos da América, a famosa “Sex and The City”, sucesso entre as décadas de 1990 e 2000. A série estadunidense teve o mérito de retratar mulheres modernas, profissionais de sucesso, independentes e empoderadas. Cada personagem apresentava um traço marcante: a romântica, a *workaholic*, a idealista, a sexual, o que fez com que grande parte de sua audiência se identificasse com as protagonistas (MACHADO, 2010).

Porém, com pouco esforço é possível que se compreenda que nem todas as mulheres da audiência de “Sex and the City” foram contempladas com uma representação própria, já que não há personagens negros em destaque, sejam eles homens ou mulheres. A falta de representatividade é aguda, constante e bastante incômoda. Esse incômodo faz com que seja compreensível o ímpeto de uma diretora negra e africana como Nicole Amarteifio para produzir “An African City”, que pende totalmente ao outro oposto, tendo quase que totalidade de

personagens negros em seu elenco, dialogando com temáticas africanas, com as quais pessoas negras e africanas possam se identificar.

O resultado é de mérito inegável. A apropriação de um modelo do Norte global para a representação do Sul é feita com maestria por Amarteifio, e tem como resultado uma série feita por negros africanos para negros africanos. A web série também tem êxito ao mostrar ao mundo uma África com viés diferente do comum: a elite africana, com alto padrão de consumo, além de retratar mulheres independentes, altamente escolarizadas e inseridas no mercado de trabalho formal. Com uma média de trezentas e cinquenta mil visualizações por episódio em sua primeira temporada, é uma web série de sucesso e grande alcance.

Entretanto, é necessário que mais uma vez se construa um olhar crítico à forma com que as problemáticas e temas foram introduzidos pelas personagens do seriado. Durante os episódios de “An African City”, críticas contundentes são feitas à organização social, ao governo, aos costumes e à população ganesa e africana. Evidentemente há um desconforto das personagens ao tentarem se reestabelecer no continente africano. O olhar das protagonistas está enviesado, ocidentalizado, pronto para apontar as falhas e as desvantagens do continente africano em relação ao Norte global. O discurso crítico e desvalorizador, conteúdo fundamental da web série, é um dos elementos de sua estética, junto com o próprio formato em que foi construída. Uma vez que se ajuste o olhar para forma e conteúdo, se identifica a consonância perfeita entre os dois elementos fundamentais da produção artística em “An African City”.

Nicole Amarteifio, ela mesma ganesa e criada nos Estados Unidos, nos oferece uma produção que tenta encaixar moldes do Norte global à realidade africana, tanto em seu formato quanto em seu conteúdo. Enquanto a produção tenta adaptar

uma série estadunidense para a realidade africana, as próprias personagens tentam encaixar a África num modelo de sociedade que vem do Norte global. Apontar essa característica da produção de Amarteífo não tem como objetivo desvalorizá-la, uma vez que, como dito anteriormente, ela tem como mérito a representatividade negra e africana numa web série que tem como objetivo mostrar uma África diferente dos estereótipos mostrados na mídia comum. Esse é o triunfo do emprego do formato estadunidense à realidade africana.

Mesmo assim, é necessário refletir sobre o espectro hierarquizador e inferiorizador do discurso de “An African City”. Ele é fruto de uma tradição de oposição entre o Oriente e o Ocidente que precariza o primeiro em relação ao segundo. Tradição essa já milenar, que muitas vezes se insere no discurso sem que ao menos se perceba. Edward Said, em sua obra “Orientalismo” (1996) versa sobre como houve uma construção do saber em que o Oriente (e aqui Oriente não tem um significado geográfico e sim histórico-cultural, que define como orientado aquilo que não é Ocidente, esse representando a cultura hegemônica, ou seja, do Norte global) é repetidamente desvalorizado em relação ao Ocidente. Esse saber se desdobra em um discurso e visão de mundo que submetem o Oriente, ou Sul global, a uma comparação enviesada em relação ao Ocidente.

Como o autor coloca, essa visão do mundo impõe uma positividade inconsciente ao indivíduo, que acaba por reconhecer no oriental “(...) sua sensualidade, sua tendência ao despotismo, sua mentalidade aberrante, seus hábitos de imprecisão, seu atraso (...)”, em oposição ao desenvolvimento e superioridade do ocidental (SAID, 1996, p. 212), assim como pode-se perceber nas temáticas de “An African City”. As críticas a Gana e à África em geral são feitas de forma dura, sem que em de nenhum momento sejam tratadas como consequência das décadas de imperialismo europeu na área. Na se-

gunda metade do século XIX, o continente africano passou a ser ocupado pelas potências imperialistas europeias no movimento que ficou conhecido como neocolonialismo. Inglaterra, Alemanha, França, Portugal, Bélgica, Itália e Espanha estabeleceram áreas de influência no continente, em busca de novas fontes de matéria prima para suas indústrias e mercado consumidor para seus produtos. A divisão dos territórios entre os países europeus, promovida na Conferência de Berlim, em 1885, foi um dos primeiros e mais violentos golpes aos povos africanos, pois não levou em consideração rotas de comércio já existentes, regiões com afinidades étnicas e culturais, fragmentando os laços lá construídos ao longo de séculos (WILLIAMSON, 2011).

Para além disso, na maior parte do continente, as novas metrópoles estabeleceram grandes plantações e áreas de produção do que hoje são commodities, produtos primários de valor comercial baixo e variável em oposição aos artigos produzidos nas metrópoles, os manufaturados, mais valiosos no mercado internacional. A industrialização promovida nos países africanos na época servia somente para que produtos como borracha, algodão, café, tabaco e outros fossem produzidos e escoados com mais facilidade para a Europa, fortalecendo o já existente vão entre as potências europeias, já industrializadas, e a África. Isto é, a inserção comercial do continente no mercado internacional foi uma inserção subalterna, que reverberou para as décadas seguintes (WILLIAMSON, 2011).

Ademais, o extrativismo mineral e de petróleo no continente deixou cicatrizes profundas nos países africanos, sendo fonte de guerras e milhares de mortes em países como o Congo, Nigéria, Angola e outros. As metrópoles só deixariam o controle do continente a partir da década de 1960, em decorrência da luta dos países africanos por sua independência, deixando como parte de sua herança guerras, exploração, conflitos étnicos e instituições

frágeis (WILLIAMSON, 2011). Mesmo assim, a questão colonial não é tratada na web série, o que faz com que as precariedades no sistema africano sejam descontextualizadas, e retratadas como apenas uma questão de atraso natural do continente em relação ao Ocidente ou Norte global.

## Considerações Finais

A web série “An African City”, criada e produzida pela diretora ganesa Nicole Amarteifio, tem como proposta a resignificação do modelo da série estadunidense “Sex and the City” para os moldes da sociedade africana. Suas protagonistas retratam de forma bastante acurada as dificuldades enfrentadas pelos filhos da segunda diáspora africana ao retornarem para seus países de origem. Esses jovens, altamente escolarizados e ocidentalizados, ao voltarem a seus países de origem já não compartilham os mesmos símbolos com seus amigos e familiares que não imigraram. Têm dificuldade para se adaptar nesse novo ambiente, com regras sociais, idioma e funcionamento diferentes do Norte global, criando uma questão identitária complexa: são africanos demais para serem europeus e europeizados demais para serem aceitos como africanos.

A web série de Amarteifio tem o mérito de representar a cultura africana e a sociedade africana de forma a não perpetuar estereótipos de pobreza extrema, isolamento e savana, substituindo-os por imagens de jovens bem-sucedidos, que se divertem e consomem da mesma forma que os ocidentais. É inegável o valor de uma produção que tenha a capacidade de dar visibilidade a populações historicamente negligenciadas pelas produções cinematográficas. Mesmo assim, é necessário que se desenvolva uma visão crítica do formato e conteúdo utilizados para construir a série.

Tanto forma quanto conteúdo podem ser vistos como a tentativa de encaixar a realidade africana

em um molde do Norte global, em detrimento da criação de um novo molde, que se adeque às qualidades e às adversidades do continente. Essa mensagem de subserviência e inferioridade, descontextualizada do imperialismo europeu que deixa marcas fundas em todas as nuances do continente, acaba por perpetuar a ideia já tão consolidada, e que deve ser a todo custo combatida, do atraso do continente africano em relação ao europeu.

## Referências

- A CUSTOMS EMERGENCY – Episode 4 An African City. Direção: Nicole Amarteifio. 23 mar. 2014. Web série, 11’54”. Publicado por An African City. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ggCvrcVCUTI&t=8s>>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- ANOUILH, Jean. The Rehearsal. In: **Five Plays**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1990.
- BETTON, Gerard. **Estética do Cinema**. São Paulo: Martins Fontes. 1987.
- BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kyra. Language and Identity. In: DURANTI, A. (Ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology**, Nova Jersey: Blackwell Publishing, cap. 16, p. 360-394, 2005.
- CONDOM ETIQUETTE – Episode 7 An African City. Direção: **Nicole Amarteifio**. 06 abr. 2014. Web série, 14’09”. Publicado por An African City. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c0oGYhmMYSA&t=9s>> Acesso em 12 Fev 2018
- GEORGE, Pierre. **Geopolítica de las minorias**. Barcelona: Oikos-tan s.a. ediciones. 1985.
- GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A Descolonização da África e o Luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal**. 156f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/iUOTa>>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- IMDB. **An African City**. 2018a. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt3711204/>> Acesso em: 19 fev. 2018.
- IMDB. **Sex and the City**. 2018b. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0159206/>> Acesso em: 19 fev. 2018.
- LEITÃO, José. A Imigração e o Futuro das Relações Entre a UE e África. In: COLÓQUIO GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E MIGRAÇÕES. **Ciclo “África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana”**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 09 mar. 2007. Disponível em: <<http://migre.me/q7oRV>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

LEVINE, Mark. When Art Is the Weapon: Culture and Resistance Confronting Violence in the Post-Uprisings Arab World. **Religion**, v. 6, n. 4, p. 1277-1313, 2015. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2077-1444/6/4/1277>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MACHADO, Marieli Ritzel. **Mulheres Sex and the City: um estudo sobre a relação entre o seriado, a moda e a mulher contemporânea**. 73 f. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27903/000768061.pdf;sequence=1>> Acesso em: 19 fev. 2018.

NAIME, Jéssica. O perfil da migração africana. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 3, p. 11-16, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/q7oSI>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ORTEGA, Manuel Medina. A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios. In: COLÓQUIO GLOBALIZAÇÃO, POBREZA E MIGRAÇÕES. **Ciclo “África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana”**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 09 mar. 2007. Disponível em: <[http://www4.fe.uc.pt/ciclo\\_int/doc\\_06\\_07/ortega.pdf](http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/ortega.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2018.

QUERINO, Rubens Estevão Costa de Moraes; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. Arte e informação: o papel das redes de informação na comercialização, divulgação e realização da arte contemporânea. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 116-136, jul./set. 2015.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. **Diáspora como Movimento Social: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Africari-beñas e de la Diaspora e as políticas de combate ao racismo numa perspectiva transnacional**. 237 f. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100761/308891.pdf?sequence>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Schwarcz. 1996.

SASAKE, Elisa M; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teoria das Migrações Internacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu, out. 2000. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16\\_2.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SCHILLER-GLICK, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing. **Anthropological Quarterly**, v.68, n.1, p.48-63, jan. 1995. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2014/03/NinaSchiller-et-alii-FromImmigrant-to-Transmigrant-1995.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SEXUAL REAL STATE – Episode 2 An African City. Direção: Nicole Amarteifio. 08 mar. de 2014. Web série, 15’45”. Publicado por An African City. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MtKX9qYPCuI&t=16s>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SWIDDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, v. 51, p. 273-286, 1986.

THE BELLY BUTTON TEST – Episode 5 An African City. Direção: Nicole Amarteifio. 30 mar. 2014. Web série, 14’20”. Publicado por An African City. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aw2RtHSeOa0&t=9s>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

THE RETURN – Episode 1 An African City. Direção: Nicole Amarteifio. 2 mar. 2014. Web série, 13’53”. Publicado por An African City. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kg7hUuWKe2U>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

WALLON, Henri P. H. O papel do outro na consciência do eu. In: WALLON, H. P. H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Editorial Veja, p.24 – 37, 1979.

WILLIAMSON, Jeffrey G. **Trade and Poverty: When the third world fell behind**. Cambridge: The MIT Press. 2011.

# Libertação Nacional e Construção de uma Agenda Continental Africana: Kwame Nkrumah e a formação da Organização da Unidade Africana<sup>1</sup>

*National Liberation and the Construction of an African Continental Agenda: the role of Kwame Nkrumah in the formation of the Organization of African Unity<sup>2</sup>*

*Liberación nacional y la construcción de una agenda continental africana: Kwame Nkrumah y la formación de la Organización de la Unidad Africana<sup>3</sup>*

Analúcia Danilevicz Pereira<sup>4</sup>

Camila Castro Kowalski<sup>5</sup>

Carla Márcia Pagliarini<sup>6</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p25

Recebido em: 31 de março de 2019  
Aceito em: 12 de agosto de 2019

## Resumo

O artigo analisa o papel de articulação política de Kwame Nkrumah. Sustenta-se que sua iniciativa para criar espaços de concertação contribuiu para formar uma agenda continental africana. Embora as disputas típicas ao processo de construção política dos Estados tenham inviabilizado a unidade efetiva, não impossibilitaram a formação da agenda continental.

**Palavras-chave:** Organização da Unidade Africana. Kwame Nkrumah. Pan-Africanismo.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

3 Este estudio fue financiado en parte por la Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiación 001.

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos e editora do Brazilian Journal of African Studies. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2188-8470>.

5 Doutoranda em Ciência Política e Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8296-4513>.

6 Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9868-4548>.

### Abstract

*This article analyzes Kwame Nkrumah's political articulation. It is argued that his initiative to create places of political cooperation has helped to build an African continental agenda. Although the disputes typical of the political process of state building have made it impossible to establish effective unity, they have not prevented the construction of a continental agenda.*

**Keywords:** *Organization of African Unity. Kwame Nkrumah. Pan-Africanism.*

### Resumen

*Este artículo analiza el papel de articulación política de Kwame Nkrumah. Se argumenta que su iniciativa para crear espacios de concertación ha ayudado a construir una agenda continental africana. Aunque las disputas típicas del proceso político de construcción del estado han hecho imposible establecer una unidad efectiva, no han impedido la construcción de una agenda continental.*

**Palabras clave:** *Organización para la Unidad Africana. Kwame Nkrumah. Panafricanismo.*

## Introdução

O final da década de 1950 e o início dos anos 1960 foram marcados pela atuação de movimentos de libertação nacional em toda a África. O continente passou a ser cenário da Guerra Fria, com atuação das superpotências, ao mesmo tempo em que se mantinham, por parte das ex-metrópoles coloniais, mecanismos de controle. Os processos de independência foram fortemente influenciados tanto pela política dos Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quanto pela manutenção dos laços de dependência com as antigas metrópoles.

Nesse quadro, cabe chamar atenção para a independência de Gana em 1957, que embora não tenha sido pioneira foi uma das mais significativas para o movimento de emancipação dos demais países africanos. Gana foi o primeiro país da África Subsaariana a se libertar do jugo colonial. Ademais, o primeiro presidente ganês, Kwame Nkrumah (1909-1972), foi um dos articuladores da Organização da Unidade Africana (OUA) e um influente defensor do pan-africanismo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a articulação política de Nkrumah ao conciliar o processo de luta pela libertação nacional nos países africanos com o desenvolvimento da ideia de unidade continental. Utilizaremos análise histórica e pesquisa bibliográfica descritiva para explorar o papel do líder ganês na difusão do Pan-africanismo e na construção de uma agenda africana.

## Pós-segunda guerra mundial e as lutas de independência

O pós-Segunda Guerra Mundial foi definido por uma nova realidade geopolítica mundial. Babou (2010), ao abordar o fim do domínio britânico no continente africano, afirma que a conjuntura geopolítica internacional do pós-guerra, por si só, não levou as potências imperiais europeias a desistir de suas colônias. Este tipo de argumento – destaca – incorre no risco de conceber os decisores políticos coloniais como entidades isoladas e autônomas, impermeáveis às mudanças que ocorrem nas colônias e motivadas unicamente por suas considerações metropolitanas.

É claro que o processo de emancipação esteve relacionado à dinâmica colonial, mas não exclusivamente. É preciso entender também as questões de poder internas. Não se pode pensar que houve apenas um caminho para que os novos países africanos se integrassem ao sistema de Estados. Foram algumas vias: a do neocolonialismo – uma forma de acomodação com as antigas potências coloniais; a da barganha – países que se utilizaram da divisão entre o Ocidente e o bloco socialista no cenário da Guerra Fria para obter vantagens; as revoluções – Estados que se aproximaram do bloco socialista e desenvolveram seu processo de independência pela via revolucionária; e ainda os casos de movimentos de libertação claramente aproximados do bloco socialista que não lograram chegar ao poder no contexto do processo de independência, mas que sempre foram um “peso” na balança de poder interna (a exemplo do Congresso Nacional Africano na África do Sul). Esta diversidade de experiências demonstra que, embora condicionantes externos existam, a dinâmica política africana decorre também de processos autóctones.

É neste sentido que o estudo da criação da OUA se torna tão importante. Geralmente, qualquer discussão a respeito de integração entre Estados toma como norte a integração europeia. Entretanto, o continente africano iniciou tão precocemente quanto a Europa um processo de integração, embora por outro caminho (guiado mais pelo interesse de articulação política do que pelo interesse econômico-comercial). O fato de ter buscado na unidade a força para a autonomia mostra como a África oferece ricos elementos para o debate teórico na Ciência Política e nas Relações Internacionais.

O contexto internacional do momento em que a maior parte dos Estados africanos tornaram-se independentes (isto é, a segunda metade do século XX) era de grande agitação anticolonial por todo

o continente. Levantes armados em Madagascar, Tunísia e Camarões, bem como movimentos não violentos na Costa do Marfim foram brutalmente reprimidos pela França, enquanto o Reino Unido empregava métodos draconianos para conter a insurreição Mau-Mau no Quênia (SCHMIDT, 2013, p. 18-19). Nenhuma potência colonial aquiesceu à independência sem ter sofrido pressões internas, e mesmo quando o fizeram, confiavam que poderiam transferir o poder político a governos africanos que protegessem seus interesses econômicos e políticos.

A estratégia inglesa buscava diminuir seu custo de atuação direta no continente, mantendo ao mesmo tempo a sua influência econômica (através, por exemplo, da promoção e manutenção da *Commonwealth*). Já a França tentou manter o controle das suas colônias de forma mais coercitiva e direta, como a cooptação da elite política. Por fim, a resposta das potências coloniais mais desgastadas (Portugal e Bélgica) foi uma intensificação nos mecanismos de violência, buscando a qualquer custo manter os seus domínios (SCHMIDT, 2013)<sup>7</sup>.

A África continuou sendo fundamental para o funcionamento do sistema capitalista europeu, e de forma ainda mais intensa, no contexto de crise pós-Segunda Guerra Mundial. Isso exigiu dos africanos uma dupla capacidade de articulação: primeiro, pela independência política, e segundo, pela superação da sua posição dependente no sistema econômico mundial. Assim sendo, a busca pela construção de um sentido de solidariedade a nível continental não foi uma ilusão sentimental, mas decorreu da consciência da utilidade da cooperação para vencer este duplo desafio (CHAZAN, 1999, p. 361).

---

<sup>7</sup> Além das antigas metrópoles, os EUA, a URSS, China e Cuba tiveram forte interação com o cenário africano neste período. Entretanto, por questões de espaço, optamos por focar na abordagem das ex-metrópoles.

## **Kwame Nkrumah e a independência de Gana**

Apesar de ter se tornado independente apenas em 1957, a luta pela libertação de Gana remonta aos anos 1940. Um personagem-chave nesta luta, Kwame Nkrumah era um homem culto, que havia estudado nos Estados Unidos e Reino Unido – locais onde teve contato com estruturas de organização política de resistência e com intelectuais que o influenciaram. Entre as correntes teóricas que teve contato, destaca-se o Pan-africanismo, cujas origens remontam à experiência psicológica e social da diáspora africana (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Tendo-se desenvolvido no início do século XX, o Pan-africanismo surgiu questionando a forma como eram tratados, em todos os continentes, os afrodescendentes, décadas após o fim do tráfico de escravos. Desde os primórdios, esteve profundamente ligado às populações de ascendência africana do sul dos Estados Unidos e das Antilhas Britânicas e fundamentou-se em três eixos: o tráfico de escravos, a colonização europeia e a consciência de raça. Por isso, embora inicialmente estivesse associado, principalmente, à luta pelos direitos civis dos negros americanos, tratava-se de uma discussão teórica ampla o suficiente para ligar-se a outras causas – o que aconteceria mais tarde, quando passaria a ser associada à defesa da libertação dos países africanos do domínio colonial.

Os intelectuais que se ligavam ao movimento Pan-africano logo começaram a organizar publicações próprias e a promover eventos. Na primeira metade do século XX, ocorreram cinco Congressos Pan-africanos, nos anos de 1919, 1921, 1923, 1927 e 1945 – este último, ocorrido em Manchester, foi organizado por W. E. B. Du Bois, que “articulou claramente a demanda de soberania total para as colônias europeias em África e delineou uma estratégia para alcançá-la” (BABOU, 2010, p. 47).

No período entre o quarto e o quinto Congressos, a filosofia pan-africanista se desenvolveu por dois caminhos: o chamado “Pan-africanismo Continental” advogava pela união de Estados e povos dentro da África, através de uma união política ou cooperação internacional; já o “Pan-africanismo da Diáspora” retinha o *ethos* original relacionado à solidariedade entre todos os africanos e seus descendentes fora do continente (AYITTEY, 2010, p. 89). Ainda conforme Ayittey (2010), Nkrumah participou ativamente do evento ocorrido em Manchester, em 1945, e serviu como secretário-geral do Congresso Pan-Africano de 1945 a 1947.

De volta a Gana, Nkrumah foi um dos fundadores do Partido da Convenção Popular (CPP), cuja agenda política tinha como ponto principal a busca pela autonomia, mas que incluía também o desejo de “apoiar e ajudar de todas as maneiras possíveis o objetivo de uma África Ocidental unida e autônoma” (OKON, 2014, p. 58, tradução nossa).

Em 1951, o CPP obteve uma vitória esmagadora nas eleições para o Parlamento da Costa do Ouro, assumindo 30 dos 33 assentos e evidenciando a habilidade política de Nkrumah de criar uma frente unida de militantes pela independência. Este resultado se tornaria um ponto de inflexão na história da colonização da África Negra e seu respaldo popular evidenciaria a legitimidade da agenda política de Nkrumah, inclusive frente aos demais Estados africanos.

Quando Gana tornou-se independente, seis anos depois, a figura de Nkrumah estava mais forte politicamente do que nunca. Ele utilizou seu discurso por ocasião da emancipação para deixar claro o compromisso em apoiar outros países africanos na luta contra o colonialismo: “Nós vencemos a batalha e mais uma vez nos re-dedicamos... Nossa independência não terá sentido, a menos que esteja ligada à libertação total da África” (NKRUMAH, 1957, tradução nossa).

Este compromisso superava o discurso. Um dos primeiros atos de Nkrumah como presidente foi o de organizar duas importantes conferências em Acra: a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes (CIAS), em abril de 1958 e a Conferência de Todos os Povos Africanos, em dezembro de 1958. Ao fazê-lo, o líder ganês levava as discussões sobre o Pan-africanismo pela primeira vez a solo africano (OKON, 2014, p. 68) e tornava Acra um ponto de encontro para forças nacionalistas, sem a interferência de potências estrangeiras (HOUSER, 1988, p. 73). Vale lembrar que naquele momento já existiam oito Estados africanos independentes e nenhum movimento no sentido de uma unidade havia sido criado. A iniciativa era algo novo mesmo em termos culturais: pretendia unir os Estados do Magrebe e Subsaarianos, com enorme diversidade em termos de língua, religião e história.

Paralelamente à convocação das conferências, Nkrumah criou o Escritório para Assuntos Africanos (BAA), o Centro de Assuntos Africanos e o Instituto Kwame Nkrumah de Ideologia nos primeiros anos de governo (GRILLI, 2017, p. 296). O objetivo era apoiar outros territórios coloniais africanos na sua luta pela independência, o que aconteceu na prática: o BAA viabilizou a continuidade das atividades da União das Populações do Camarões (UPC) no exílio e abrigou ativistas e exilados do Egito, Quênia, Uganda, Malawi, Congo Belga, Angola, Lesoto, Zâmbia e Camarões, de 1958 a 1966 (TERRETTA, 2010). Gana também concedeu empréstimos e bolsas de estudos aos novos Estados africanos (BUAH, 1998, p. 188).

Nkrumah preocupava-se com uma possível balcanização da África (TUAFO, 2016, p. 30-38). Ele cita a divisão federativa da Nigéria em três regiões, que antes constituíam um governo unitário, como exemplo da política de “dividir para dominar” das antigas potências coloniais – que, segundo sua análise, continuavam buscando exercer o

controle político nos novos Estados (NKRUMAH, 1963, p. 56). Assim, o líder ganês, em contato com seus análogos na Guiné e no Mali, funda em abril de 1961 a União dos Estados Africanos (também chamada União Gana-Guiné-Mali), que visava harmonizar as políticas domésticas e externas dos seus membros, bem como construir um sistema de defesa conjunto e planejamento econômico comum.

A União dos Estados Africanos declarava-se aberta à adesão de qualquer Estado ou federação africana que concordasse com seus objetivos. A intenção era que servisse como piloto, levando a uma eventual unidade continental completa (NKRUMAH, 1963, p. 143). A questão era que regimes já estabelecidos, ou conservadores, eram reticentes quanto à criação de estruturas com poderes supra-nacionais (WALLERSTEIN, 1969, p. 37), dando preferência à ideia de *cooperação* econômica e cultural (BUAH, 1998, p. 188, grifo nosso). Apesar de rejeitada, a proposta colocava no centro da discussão a união política entre os africanos.

## Agenda continental

A Guiné de Sékou Touré foi uma importante aliada de Gana. Para Wallerstein (1969), a União Guiné-Gana quebraria a “barreira linguística” dos países africanos, e mostraria que, para a formação de alianças, ter uma mesma língua era menos importante do que ter uma mesma orientação ideológica. Estes dois países, junto à Argélia (em guerra contra a França), tornaram-se o núcleo do grupo que buscava avançar a agenda da luta pela libertação nacional no continente africano. Eles entendiam que a unidade deveria relacionar-se a um compromisso político comum (que naquele momento era a emancipação) – por isso, Wallerstein (1969) sugere que sua proposta seria a de uma “unidade como movimento”.

A mesma mudança na legislação francesa que permitiu a Guiné emancipar-se conferiu autonomia a

outras repúblicas das antigas federações da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF). Estas, entretanto, preferiram manter-se dentro da Comunidade Franco-Africana. Seu tamanho (muitas eram pequenas ou escassamente povoadas), vulnerabilidade econômica e falta de saída para o mar acentuavam a dependência em relação à antiga metrópole (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 105).

O interesse francês em inviabilizar a construção de uma federação política influente pode ser atestado pela iniciativa de promover grupos mais frágeis. Assim, contou com o líder marfinense fortemente antifederalista Félix Houphouët-Boigny – à frente de uma das maiores economias entre suas colônias – para criar o *Conseil de l'Entente* ainda em 1959 (MYTELKA, 1974, p. 299). Costa do Marfim e Gabão, os dois pivôs econômicos da AOF e da AEF respectivamente, também se recusaram a consentir com uma futura união política que reconstituísse tais federações no pós-independência (MYTELKA, 1974, p. 297).

Em 1960, tornando-se independentes da França, os países que antes compunham a AOF e AEF formaram um grupo político de “inércia”, o Grupo de Brazzaville, pouco dispostos a avançar medidas exclusivamente africanas, preferindo manter seus laços com a França e o Mercado Comum Europeu (PADELFOORD, 1964, p. 523). Eles criaram em 1961 a União Africana e Malgaxe (UAM), com sua própria representação na Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>8</sup>, que fazia pressão sobretudo à política ganense de incentivo aos movimentos de libertação nacional.

A partir da formação da UAM, novas estruturas foram criadas gradativamente, fragmentando o cenário político africano. Contribuiu para isto a

8 Na primeira CIAS, havia-se chegado a um consenso acerca da participação dos africanos na ONU: seus representantes buscariam a articulação para votar em conjunto nos temas de maior interesse, de modo a fortalecer o continente como um todo. Com a UAM, este acordo foi desfeito.

crise no Congo<sup>9</sup>, evento que dividiu as alianças dos Estados africanos, fazendo inclusive com que deixassem de votar em conjunto na ONU<sup>10</sup>.

Foi para discutir a questão do Congo que o Rei Mohammed V do Marrocos convocou uma reunião entre líderes africanos em janeiro de 1961. Participaram da reunião Gana, Guiné, Mali, a República Árabe Unida (presidida por Nasser), o Governo Provisório da República Argelina<sup>11</sup> (GPRA), a Líbia e um observador do Ceilão. Ao final da conferência,

9 Em janeiro de 1960, lideranças congoleesas e parlamentares belgas reunidos em conferência acordaram que, no dia 30 de junho de 1960, o Congo se tornaria independente. Eleições gerais foram marcadas para maio do mesmo ano e a maioria dos líderes estava envolvida na campanha eleitoral quando os belgas convocaram uma segunda conferência, desta vez para debater as questões econômicas. Para Weiss (2012, p. 113) foi nesta reunião, à qual foram enviados não os principais representantes congoleeses da época, mas jovens atores políticos, que se formaram as conexões entre interesses belgas e certos líderes da província de Katanga, o que resultou na sua predileção pela secessão. O resultado das eleições deu maioria ao Mouvement National Congolais (MNC), liderado por Patrice Lumumba, mas a Constituição, que havia saído da reunião de janeiro, dava aos belgas a iniciativa sobre quem seria convidado a formar o governo – e num primeiro momento buscaram outro nome para o cargo. Quando eventualmente conseguiu assumir como primeiro-ministro, Lumumba teve de confrontar a declaração de independência da província de Katanga, rica em minérios e controlada pelo partido pró-belga Conakat (*Confédération des Associations Tribales du Katanga*), liderado por Moïse Tshombe (WEISS, 2012, p. 114). A situação se desenvolveu rapidamente e em setembro de 1960 o então presidente Joseph Kasavubu (filiação à ABAKO – *Alliance des Bakongo*) dispensou Lumumba como primeiro-ministro. Este questionou a legalidade da ação, mas Kasavubu era apoiado pelas Nações Unidas e por elementos do Exército congolês liderados por Joseph-Désiré Mobutu, o que lhe garantiu o controle da capital (WALLERSTEIN, 1969, p. 45). A situação fez com que a Assembleia Geral das Nações Unidas tivesse que decidir qual dos dois líderes teria sua delegação representada no foro e os Estados africanos foram forçados a tomar partido, em uma votação que revelaria sua divisão sobre o tema.

10 Os votos dissidentes haviam sido responsáveis pelo apoio a Kasavubu na ONU, ainda que os Estados africanos que efetivamente tinham tropas atuando na missão no Congo naquele momento tenham votado contra este líder (WALLERSTEIN, 1969, p. 45-47).

11 Braço político da Frente de Libertação Nacional, então em guerra contra a França.

os Estados participantes concordaram em manter a estrutura política do grupo, que ficou conhecido como Grupo de Casablanca. Seu propósito era avançar uma agenda que não apenas integrasse politicamente os Estados africanos soberanos, mas que criasse consenso em torno de aspirações e planos de ação conjuntos (WALLERSTEIN, 1969, p. 55).

Em maio de 1961, outro grupo se formaria. Em Monróvia, reuniram-se representantes de 20 Estados – Etiópia, Libéria, Líbia, Nigéria, Serra Leoa, Somália, Togo, Tunísia e os 12 membros da UAM. Seu interesse era criar uma estrutura africana fortemente ancorada no princípio de não interferência em assuntos internos de Estados soberanos. O Grupo de Monróvia representava a busca por uma unidade que derivava de questões pragmáticas (como a criação de um banco interafricano). Por isso, Wallerstein (1969) sugere que sua proposta seria a de uma “unidade como aliança”.

A divisão criada entre os Estados independentes africanos havia feito recuarem alguns dos seus mais importantes desenvolvimentos. O grupo de pressão formado pelos representantes africanos na ONU, por exemplo, já não funcionava efetivamente. O desejo de recuperar as atividades desse grupo e de conter a fragmentação política acabou levando à flexibilização do “núcleo revolucionário”. O primeiro passo foi chegar a um acordo sobre o Congo, o que foi possível ao articular em duas esferas de poder (presidência e parlamento) as lideranças apoiadas pelos grupos de Monróvia e de Casablanca. O passo seguinte seria chegar a uma harmonização semelhante quanto à unidade africana.

O principal desafio era acomodar os interesses divergentes dentro do próprio “núcleo revolucionário”. O desejo de formar uma estrutura pan-africana com uma direção política única acabou perdendo espaço. Prevaleceu o entendimento de que o colonialismo era um inimigo maior do que os regimes reacionários africanos e que uma estrutu-

ra única, abarcando todos os Estados – ainda que concessões fossem feitas – era essencial para apoiar os movimentos de libertação em territórios ainda sob jugo colonial ou sob regimes de segregação racial (WALLERSTEIN, 1969, p. 62-63). Assim, em maio de 1963, trinta chefes de Estado africanos reunidos em Adis Abeba chegaram a um acordo regido pelo desejo de salvaguardar e consolidar a independência, soberania e integridade territorial dos Estados envolvidos, além de combater o neocolonialismo em todas as suas formas (OAU, 1963).

De certo modo, haviam sido acomodados objetivos dos dois principais núcleos de interesse. Por um lado, consagrava-se o princípio de não-interferência e criava-se uma estrutura cuja ênfase estava na cooperação socioeconômica prática. Por outro lado, o órgão se comprometia a coordenar esforços para acelerar o processo de independência dos Estados ainda sob jugo colonial – “Dedicação absoluta à emancipação total dos territórios africanos que ainda são dependentes” (OAU, 1963, tradução nossa) – e afirmava uma política comum de não-alinhamento a nenhum bloco (OAU, 1963).

Com o compromisso firmado em Adis Abeba, esperava-se dos chefes de Estado signatários que desarticulassem os grupos que antes fragmentavam politicamente o continente. Como um gesto para a OUA, a UAM encerrou sua representação própria na ONU.

## Conclusão

Kwame Nkrumah, primeiro presidente ganês, foi um dos articuladores da OUA e um influente defensor do pan-africanismo. Discutiu-se neste artigo sua trajetória política para avaliar sua contribuição para a formação de uma agenda continental africana – e, em última instância, para a criação da OUA, na medida em que ele organizou os primeiros encontros entre Estados independentes e levou para o continente a discussão sobre o Pan-africanismo.

Pode-se dizer que o que Wallerstein (1969) chama de “unidade como aliança”, ou seja, os países que entendiam a unidade africana mais como escolha prática do que como compromisso político-ideológico, foi vitoriosa ao conseguir inserir seus objetivos e preceitos na OUA. Entretanto, sem que o “núcleo revolucionário” original – aqueles que entendiam a “unidade como movimento” – houvesse dado início ao pensamento das relações diplomáticas de cada país africano como um assunto continental, é possível que não se tivesse chegado a uma organização nestas dimensões.

Vale lembrar que uma união política entre Estados independentes era uma inovação naquele momento histórico (a título de comparação, a Comunidade Econômica Europeia foi criada em 1957, dizia respeito a relações econômicas e comerciais, e tinha originalmente dimensões menos ambiciosas que a OUA). Isso nos permite notar um aspecto político peculiar ao continente africano: uma autonomia historicamente construída do ponto de vista coletivo para a organização de uma agenda continental, o que traz importantes contribuições, teóricas e práticas, para as Relações Internacionais.

## REFERÊNCIAS

- AYITTEY, George B. N. The United States of Africa: A Revisit. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, v. 632, p. 86-102, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27895950>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BABOU, Cheikh Anta. Decolonization or National Liberation: Debating the End of British Colonial Rule in Africa. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, v. 632, p. 41-54, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27895947>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BUAH, F. K. **A History of Ghana**. Oxford: Macmillan Education, 1998.
- CHAZAN, Naomi et al. Inter-African Relations. In: CHAZAN, Naomi; LEWIS, Peter; MORTIMER, Robert A.; ROTHCHILD, Donald; STEDMAN, Stephen John. **Politics and society in contemporary Africa**. 3a ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- GRILLI, Matteo. Nkrumah, Nationalism, and Pan-Africanism: The Bureau of African Affairs Collection. **History in Africa**, v. 44, p. 295-307, 2017. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/665286>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali. A; WONDJI, Christophe (Ed). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, p. 849-872, 2010.
- HOUSER, George M. **No one can stop the rain: glimpses of Africa's liberation struggle**. Nova York: The Pilgrim Press, 1988.
- MYTELKA, Lynn K. A Genealogy of Francophone West and Equatorial African Regional Organisations. **The Journal of Modern African Studies**, v. 12, n. 2, p. 297-320, jun. 1974. Disponível em: <[http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0022278X00009265](http://journals.cambridge.org/abstract_S0022278X00009265)>. Acesso em 10 jan. 2019.
- NKRUMAH, Kwame. **Africa Must Unite**. Nova York: Frederick A. Praeger Publisher, 1963.
- NKRUMAH, Kwame. **Ghana is free forever**. Acra, 6 de março de 1957. Discurso proferido em comemoração à independência de Gana. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/worldservice/focusonafrika/news/story/2007/02/070129\\_ghana50\\_independence\\_speech.shtml](http://www.bbc.co.uk/worldservice/focusonafrika/news/story/2007/02/070129_ghana50_independence_speech.shtml)>. Acesso em 22 abr. 2018.
- OKON, Etim E. Kwame Nkrumah: the fallen and forgotten hero of African nationalism. **European Scientific Journal**, v. 10, n. 17, p. 50-77, jun. 2014. Disponível em: <<https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/3547>>. Acesso em 22 abr. 2018.
- OAU. Organization of African Unity. **Charter**. Addis Abeba, 25 mai 1963. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau\\_charter\\_1963.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf)>. Acesso em 20 out. 2017.
- PADELDFORD, Norman J. The Organization of African Unity. **International Organization**, v. 18, n. 3, p. 521-542, verão 1964. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/organization-of-african-unity/D57D227CC2CF166C48320A52736B53A6>>. Acesso em 10 jun. 2018.
- SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- TERRETTA, Meredith. Cameroonian nationalists go global: from forest *maquis* to a Pan-African Accra. **Journal of African History**, v. 51, n. 2, p. 189-212, 2010.
- TUAFO, Kofi Yeboah. **Philosophy and opinions of Kwame Nkrumah: Axioms, Statements of Hope, Inspirations for the future**. Acra: African Stories, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Unity**. Nova York: First Vintage Books Edition, 1969.
- WEISS, Herbert. The Congo's Independence Struggle Viewed Fifty Years Later. **African Studies Review**, v. 55, n. 1, p. 109-115, abr. 2012.



# A construção do Estado na África Independente e sua inserção no Sistema Internacional: uma introdução

*The construction of the state in Independent Africa and its insertion in the International System: an introduction*

*La construcción del Estado en África Independiente y su inserción en el Sistema Internacional: una introducción*

Camila Santos Andrade<sup>1</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p33

Recebido em: 31 de março de 2019  
Aprovado em: 12 de agosto de 2019

## Resumo

*O presente artigo tem como objetivo introduzir uma discussão acerca da construção do Estado africano, analisando sua inserção no sistema internacional de Estados. Para fins didáticos, foi escolhido o recorte histórico pós-independência, buscando características que possibilitem analisar a construção do Estado.*

**Palavras-chave:** Estado. África. Sistema Internacional.

## Abstract

*The present article aims to introduce a discussion about the construction of the African State, analyzing its insertion in the international system of States. For the didactic purposes the historical post-independence clipping was chosen, looking for characteristics that make it possible to analyze the construction of the state.*

**Keywords:** State. Africa. International System.

## Resumen

*Este artículo tiene como objetivo introducir una discusión sobre la construcción del Estado africano, analizando su inserción en el sistema internacional de Estados. Para fines didáticos, se eligió el esquema histórico posterior a la independencia, buscando características que permitan el análisis de la construcción del Estado.*

**Palabras clave:** Estado. África. Sistema Internacional.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharela em Relações Internacionais pela UNIJORGE. Porto Alegre/Brasil. ORCID: 0000-0003-3622-7584

## Introdução

Estudar a formação e a consolidação do Estado na África torna-se um desafio por causa da omissão do desenvolvimento das pesquisas sobre os casos africanos, desconsiderando a oportunidade de desenvolver pesquisa com uma pluralidade de Estados que se encontra na África (HERBST, 2000). É relevante estudar a experiência africana porque ela se desenvolveu diferentemente de outras partes do mundo, como por exemplo, a europeia (HERBST, 2000). Partindo disso, “a geografia política africana representa um conjunto completamente diferente de desafios políticos para os construtores de Estado, em comparação com os problemas enfrentados pelos líderes europeus” (HERBST, 2000, p. 3, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O mapa político africano ilustra a complexidade que caracteriza o continente: “os cinquenta e quatro estados da África são o produto da conquista e separação, amalgamação e continuidade” (CHAZAN *et al.*, 1992, p. 5, tradução nossa)<sup>3</sup>. Em consonância, Thomson (2010) apresenta uma África que possui diferentes possibilidades de estudos de caso para os estudantes de política pesquisar e aprofundar, envolvendo uma variedade de processos, políticas e instituições.

Para pensar no Estado africano, parte-se do pressuposto que esse Estado só é viável se o mesmo consegue controlar o território considerado por suas fronteiras. Com isso, é possível viabilizar o controle a partir do desenvolvimento de uma infraestrutura que possibilite a difusão do poder para o interior e garantindo a lealdades dos cidadãos. Como con-

sequência da não consolidação de autoridade dos Estados africanos, há guerras civis em alguns países (HERBST, 2000).

Sendo assim, este artigo tem como objetivo descrever, de forma introdutória, a evolução deste Estado e sua inserção no sistema internacional por meios historiográficos. O artigo é composto por duas seções, além da introdução e das considerações finais: 1) as condições históricas para a evolução do Estado africano independente; e 2) a relação dos Estados africanos com o sistema internacional sua inserção nele.

Apesar de serem relevantes para uma análise sobre a construção do Estado as interações vivenciadas na África pré-colonial (THOMSON, 2010) e o desenvolvimento das bases do que é conhecido como Estado moderno no período colonial (CHAZAN *et al.*, 1992), para fins didáticos, serão observadas algumas características introdutórias sobre a construção do Estado moderno na África independente, de forma a conectar com o sistema de Estados internacional.

## O Estado africano independente: aportes historiográficos

Para a análise do período das independências africanas, a partir da década de 1960 com a independência da Argélia, é importante levar em conta o contexto histórico do Estado considerado recém-independente, o qual surgiu com a atuação dos movimentos de libertação. Nesse sentido, é visto que a ‘liberdade’ oferecida pelos colonizadores era uma continuação da prática colonial de exportar commodities primárias e importar bens manufaturados caros do ocidente (SCHMIDT, 2013). Além disso, é percebido que as fronteiras obtidas da Conferência de Ber-

<sup>2</sup> “African political geography poses a completely different set of political challenges to state-builders compared to the problems European leaders faced” (HERBST, 2000, p. 3).

<sup>3</sup> “Africa’s fifty-four states are the product of conquest and separation, amalgamation and continuity” (CHAZAN *et al.*, 1992, p. 5).

lim<sup>4</sup>, em 1884, foram artificiais, não representando muitas vezes a realidade africana (HERBST, 2000).

A partir da independência, os Estados africanos tinham que conformar-se em um sistema de Estados já existentes, por isso a não preocupação imediata de mudar o aparato estatal burocrático pensando em distinguir-se do período e herança colonial. O Estado independente na África não se caracteriza a partir de uma compreensão centrada no ocidente. Tendo isso em vista, esta unidade é formada por um conjunto de entidades ou instituições lutando por sobrevivência no sistema internacional (FRANCIS, 2006). Na composição do Estado na África

[...] há um conjunto complexo e diferenciado de instituições (e pessoal) que se apropriaram de todas as armadilhas do Estado Westfaliano quando servem a seus interesses. Além disso, o Estado ou os Estados da África adaptaram de forma única todos os elementos básicos, instituições e componentes do que “um Estado” deveria ser, ao ambiente particular em que está operando. O Estado africano não é, portanto, uma entidade estática, mas dinâmica e em constante evolução em resposta aos seus ambientes interno e externo (FRANCIS, 2006, p. 37, tradução nossa)<sup>5</sup>.

É possível identificar algumas características do Estado independente, como: 1) o tipo de organização, com um caráter centralizado; 2) o tipo de

poder, sendo baseado em território, população e reconhecimento externo; 3) a formação de fronteiras definidas; 4) as relações internacionais, com a inserção no sistema de Estados internacional já existente, ou seja, era necessário adaptar-se para ter o reconhecimento como Estado independente (CHAZAN *et al.*, 1992; HERBST, 2000; THOMSON, 2010).

Ademais, pensando em analisar as estruturas do Estado pós-independência, Chazan *et al.* (1992) utilizam como estrutura de um dos seus capítulos alguns elementos básicos para análise das políticas contemporâneas africanas, para entender as estruturas da política que são formadas as instituições estatais e a organização da arena pública. Em especial, o aspecto das construções da arena pública desde a independência sumariza algumas das características do Estado africano nos seus primeiros anos independente, como é visto a seguir:

Quadro 1: Instituições dos Estados Africanos e a Organização da Arena Pública

Aspecto	-
Construções da Arena Pública desde a Independência	<p><b>Fase 1:</b> A Concentração do Poder Estatal</p> <p><b>Fase 2:</b> A Elaboração do Poder Estatal (administração, o aparato coercitivo, a ordem legal, a maquinaria política)</p> <p><b>Fase 3:</b> A Reconsideração do Poder Estatal</p>

Fonte: Adaptado pela autora com base em Chazan *et al.*, (1992).

Esse Estado independente, como era caracterizado, tinha como premissas a “limitação do pluralismo político a enclaves muito pequenos, a forte ênfase no estatismo e nas estruturas burocráticas, a politização das instituições administrativas e a forma personalista de tomada de decisão” (CHAZAN *et al.*, 1992, p. 54, tradução nossa)<sup>6</sup>. Além da primeira

<sup>4</sup> A Conferência de Berlim de 1884, conhecida comumente como a partilha da África, teve como objetivo dividir o continente africano entre os colonizadores europeus.

<sup>5</sup> “For want of a simple descriptive phrase, is a complex and differentiated set of institutions (and personnel) that have appropriated all the trappings of the Westphalian statehood when it serves their vested interests. In addition, the state or states in Africa have uniquely adapted all the basic elements, institutions, and components of what ‘a state’ is supposed to be, to the particular environment it is operating in. The African state is, therefore, not a static entity, but one that is dynamic and constantly evolving in response to its domestic and external environments.” (FRANCIS, 2006, p. 37).

<sup>6</sup> “limitation of political pluralism to very small enclaves, the strong emphasis on statism and bureaucratic structures, the politicization of administrative institutions, and personalistic form of decisionmaking” (CHAZAN *et al.*, 1992, p. 54).

fase, a de concentração de poder, é interessante ver a expansão do aparato administrativo, coercitivo e legal na segunda fase de elaboração da arena pública, em que é percebida a formação de uma elite estatal. Percebendo o inchaço destas três esferas, houve uma crise de organização e de reconsideração do poder estatal, havendo um enxugamento dessas áreas influenciado pelas reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), gerando uma dependência em torno de mecanismos externos de mercado (CHAZAN *et al.*, 1992).

Com os processos de independência, houve uma maior vontade por parte dos Estados africanos de se integrarem ao mundo capitalista globalizado, tendo como preceito o uso da autonomia. No âmbito da autonomia, o pan-africanismo aparece como um incentivo para a cooperação, acontecendo de diferentes formas. Em especial, a cooperação com os antigos poderes coloniais era configurada, em alguns casos, por meio de fortes conexões (seja institucional, afetivo), como em outros casos por uma conexão relutante (econômico, idioma); existindo a possibilidade de que estas conexões evoluíssem para estruturas de cooperação (WALLERSTEIN, 2005).

Destes laços, a língua e cultura são aqueles que mais perduraram; já o laço econômico é o menos duradouro, mas o mais importante. Como exemplo, pode-se ver a expressão da conexão de linguagem por meio da manutenção das línguas coloniais por parte das elites africanas, o que ilustra essa aproximação das ex-metrópoles por estas elites serem produtos das práticas coloniais: “mesmo as escolas primárias de muitos Estados independentes africanos utilizam a língua colonial, certamente as escolas secundárias e as universidades” (WALLERSTEIN, 2005, p. 139, tradução nossa)<sup>7</sup>. Além disso, houve a transferência de professores provenientes

do poder colonial para qualificar seus nacionais e a ida de estudantes para estudar nas ex-metrópoles, ilustrando a conexão cultural continuada. Em especial, esses alunos formados nas ex-metrópoles representam o marco colonial cultural ainda presente nos intelectuais, representado também nos meios de comunicação que são acessados pelos nacionais (como *Le Monde*, *The Guardian*, dentre outros) (WALLERSTEIN, 2005).

Já a conexão econômica foi desenvolvida a partir do comércio continuado e investimentos, sendo representada, por exemplo, pela maioria dos países africanos permanecendo na zona monetária do franco; houve também as constantes concessões aduaneiras, o que possibilitava alguns países africanos a orbitar na zona do euro. Um elemento que reforça a relação entre os Estados independentes africanos e as ex-metrópoles é o fato de que o primeiro ainda estabelece uma conexão a partir da exportação de *commodities* para este último, além da importação de produtos da mesma fonte. Isso é explicado pelas antigas rotas coloniais, sendo um custo grande mudar estas rotas já desenvolvidas e criar novas alternativas. Além destas três conexões (de idioma, cultural e econômica), ainda há a conexão de assistência técnica e o fornecimento de pessoas treinadas para auxiliar no processo de expansão administrativa e econômica (WALLERSTEIN, 2005).

## O sistema de Estados africanos e sua inserção no sistema internacional

Para analisar o sistema internacional é preciso levar em consideração que o Estado é um dos principais atores deste sistema (CLAPHAM, 1996); mesmo o Estado sendo um ator relevante, o sistema ainda consegue moldar as preferências/ações domésticas. Pensando nisso, Herbst (2000) identifica a criação de instituições domésticas para lidar

<sup>7</sup> “Even the primary schools in many African independent states utilize the colonial language, certainly the secondary schools and the universities” (WALLERSTEIN, 2005, p. 139).

com os constrangimentos internacionais. Além do Estado como ator principal, é importante ressaltar a oscilação do protagonismo geopolítico do continente africano ao longo da história.

A Conferência de Berlim foi um elemento importante que marcou a inserção da África no capitalismo global, demonstrando sua importância como território estratégico de extração de insumos, dentre outros aspectos (CLAPHAM, 1996). Houve a continuidade estratégica com a Guerra Fria, em que o continente tornou-se uma zona de influência dos dois polos de poder: os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Com o fim da Guerra Fria, houve um vácuo de poder no continente, o que estimulou disputas políticas em torno da busca de poder estatal. A partir desses aspectos é possível perceber a influência externa nas dinâmicas domésticas, especialmente das ações dos atores que participaram dessas interações. Para ilustrar este período, o quadro abaixo elenca os desdobramentos do fim da Guerra Fria nas dinâmicas internas dos Estados africanos.

Quadro 2: Influência da transição entre o período da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria

Guerra Fria	Pós-Guerra Fria
Enraizamento de crises políticas e econômicas	Vácuo de poder gerado pelo fim da bipolaridade: movimentos pró-democracia x gangues criminais, senhores de guerra, grupos paramilitares
	Grupos sem ideologia política ou programa assumindo o poder
	Exclusões de grupos da sociedade – violência entre grupos, limpeza étnica, genocídio
	Guerras de 1990: caracterizadas pela violência generalizada e atrocidades contra civis

Fonte: Adaptado pela autora com base em Schmidt (2013).

Schmidt (2013) identifica quatro períodos de intervenção na África, impactando nas dinâmicas domésticas estatais. No período da descolonização (1956-75) e da Guerra Fria (1945-91) é observada a

presença extracontinental, com os Estados Unidos, União Soviética, China, Cuba e os antigos poderes coloniais intervindo na África. No terceiro período, o de colapso do Estado (1991-2001), é observado a presença intracontinental, ou seja, de disputas políticas entre governos pró-democracia, senhores de guerra, grupos paramilitares, ditadores e movimentos dissidentes. No quarto período, o da guerra global contra o terror, volta a presença extracontinental com a atuação militar na África e apoio a governos repressivos. Além disso, “em cada um desses casos, os interesses externos alteraram a dinâmica das lutas internas, levando os conflitos locais a conflitos maiores, com efeitos devastadores nos povos africanos” (SCHMIDT, 2013, p. i, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Os períodos, que trazem os atores supracitados, mostram as diferentes motivações para intervenção no continente. Em especial, no período de descolonização, é visto uma pressão anticolonial para que os Estados africanos fossem finalmente independentes, em que a passagem de poder político, em muitos casos, foi pacífica; já no caso de poderes coloniais fracos (como Portugal e Bélgica), houve conflitos militares em busca da defesa de seus interesses políticos e econômicos.

Posto isso, é importante ressaltar que houve a transferência de poder político para as elites africanas em seus respectivos Estados, mas ainda sim prevaleciam os interesses coloniais no âmbito econômico. Isso faz parte do que N’Krumah (1967) descreveu como as ações neocoloniais dos antigos poderes e dos Estados Unidos, sendo o neocolonialismo a última fase do imperialismo. As práticas neocoloniais utilizam-se de disfarces, como o discurso de ‘liberdade’, para a manutenção dos seus objetivos coloniais, “de modo que mesmo o que

<sup>8</sup> In each of these cases, external interests altered the dynamics of internal struggles, escalating local conflicts into larger conflagrations, with devastating effects on African peoples (SCHMIDT, 2013, p. i).

ele afirma ter ‘concedido, procura agora tomar’” (N’KRUMAH, 1967, p. 297).

Além dos laços com os poderes coloniais, sob os auspícios do neocolonialismo, houve a diversificação das relações por parte dos países africanos com o objetivo de diminuir a dependência cultural, econômica e política das suas ex-metrópoles: “nações africanas estão tomando uma série de medidas para fazer isso possível” (WALLERSTEIN, 2005, p. 142, tradução nossa)<sup>9</sup>. Como atores para alcançar essa diversificação, Wallerstein (2005) cita os Estados Unidos e a União Soviética, a Europa Ocidental (França, Grã-Bretanha e Alemanha), Israel e China. Além desses países, o objetivo de diversificação das relações abrange também os países do considerado ‘mundo subdesenvolvido’ (Ásia, África e América Latina), estabelecendo conexões como, por exemplo, Brasil, Cuba, México, Indonésia, Japão e Índia (WALLERSTEIN, 2005). Essa diversificação representa o que Wallerstein (2005, p. 147, tradução nossa) chama de neutralismo africano, o qual rejeita o neocolonialismo e conecta-se com os ideais do pan-africanismo, ou seja, seria uma ferramenta para se chegar a este último: “[...] a África Unida será forte o suficiente para impor sua singularidade e seus próprios interesses. O neutralismo serve aos interesses africanos porque maximiza as possibilidades de manobras políticas e as possibilidades de assistência econômica”<sup>10</sup>.

Além de apresentar a divisão destes períodos ao longo do seu livro, Schmidt (2013) ainda ressalta que a intervenção dos Estados Unidos no conhecido *Guerra Global contra o Terror* não foi a principal ação militar estrangeira no continente,

elencando três intervenções que valem a pena serem abordadas: 1) as organizações internacionais africanas (como a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC; e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – ECOWAS), com um papel diplomático e no âmbito do *peacekeeping*; 2) o papel dos poderes emergentes no continente, mesmo com uma participação limitada no âmbito militar e diplomático, contribuiu para uma diversificação de alianças; 3) o aumento da pressão pública em busca de ‘intervenção humanitária’ na África tornou-se um elemento importante nas tomadas de decisão, havendo uma simplificação de questões complexas no uso de poderio militar. No contexto pós-independência, para serem reconhecidos, os Estados precisavam encaixar-se na ordem Westfaliana já constituída. Exemplo disso foram os movimentos de libertação que não tinham o reconhecimento de Estado, logo tinham limitações em sua participação no sistema internacional (WALLERSTEIN, 2005).

Assim como os Estados africanos são dinâmicos, as relações exteriores do continente também são dinâmicas (CLAPHAM, 1996). Um elemento que caracteriza a importância da conexão entre o doméstico e o internacional é que, além da lealdade proveniente pela população do Estado e a capacidade de controlar seu território, o reconhecimento de outros Estados é importante para este participar das transações/interações internacionais, sendo este reconhecimento o ponto central para a habilidade do Estado de controlar seu território (reconhecimento – controle) (CLAPHAM, 1996). Para ilustrar os laços exteriores, nota-se a importância da África nas relações internacionais e como ela atua:

a população da África é muito pequena em proporção ao resto do mundo. No entanto, a África desempenha um papel na política mundial desproporcional ao seu tamanho. Sua importância é em parte em função de sua turbulência, mas ainda mais em função de seu vigoroso

9 “African nations are taking a number of specific steps to make this possible” (WALLERSTEIN, 2005, p. 142).

10 “[...] a United Africa will be strong enough to enforce its uniqueness and own interests. Neutralism serves African interests because it maximizes the possibilities of political maneuvers and the possibilities of economic assistance (WALLERSTEIN, 2005, p. 147).

autonomismo, seu intenso desejo de eliminar todos os vestígios de controle estrangeiro, por mais disfarçado que seja. Esse desejo por autonomia não é único, mas é encontrado na África de forma muito concentrada (WALLERSTEIN, 2005, p. 151, tradução nossa)<sup>11</sup>.

As diferenças internas em recursos geraram variações no nível de ação de política externa independente, o que levou às elites a criarem símbolos e ideias para compensar a sua fraqueza no âmbito econômico, como N'Krumah e Nyerere com a ideia de unidade e integração africana (KHADIAGALA; LYONS, 2001). É importante ressaltar o papel do líder carismático, tornando-se a fonte e a incorporação da política externa, além de que “[...] a política externa surgiu como uma ferramenta para os líderes desarmarem seus oponentes domésticos e compensarem as políticas domésticas impopulares” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 5, tradução nossa)<sup>12</sup>. Além destes aspectos, é importante ressaltar a própria criação do sistema internacional, sendo uma premissa necessária para o desenvolvimento e expansão do capitalismo, criando as duas faces da mesma moeda: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (KRIPPENDORF, 1979).

## Considerações finais

Fazer uma breve introdução sobre a construção do Estado africano e sua inserção possibilitou um olhar para os aspectos internos estatais (como sua centralidade, tipo de poder, dentre outros),

além de apresentar o contexto histórico das relações internacionais desse ator, apresentando sua atuação no sistema internacional, ora com maior participação (como no período da Guerra Fria), ora com um declínio (pós-Guerra Fria, período de vácuo de poder e conflitos intra-estatais).

Como descrito anteriormente, há uma conexão entre o sistema internacional e a formação do sistema de Estados africanos: os Estados africanos, na época pós-independência, tinham que se adequar as regras do sistema internacional já desenvolvido para se inserirem e interagirem com outros Estados, o que contribuiu com a manutenção de estruturas vistas no período colonial. Apesar dessa adequação ao sistema existente e a continuidade das relações coloniais por meio do neocolonialismo, os Estados africanos diversificaram suas relações, aumentando sua margem de manobra em busca de maior autonomia e menos dependência em relação às potências estrangeiras.

Nesse contexto, é vista uma variação no nível de ação política dos Estados africanos, o que reflete as suas diferenças internas em recursos e suas próprias variações nas dinâmicas societárias que influenciam a atuação desses Estados no sistema internacional. Combinado a esses aspectos, as intervenções no continente africano ilustram como os interesses extracontinentais e, até mesmo, os intracontinentais moldam/influenciam as dinâmicas internas, desenhando a conexão entre o doméstico e o internacional.

Contemporaneamente é visto uma maior participação dos Estados africanos no cenário internacional, com suas economias em constante ascensão. Parcerias com atores do considerado Terceiro Mundo e o fortalecimento de iniciativas de integração regional no continente caracterizam as possibilidades de inserção do sistema de Estados africanos no sistema internacional, priorizando sua autonomia e desenvolvimento dos seus Estados.

11 The population of Africa is very small in proportion to the rest of the world. Yet Africa plays a role in world politics out of proportion to its size. Its importance is partly a function of its turbulence, but even more a function of its vigorous autonomism, its intense desire to eliminate all vestiges of foreign control, however disguised. This desire for autonomy is not unique, but it is found in Africa in a very concentrated (WALLERSTEIN, 2005, p. 151).

12 “[...] foreign policy emerged as a tool for leaders to both disarm their domestic opponents and compensate for unpopular domestic policies” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 5).

Por fim, como agenda de futuras pesquisas, deve-se salientar a importância da continuidade dos estudos na área de construção do Estado africano, abrindo portas para a compreensão deste processo a partir de um modelo/categorias de análise sobre este ator em particular e enriquecendo o debate sobre as instituições africanas e a própria relação entre Estado-sociedade e como esta reflete-se na arena internacional.

## Referências

- CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and Society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FRANCIS, David. **Uniting Africa: building regional peace and security systems**. Surrey: Routledge, 2006.
- HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. Foreign Policy Making in Africa: An Introduction. *In*: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. **African Foreign Policies: Power and Process**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001, p. 1-13.
- KRIPPENDORF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- THOMSON, Alex. **An Introduction to African Politics**. 3ª ed. New York: Routledge, 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: the politics of independence and unity**. New York: University of Nebraska press, 2005.



# O Estado Africano, o conflito político na República Democrática do Congo e as suas projeções de desenvolvimento

*The African State, the political conflict in the Democratic Republic of the Congo and its development projections*

*El Estado africano, el conflicto político en la República Democrática del Congo y sus proyecciones de desarrollo*

Marina Nunes Bernardes<sup>1</sup>

Nathália Pavam Maia<sup>2</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p41

Recebido em: 22 de agosto de 2019  
Aceito em: 22 de outubro de 2019

## Resumo

*O presente trabalho tem como propósito analisar a construção do Estado Africano, o constante conflito político na República Democrática do Congo e como ele influencia as suas projeções de desenvolvimento. Argumenta-se que o longo período de confrontos e ditaduras impacta negativamente o momento atual e o futuro do país.*

**Palavras-chave:** República Democrática do Congo; Política; Desenvolvimento

## Abstract

*The purpose of this paper is to analyze the creation of the African State, the constant political conflict in the Democratic Republic of Congo and the way it influences the country's development projections. It is argued that the long period of confrontation and dictatorships has a negative impact nowadays and in the future.*

**Keywords:** Democratic Republic of Congo; Politics; Development

## Resumen

*Este documento tiene como objetivo analizar la construcción del Estado Africano, el constante conflicto político en la República Democrática del Congo y cómo influye en sus proyecciones de desarrollo. Se argumenta que el largo período de enfrentamientos y dictaduras impacta negativamente el momento presente y el futuro del país.*

**Palabras clave:** República Democrática del Congo; Política; Desarrollo

1 Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5261-1354>

2 Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, Lisboa - Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0342-5608>

## Introdução

A República Democrática do Congo (RDC) é um país do continente africano que possui uma grande diversidade de etnias localizadas em um território rico em minerais. Por isso, o país sempre chamou a atenção de instituições estrangeiras, seja no período colonial ou no tempo contemporâneo, como potências europeias e empresas extrativistas. Essa interpelação de diferentes atores e o histórico político violento que acompanha a RDC contribuem para o agravamento dos seus conflitos internos e da insegurança sociopolítica presente na atualidade.

Assim, os principais objetivos deste artigo são analisar como os conflitos armados e a instabilidade política na RDC têm raízes na construção dos Estados africanos com base na sua descolonização tardia e também demonstrar os efeitos da instabilidade atual nas projeções de desenvolvimento do país. Com o intuito de responder a este questionamento, serão analisados nas seguintes seções o conceito de Estado de Weber, o processo africano de criação do Estado moderno, e o histórico da instabilidade política da RDC. Em seguida, discute-se a mais recente eleição presidencial e sua relação com o passado turbulento. Por fim, algumas considerações finais são traçadas com relação às análises feitas e as projeções de desenvolvimento.

## A construção do Estado na África

Para compreender o processo de desenvolvimento da RDC e a sua situação atual é importante resgatar o contexto de construção estatal na África a fim de entender mais amplamente as dinâmicas de poder internas e externas nesta região. Weber conceitua o Estado como: “uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém de maneira bem sucedida a rei-

vindicação do monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem” (BENDIX, 1962, p. 383 apud WEBER, 1999, p. 525). Ademais, existem algumas condições prévias para haver de fato um Estado moderno, de acordo com Weber. São elas: monopólio dos meios de administração e dominação (com um sistema de taxação central e uma força militar permanente controlada pelo governo central); o monopólio do uso da força e dos decretos legais pela mesma autoridade central e a burocracia racionalmente orientada, também centralizada no governo (BENDIX, 1962 apud WEBER, 1999).

Assim, Weber afirma que um Estado deveria ter, além do território, um mínimo de capacidade coercitiva para lidar tanto com os seus oponentes internos quanto externos. Isto se liga diretamente com o fenômeno das guerras e conflitos existentes em qualquer processo de criação de Estados modernos. Considera-se a origem das ameaças, as forças combatentes principais, como o conflito é financiado, quem saiu vitorioso e como se deu o desfecho do conflito (WEBER, 1999). No presente artigo, veremos como se deu esse processo no caso na República Democrática do Congo.

A criação dos Estados modernos africanos foi feita em um processo particular à região que teve início no período colonial. O momento da partilha da África pelos países colonizadores resultou em uma relativa estabilidade nas fronteiras e, ao mesmo tempo, em um ambiente doméstico geralmente mais instável e hostil, visto que a ocupação dos territórios, frequentemente inóspitos, era reduzida. Os Estados coloniais africanos eram caracterizados usualmente por um território comandado pela sua capital, relativamente forte, mas com um grave problema de vácuo de poder em outras regiões mais distantes ou interioranas (HERBST, 2000).

Aqui, nos interessa principalmente o momento pós-colonial, onde a Organização da Unidade Africana (OUA), procurava manter as fronteiras coloniais

para lutar contra as ideias pan-africanistas daquela época, e evitar a perda de poder das elites africanas que agora passavam a controlar seus países de maneira mais independente. Isso fez com que a possível modificação das estruturas coloniais, (e posteriormente de proteção externa e tutela destes ex-colonizadores), não se realizasse (CASTELLANO, 2012).

Dentro dessa lógica, conservou-se um Estado pouco capaz de estender o poder da sua capital à regiões periféricas e portanto surgiram núcleos diferenciados de controle sobre o território nacional. Com isso, historicamente os Estados africanos enfrentaram mais ameaças internas que externas. As ameaças externas que existiram, frequentemente transformavam-se em internas na medida que adentravam o território nacional. O resultado foi um predomínio de guerras intraestatais ou mistas (internas com participação externa). Esse foi justamente o caso da República Democrática do Congo (CASTELLANO, 2012).

Sobre a RDC, alguns princípios relacionados tanto à guerra quanto à forma de travá-la foram relevantes para a estruturação do seu Estado. Quatro períodos políticos se destacam na história recente do país: o pós-independência (1960-1965), o regime de Mobutu Sese Seko (1965-1997); o governo de Laurent Kabila (1997-2001) e de Joseph Kabila (2001-2018). Estes períodos serão apresentados na próxima seção e o momento atual será analisado mais profundamente na última seção. Castellano ainda chama a atenção para os conflitos na história desse país:

As principais guerras ocorridas no país após 1960 influenciaram sobremaneira no processo de construção do Estado e na conformação do atual estado de violência, na medida em que refletiam estruturas mais amplas do sistema internacional e em que as formas de enfrentá-las, de encerrá-las e a postura das elites vencedoras não contribuíram, em geral, para o aumento da capacidade estatal. Essas guerras envolveram elementos semelhantes tais como: a presença de conflagrações civis que ameaçavam

o governo central, a interferência externa no campo de batalha na forma de forças combatentes principais, o financiamento dos esforços de guerra por ajuda externa ou pela concessão/exploração de recursos naturais e a ascensão de líderes com propensão a realizar tanto reformas autoenfraquecedoras quanto autofortalecedoras do Estado. Apesar de terem sido postas em prática em momentos pontuais da história do país, estas últimas não obtiveram sucesso. (CASTELLANO, 2012 p. 46-47).

Assim, percebe-se que as os conflitos na RDC influenciaram a estrutura do Estado, que foi essencialmente mantida durante os períodos políticos mais importantes. Não havia quase nenhuma capacidade de praticar guerra, desenvolveu-se muito pouco a esfera de taxação das populações e investiu-se menos ainda no desempenho de outras atividades estatais, como veremos a seguir.

## Os conflitos armados

A região da RDC foi anteriormente uma colônia belga explorada por décadas e que só conquistou sua independência em 1960, quando o cenário do país era de instabilidade social, econômica e política. A insatisfação do povo com os regimes de trabalho forçado exigidos pelos colonizadores se somou às demais pressões pelo fim da dominação externa na região, e após uma série de conflitos armados, formalizou-se a independência (HERNANDEZ, 2005).

Logo em seguida, formou-se um governo de coalizão entre o presidente Joseph Kasavubu e o primeiro ministro Patrice Lumumba. Apesar disso, a situação continuava caótica: as tropas belgas ainda estavam presentes no país, havia o risco de intervenção de outros Estados, o governo não conseguia manter a lei e a ordem, e a província mais rica do país - Katanga - estava declarando sua independência (HOFFMANN, 1962; HERNANDEZ, 2005). Esse cenário ilustra com precisão os conceitos elaborados anteriormente por Castellano e Herbst.

Imagem 1 - Localização geográfica RDC



Fonte: CASTELLANO, 2012 (p. 18)

O risco de desintegração territorial foi a causa primária de diversos choques entre rebeldes que queriam controlar certas partes do território e as forças do governo, que apesar de concentrar seu domínio na capital, não desejava a desintegração nacional (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Apesar do governo de coalizão, em setembro de 1960, o primeiro ministro convocou suas forças armadas para depor Kasavubu. Nesse contexto, o secretário de Segurança Nacional, Joseph Mobutu, assumiu o poder do país, com o apoio dos Estados Unidos. Entretanto, assim que tomou o controle, ele logo o devolveu a Kasavubu, que deu a ele o título de chefe das Forças Armadas. Assim, Mobutu estruturou durante anos o exército à sua maneira (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

Em 1965, Mobutu subiu ao poder em um golpe após mais discórdias entre os chefes de Estado, e se auto-declarou presidente do país. Ele seria reeleito, sem oposição, para três mandatos de sete anos (1970, 1977 e 1984) (CIA, 2017). Em 1971, o presidente renomeou o país num esforço de africanizar os nomes no agora Zaire. Ele mesmo mudou seu nome de Joseph Mobutu para Mobutu Sese Seko, que significa “o guerreiro todo poderoso” (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

De acordo com Mobutu, o Zaire seria o país mais explorado do mundo, e por isso as fazendas, ranchos, plantações, concessões, o comércio e as imobiliárias seriam entregues aos verdadeiros “filhos do país”. Apesar do discurso populista, os “filhos do país” se limitavam a aproximadamente

300 pessoas que faziam parte da elite política durante seu governo (WATKINS, 2008?). Isso fez com que as riquezas e propriedades nacionais se acumulassem ainda mais nas mãos de poucas pessoas.

Com o passar dos anos, Mobutu se manteve no poder apesar de diversas rebeliões internas e tentativas de golpe, e talvez por isso seu regime teve pouco sucesso em estabelecer as condições necessárias para o crescimento econômico e desenvolvimento social do país (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

O Zaire tinha o apoio de diversos países da Europa ocidental como a Bélgica, agora aliada, a França e a Alemanha, além dos Estados Unidos. Esse apoio ao regime ditatorial de Mobutu veio por conta do avanço do socialismo entre os seus países vizinhos como Angola e Moçambique e o consequente temor de que o Zaire se juntaria a eles. Entretanto, no final da Guerra Fria nos anos 1990, o presidente perdeu grande parte do financiamento que recebia do Ocidente em troca das intervenções que promovia aos países vizinhos. Além disso, o investimento no país passou a ser visto como um mau negócio internacionalmente, já que os recursos eram mal administrados e a corrupção predominava nas relações comerciais, principalmente no setor de mineração. (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

A corrupção governamental durante o regime era endêmica, a administração era falha e a negligência com assuntos de importância nacional fizeram com que a infraestrutura do país se deteriorasse, já que as instituições não funcionavam ao dispor da população. Apesar disso, Mobutu acumulava uma das maiores fortunas pessoais do mundo. Uma estimativa feita pela organização *Transparency International* mostra que o presidente do Zaire desviou cerca de 5 bilhões de dólares do tesouro nacional, quantia equivalente à toda a dívida externa do país em 1997, ano em que ele foi deposto (TRANSPARENCY INTERNATIONAL SECRETARIAT, 1997; ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017).

A oposição ao regime de Mobutu vinha de diversas fontes: exilados congolese, grupos étnicos que possuíam influência em governos passados, fazendeiros prejudicados pelas medidas econômicas e uma parte dos jovens universitários (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2017). Os grupos étnicos eram jogados uns contra os outros para prevenir uma emergência unificada da oposição que fosse capaz de desafiar o regime. Contudo, mesmo com essa manipulação, os embates entre o governo e os grupos civis nas manifestações eram constantes e produziram diversas violações dos direitos humanos (BARBOSA; TEIXEIRA, 2007).

Uma das maiores forças de oposição ao governo era a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), composta majoritariamente por tutsis congolese e que tinha o apoio internacional de Angola, Ruanda e Uganda. Liderada por Laurent Kabila, essa aliança tomou diversos territórios lutando contra o exército congolês e atacando refugiados (principalmente vindos do conflito de Ruanda em 1994) nas aldeias e cidades. Essa foi chamada de a Primeira Guerra do Congo (1996 a 1997), que foi apoiada por Ruanda e Uganda e só terminou quando Kabila e suas forças tomaram o poder em 1997. Mobutu morreu exilado pouco tempo depois (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Kabila retomou oficialmente o antigo nome do país, República Democrática do Congo. Ele também separou as forças da AFDL visando evitar possíveis rebeliões contra o seu governo, o que fez com que os países que o haviam apoiado transferissem sua contribuição a outros grupos rebeldes menores (CIA, 2017). O conflito étnico, o surgimento de novos grupos rebeldes e a influência cada vez maior de Ruanda no território da RDC contribuiu para a continuidade da instabilidade política no país, dando início à Segunda Guerra do Congo (1998 a 2003), que culminou com milícias tomando o controle de partes importantes do território. Os embates entre milícias rebeldes e as

forças de Kabila por territórios resultaram em milhares de mortos (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Tropas vindas de Angola, Chade, Namíbia, Sudão e Zimbábue se deslocaram para apoiar Laurent Kabila, que conseguiu permanecer no poder. Segundo a ONU, essa intervenção teve um cunho estratégico, já que a organização acusou autoridades de Ruanda, Zimbábue e Uganda de utilizarem desse pretexto para se apropriar dos vastos materiais minerais na RDC, principalmente dos diamantes (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

É estimado que desde 1993 as guerras no Congo mataram cerca de seis milhões de pessoas, seja pelo confronto direto ou por doenças e desnutrição que elas acarretaram. Além de razões políticas e étnicas, as guerras tiveram uma forte consequência econômica, já que os conflitos foram custeados pela vasta riqueza mineral do país (GOMES, 2014).

Em 1999, entrou em vigor o Acordo de Lusaka, assinado por países envolvidos de alguma forma na guerra - Congo, Ruanda, Uganda, Zimbábue, Angola e Namíbia - e que estabeleceu o cessar fogo e a retirada de tropas estrangeiras do país. Esse acordo, contudo, não alterou significativamente a conjuntura instável da RDC (AGUILAR; PEREIRA, 2014). No mesmo dia da sua assinatura, foi estabelecida a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) pelo Conselho de Segurança como uma tentativa de planejar e supervisionar o cessar-fogo na região. Entretanto, a atuação das diversas milícias que buscavam tomar o poder dificultaram o trabalho da organização, que não apresentou resultados positivos (MONUC, 2017).

Em janeiro de 2001, Laurent foi assassinado por opositores do seu regime, finalizando seu curto período no poder, e seu filho Joseph Kabila foi nomeado Chefe de Estado. O novo presidente foi bem sucedido ao negociar a retirada das forças de Ruanda que ocupavam a parte leste do país em 2002, e ainda nesse ano, o Acordo de Pretória foi assinado pelas partes em guerra para terminar o conflito e estabelecer um governo de união nacional (AGUILAR; PEREIRA, 2014).

Um governo transitório foi instalado em 2003 mantendo Kabila como presidente, mas com a obrigação de governar ao lado de quatro vice-presidentes, representantes de duas milícias, da oposição política e da sociedade civil. Um referendo constitucional sobre a realização de eleições democráticas foi organizado no fim de 2005, proporcionando a estrutura necessária para novas eleições em 2006 (CIA, 2017). Joseph Kabila continuou no poder, desta vez eleito pela maioria da população. Kabila contava com o claro apoio dos governos do ocidente, alguns aliados regionais importantes como África do Sul e Angola, e de grupos mineradores que assinaram acordos multimilionários durante seu mandato (VALENZOLA, 2013; GOMES, 2014).

O comércio ilegal de diamantes, ouro, cobre e coltan também ajudou a financiar exércitos invasores e milícias locais, perpetuando o conflito, principalmente na região leste do país. O coltan, uma mistura de minerais valiosa utilizada principalmente pela indústria tecnológica, atraiu diversas forças invasoras para a RDC, que possui a maior reserva do mineral no mundo, estabelecendo intensas operações comerciais na região, em sua maioria ilegais e feitas por grupos não-oficiais (MONTAGUE, 2002).

Alguns poucos grupos privilegiados conseguiram lucrar quantias exorbitantes na região. A riqueza mineral constantemente explorada por grandes empresas mineradoras ou ilegalmente não revertem o lucro para a população, que em geral vive na miséria. Além disso, o povo muitas vezes trabalha para essas mesmas mineradoras em condições precárias e análogas ao trabalho escravo. Existiram alguns esforços para conter a exploração de minério no país, tanto legal quanto ilegal, mas que não trouxeram resultados significativos, e os chamados “minerais de conflito”<sup>3</sup> continuaram financiando a crise do Congo (GOMES, 2014).

---

3 Minerais encontrados na região africana dos Grandes Lagos, como o ouro, cobalto e o coltan, que são extraídos e vendidos ilegalmente e que tem os lucros utilizados no financiamento e manutenção dos conflitos locais (MINERAIS... 2010).

Quadro 1 - As Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência

Quadro 4 – As Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência			
Conflagração	Principais Beligerantes	Número de Mortes	Causas Principais
<b>Crise do Congo</b> (1960-1965)	Mercenários BEL, FAs BEL, FAs EUA, ONUC, Mulele, CNL, Che Guevara (Cuba)	200 mil	Descolonização africana abrupta; Dependência da extração de recursos de regiões específicas (Katanga/Kasai); Instabilidade institucional (baixo nível de treinamento).
<b>Primeira Guerra do Congo</b> (1996-1997)	<u>Ataque:</u> AFDL e FAs de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola <u>Defesa:</u> FAZ	200 mil	Colapso Econômico/Regime Cleptocrático (Mobutu); Conflitos nos Grandes Lagos da África Central; Rivalidade franco-americana.
<b>Segunda Guerra do Congo</b> (1998-2003)	<u>Ataque:</u> Ruanda, Uganda, Burundi, MLC, RCD-Goma, RCD-K/ML. <u>Defesa:</u> Angola, Zimbábue, Namíbia, Chade, Sudão, Interahamwe, ex-FAR, Mai Mai.	3,8 milhões	Continuidade da instabilidade nos Grandes Lagos; Rompimento de L. Kabila com Ruanda e Uganda.
<b>Estado de Violência</b> (2003-....)	FARDC, FAs Ruanda e Uganda, MONUC, UPC, FNI, FDLR, CNDP, Mai Mai, LRA, M23	1,6 milhão	Falta de definição militar da segunda guerra; Acúmulo do declínio econômico desde a década de 1970; Autonomia de milícias proxy; Atuação de companhias mineradoras.

**Notas:** Trata-se de guerras cuja amplitude geográfica foi de mais de uma província; o resultado conferido à estrutura política do país foi a mudança de regime político, de governante ou de arranjo político; o número de mortes registrado foi maior do que 100 mil pessoas; e houve a participação de beligerantes externos. Apesar de se enquadrarem no último critério (participação de beligerantes externos), as duas guerras de Shaba (Shaba I e Shaba II) não cumprem todos os pré-requisitos mencionados. Isso não exclui a relevância de futuros estudos sobre as duas conflagrações. Elas influenciaram diretamente na postura externa do país – que, após um período de autonomia relativa no governo Mobutu, passou diretamente ao eixo de influência franco-belga (VIZENTINI, 2007a e 2007b) – e dizem muito a respeito das relações Zaire-Angola (MPLA).

**Fontes:** TURNER, 2007; CLARK, 2002; NEST, 2006a, 2006b; PRUNIER, 2009; NDIKUMANA & EMIZET, 2003; HRW, 2009a; GALVÃO, 2002; KABEMBA, 2001, 2006, 2005.

**Autor:** CASTELLANO; 2012

Fonte: CASTELLANO, 2012.

## Eleições de 2018

Apesar de seu segundo mandato ter terminado em 2016, Joseph Kabila se recusou a deixar o poder. Ele adiou as eleições para se manter na presidência através de uma cláusula provisória na Constituição. Pressionado por forças regionais e internacionais, contudo, se comprometeu a organizar as eleições ao final de 2018. A campanha eleitoral foi marcada por conflitos, repressões de manifestações da oposi-

ção e destruição de urnas na capital Kinshasa (SMITH, 2019; QUEM... 2019).

A fim de perpetuar sua influência no país, apesar de não poder se candidatar a um terceiro mandato, Kabila escolheu um sucessor para apoiar, que ficou sob seu controle restrito. Pouco conhecido, Emmanuel Shadary era defensor do ex-Presidente e já havia sido seu Ministro do Interior. Foi também responsável por repressões a manifestantes e grupos pró-democracia. Em 2017, ele foi acusado

pela União Europeia por graves violações aos direitos humanos. Os outros grandes nomes disputando a eleição eram Felix Tshisekedi, presidente do maior partido de oposição e filho do histórico líder da oposição Etienne Tshisekedi, e Martin Fayulu, também da oposição, empresário e ex-administrador da Exxon Mobil (QUEM... 2019).

As eleições ocorreram no final de 2018, e em de janeiro de 2019, Felix Tshisekedi foi declarado vencedor pela comissão eleitoral da RDC. Imediatamente os resultados foram contestados por Martin Fayulu, que ficou em segundo lugar e afirmou ter havido um golpe eleitoral dado por Tshisekedi e Kabila para mantê-lo longe do poder. Este acordo teria ocorrido em troca da manutenção do controle dos serviços de segurança e da riqueza da família de Kabila (CARAYANNIS; WEISS, 2019; RIBEIRO, 2019).

A Conferência Internacional dos Grandes Lagos pediu uma recontagem dos votos, e a União Africana se reuniu para pedir o adiamento da divulgação dos resultados finais, concordando em mandar uma delegação ao Congo para amenizar a crise pós-eleitoral. Os resultados surtiram desconfiança não apenas nos atores locais, mas também nos externos. Os Estados Unidos, a União Europeia e outros países também pediram pela recontagem de votos e pela publicação detalhada dos resultados de cada local de votação (CARAYANNIS; WEISS, 2019).

O motivo para tamanha repercussão foi devido ao resultado ter sido surpreendente e suspeito. Sondagens por telefone e a contabilização da Igreja Católica, que contou com mais de 40 mil observadores em todo o país no dia das eleições, apontavam para Fayulu como o vencedor. Além disso, os resultados, previstos para serem divulgados no dia 6 de janeiro, foram adiados pelo atraso na contagem dos votos. Esse fato aumentou ainda mais as suspeitas de que o regime de Kabila poderia ter cometido fraude eleitoral (RIBEIRO, 2019).

Além disso, mesmo perdendo a corrida presidencial, a coalizão de Kabila e Shadary, a Frente Comum para o Congo, venceu a ampla e improvável maioria de assentos tanto no Parlamento quanto no Senado, e tecnicamente determina a escolha do futuro primeiro ministro, que decide sobre os ministérios e agências de segurança no país. Esse fato aumentou as especulações de que as eleições foram de fato fruto de um acordo entre Kabila e a oposição (IBRAHIM; DOSS, 2019).

O Congo hoje possui todos os fatores de risco que geralmente culminam em revoluções. A situação econômica deteriorando, com a inflação acentuada e a crescente desigualdade, condições precárias de vida, uma elite política impopular, a repressão e o sistema falho de justiça junto ao crescimento de protestos e aumento de grupos armados pode ser a receita fatal para o início de mais um grande conflito na história do país. No leste, que possui histórico de insurgência, já há chamados para a luta armada. Dezenas de grupos rebeldes ativos no país podem valer-se desses chamados para concretizar seus objetivos (CARAYANNIS; WEISS, 2019).

Alguns poucos otimistas em relação ao país argumentam sobre a necessidade de construir instituições gradualmente. O objetivo é transformar o país mais rico da África - com relação a seus recursos naturais - numa economia moderna e diversificada. Esse investimento no desenvolvimento econômico do país teria que vir da sua abundante riqueza mineral, aliada à sua capacidade hidrelétrica (SMITH, 2019).

Um dos exemplos dessa proposta desenvolvimentista começou em setembro de 2018 quando um consórcio Sino-Espanhol anunciou planos de arrecadar cerca de 18 bilhões de dólares para construir a barragem Inga III na RDC. Esse projeto hidrelétrico geraria em torno de 11.000 megawatts, e se tornaria um dos maiores do mundo. Traria tanto

energia para o país quanto integração econômica. A África do Sul já possui um acordo para comprar parte da energia que a Inga III geraria, e o ministro de energias já considerou dobrar essa demanda num futuro próximo (SMITH, 2019).

## Considerações Finais

O presente artigo aponta que desde a sua independência, a República Democrática do Congo sofre com conflitos armados entre as milícias e o governo, em sua maioria financiados a partir da exploração de minerais valiosos de maneira ilegal. O longo período ditatorial do país e as constantes manobras autoritárias dos líderes para permanecerem no poder fizeram com que a população demonstrasse abertamente o seu desejo por práticas políticas democráticas e transparentes no país. Além disso, a falta de melhoras com relação à pobreza, infraestrutura e conciliação de grupos políticos gera uma grande desconfiança do povo sobre o governo. Isso ficou evidente nos meses de campanha eleitoral em 2018 e nas manifestações sobre o seu resultado.

Ademais, é possível afirmar que o conflito contínuo é um subproduto do comércio internacional de minerais, pois a exploração desses materiais é controlada pelas milícias envolvidas nas guerras civis. Isso mostra que, de acordo com os princípios teóricos de Weber, a RDC não possui a organização completa de um Estado, ressaltando, aqui, os moldes europeus usados pelo autor. O governo congolês não possui o monopólio da força nem do aparato administrativo do país. Além disso, as últimas eleições foram contestadas pela população e pela comunidade internacional, o que questiona também a legitimidade do governo no processo eleitoral.

Ainda que aparentemente vantajoso para Kabila, faltará ao novo governo fundamento para atuar e demonstrar autoridade. Sem legitimidade, será ainda mais difícil aprovar reformas profundas

e projetos necessários ao país. Este novo cenário de incerteza e em relação à mudança por meios pacíficos pode acarretar um aumento substancial do uso da violência em protestos políticos, em busca de transformação por meio de revoluções armadas. Com a crescente desestabilização do grupo político no poder, soma-se ainda a deterioração da segurança pública e a perda ainda maior de territórios para o controle de milícias.

Portanto, a ausência de uma estabilidade política no país é o resultado de uma construção estatal peculiar, que levou a um histórico de constantes conflitos internos e mistos, da corrupção estatal e da má administração, que não sofreram grandes transformações desde a independência. No momento, a RDC se encontra em um impasse sociopolítico, e as projeções de desenvolvimento atuais sobre o país são extremamente pessimistas. É improvável que sem a legitimidade das urnas e com a contínua manipulação de Kabila a RDC consiga atingir suas metas de desenvolvimento e melhorar as condições econômicas da população.

## Bibliografia

- AGUILAR, Sérgio R.C.; PEREIRA, Letícia. Congo - a atual dinâmica do conflito e a rendição do M23. **Série Conflitos Internacionais** n.2. São Paulo: Observatório de Conflitos Internacionais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), 2004.
- BARBOSA, Luciana Mendes; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ano. 4, n. 45, p. 01-08, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7452/6455>>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- CARAYANNIS, Tatiana; WEISS, Herbert. Congo kicks the can down the road: How a Failed Election Could Lead to a Violent Uprising. **Foreign Affairs**, 18 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/democratic-republic-congo/2019-01-18/congo-kicks-can-down-road>>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CASTELLANO, Igor da Silva. **Congo, a guerra mundial africana**: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). Africa: Democratic Republic of the Congo. **The World Fact Book**, 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

GOMES, Vinicius. Os “minerais de conflito” do Congo. **Revista Fórum**, 2014. Disponível em: <<http://www.revista-forum.com.br/digital/150/os-minerais-de-conflito-congo/>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MONUC. Helping bring peace and stability in the DRC. **United Nations**, 2017. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press. 2000.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOFFMANN, Stanley. In search of a thread: The UN in the Congo labyrinth. **International Organization**, University of Wisconsin Press, v.16, n.2, p. 331-361, 1962.

IBRAHIM, Mo; DOSS, Alan. Congo's election: a defeat for democracy, a disaster for the people. **The Guardian**, 9 fev, 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/09/democratic-republic-of-the-congo-election-a-defeat-for-democracy-disaster-for-people-mo-ibrahim>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Mobutu Sese Seko - president of Zaire. **Encyclopedia Britannica**. 18 oct. 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Mobutu-Sese-Seko>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MONTAGUE, Dana. Stolen Goods: Coltan and Conflict in the Democratic Republic of Congo. **SAIS Review**, v. 22, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://archive.niza.nl/docs/200207051622594404.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

MINERAIS de conflito e instabilidade política na República Democrática do Congo. **Parlamento Europeu**, 08 out. 2010.

Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/world/20101203STO05948/minerais-de-conflito-e-instabilidade-politica-na-r-d-congo>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

QUEM será o sucessor de Kabila na presidência do Congo? **Público**, Eleições, 28 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/12/28/mundo/noticia/sera-sucessor-kabila-presidencia-congo-1856010>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIBEIRO, João Ruela. Vitória surpresa nas eleições no Congo gera dúvidas sobre as presidenciais. **Público**, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/10/mundo/noticia/comissao-eleitoral-republica-democratica-congo-vitoria-candidato-oposicao-1857292>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL SECRETARIAT. Seize Mobutu's Wealth or lose your own money, Western governments told. **Transparency International**, 1997. Disponível em: <[https://www.transparency.org/news/pressrelease/seize\\_mobutus\\_wealth\\_or\\_lose\\_your\\_own\\_money\\_western\\_governments\\_told](https://www.transparency.org/news/pressrelease/seize_mobutus_wealth_or_lose_your_own_money_western_governments_told)>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SMITH, Patrick. After Kabila: Democratic Republic of Congo. **The Africa Report**, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/462/after-kabila-democratic-republic-of-congo/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VALENZOLA, Renato Henrique. O Conflito na República Democrática do Congo e a Ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, São Paulo, 12. ed., p. 59-86, nov. 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/3477/2694>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

WATKINS, Thayer. **The Economy and Political Economic History of the Democratic Republic of the Congo, formerly Zaire**. Saint José University - Department of Economics, [2008?]. Disponível em: <<http://www.sjsu.edu/faculty/watkins/congo.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. 5 ed. Brasília: UnB. 1999.



# Como a religião africana compreende a paz: uma proposta pós-colonial para a transformação social

*How African Religion understands peace: a post-colonial proposal for social transformation*

*Cómo la Religión Africana comprende la paz: una propuesta poscolonial para la transformación social*

Luan do Nascimento Silva<sup>1</sup>  
Fábio Régio Bento<sup>2</sup>  
Fábio Rodrigo Ferreira Nobre<sup>3</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p51

Recebido em: 30 de junho 2019  
Aprovado em: 28 de outubro 2019

## Resumo

*O trabalho almeja compreender as perspectivas de paz na Religião Africana; para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória através da metodologia de análise bibliográfica e documental; abordando elementos dessa religião – como crenças e práticas locais – que corroboram com uma abordagem de transformação social que converge os Estudos para a Paz e o Pós-colonialismo.*

**Palavras-chave:** *Religião Africana, Cultura de Paz, Pós-colonialismo.*

## Abstract

*This work aims to understand the perspectives of peace in the African Religion; hence a qualitative and exploratory approach is adopted through the methodology of bibliographical and documentary analysis, discussing the elements – such as the strength of local religious beliefs and practices – which corroborate a social transformation approach that converges Peace Studies and Postcolonialism.*

**Keywords:** *African Religion, Peace Culture, Post colonialism.*

## Resumen

*El trabajo busca comprender las perspectivas de paz en la Religión Africana; para este fin, se adopta un enfoque cualitativo y exploratorio a través de la metodología de investigación bibliográfica y documental; abordando elementos – como las creencias y prácticas locales – que corroboran un enfoque de transformación social que converge los Estudios para la Paz con el Poscolonialismo.*

**Palabras clave:** *Religión Africana, Cultura de Paz, Poscolonialismo.*

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB), bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade. João Pessoa, Brasil. Orcid: 0000-0003-2425-4227

2 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universita S. Tommaso D'Aquino (U.P.TOMMASO, Itália). Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e professor colaborador do PPGRI/UEPB. Sant'Ana do Livramento, Brasil. Orcid: 0000-0003-3796-1799

3 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor nos programas de graduação e de pós-graduação em Relações Internacionais da UEPB. João Pessoa, Brasil. Orcid: 0000-0002-2905-0541

## Introdução

A Religião Africana<sup>4</sup>, apresentada dessa forma generalizada, não exclui a pluralidade religiosa do continente, pois essa definição gira em torno da busca por uma concepção de unidade, salientando aspectos comuns e essenciais ao discurso religioso na África. Nesse sentido, o apelo universal aos espíritos que dão vida a natureza consiste em uma importante característica da unidade na Religião Africana, assim como as ideias de “reciprocidade, circularidade e continuidade da comunidade humana” (ASANTE; MAZAMA, 2009, p. xxii).

Para Beyers (2010), a Religião Tradicional Africana se configura como uma categoria específica, denominada de *religião primal*, ou seja, a pluralidade religiosa da África não é marginalizada, tendo em vista que diversas correntes religiosas do continente africano são incluídas nessa categoria, definida em termos de características comuns – a serem abordadas no desenvolvimento do trabalho.

Vale ressaltar que a religião é uma relevante matéria a ser abordada em análises de Relações Internacionais (RI). Embora seja uma temática presente desde o início da disciplina de RI, os fenômenos religiosos foram, por muito tempo, negligenciados por uma concepção secular e racional da epistemologia positivista que moldava e, de forma geral, ainda molda muitas abordagens das Relações Internacionais. Não obstante, a *virada para a religião* nas análises de RI é resultado de uma série de eventos internacionais – como os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 – que influenciaram o fortalecimento de uma agenda de pesquisa em Relações Internacionais que dá ênfase na religião (CARLETTI; FERREIRA, 2016).

Na conjuntura pós-11/09, muitos analistas buscaram estudar a influência da religião nas políti-

cas doméstica e internacional, especialmente no que diz respeito às questões de segurança (FERREIRA, 2015). Aqui, destaca-se o que Scott Appleby chama de *ambivalência do sagrado*, isto é, nesse contexto, a ambivalência implica que há a possibilidade de a religião incentivar tanto comportamentos violentos quanto comportamentos não violentos (OMER, 2015). Portanto, a preocupação de analistas com a relação entre religião e dinâmicas de segurança realça a necessidade de analisar o papel da religião em contextos de conflito e de construção da paz, assim, surge a reflexão acerca das contribuições da Religião Africana para a paz.

Levando em consideração o aspecto político da religião e sua influência nas relações internacionais, o presente trabalho tem por objetivo compreender as perspectivas de paz na Religião Africana. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de três objetivos complementares, cada um dando origem a uma seção do trabalho. Primeiro, buscaremos explicar a formação da Religião Africana, em seguida analisaremos suas contribuições para a concepção da paz e, por fim, examinaremos a religião na África como proposta pós-colonial de construção da cultura de paz. Dessa forma, o trabalho se dividirá da seguinte forma: (i) *Compreendendo a Religião Africana*; (ii) *Perspectivas de paz na Religião Africana*; (iii) *Religião enquanto abordagem pós-colonial para a paz na África*.

Logo, o material bibliográfico contemplará as literaturas de história e teologia africana, bem como as literaturas dos Estudos para a Paz (EPP), com ênfase no papel da religião em processos de Construção da Paz; além disso, a pesquisa almeja conciliar as literaturas mencionadas com o referencial teórico acerca das perspectivas pós-coloniais das Relações Internacionais (RI). Parte-se, portanto, de uma metodologia de análise documental e bibliográfica baseada numa abordagem qualitativa e exploratória, que busca identificar os elementos da Religião Africana que contribuem para construção de uma perspectiva de paz propriamente africana.

<sup>4</sup> Pode ser tratada não só como Religião Africana, mas também como Religião Tradicional Africana ou Religião Indígena Africana (WIJSEN, 2007, p. 59).

Portanto, parte-se do pressuposto que a religião – atores, movimentos, aspectos relacionados, como espiritualidade e religiosidade – influenciam nas dinâmicas de segurança doméstica e internacional, e assim sendo, considera-se que a tentativa de fortalecimento da Religião Africana serve a uma proposta pós-colonial de resgate cultural que fornece os fundamentos para o desenvolvimento da cultura de paz, em detrimento da imposição cultural do Ocidente durante o violento processo de colonização do continente africano.

## Compreendendo a Religião Africana

No centro da concepção de continuidade da comunidade humana, trazida pela Religião Africana, encontra-se a crença na ancestralidade como parte constitutiva dessa comunidade, ou seja, a noção de comunidade na Religião Africana não só engloba os seres humanos vivos, mas também aqueles que ainda não nasceram e os que já morreram. Dessa forma, na perspectiva africana compreende-se o mundo “como um lugar cheio de energia, dinamismo e vida, e a contenção do caos pela harmonização do mundo espiritual é a principal tarefa do ser humano em sintonia com a natureza” (ASANTE; MAZAMA, 2009, p. xxiii), destaca-se que a existência do mundo espiritual é incontestável para a maioria das correntes religiosas que se encaixam na categoria de Religião Africana.

Dentre as principais características que definem as religiões primais, de acordo com Beyers (2010), está a percepção de (i) religião originada em sociedades relativamente pequenas (sociedades tribais) e (ii) sem um fundador definido; além disso, essas sociedades (iii) têm uma forte ligação com a natureza e também (iv) com metáforas, símbolos e artes. Vale ressaltar, ainda, que essas sociedades majoritariamente (v) não possuem tradição na his-

tória escrita<sup>5</sup>. Embora a Religião Tradicional Africana seja definida categoricamente a partir de características basilares das religiões primais, não são excluídos os pontos de vista particulares de cada uma das correntes religiosas da África. Por conseguinte, é apresentada uma série de características da Religião Africana como a (i) crença em um Ser Supremo e em (ii) espíritos e divindades, (iii) culto aos ancestrais, (iv) uso de magia, feitiços e forças espirituais e a (v) crença em uma comunidade africana unificada.

Então, para compreendermos o papel da Religião Tradicional Africana em dinâmicas de conflito e paz, devemos buscar entender como se dá a configuração religiosa do continente africano. O continente africano é composto por 54 Estados<sup>6</sup> (membros da União Africana - UA) e tem mais de 800 milhões de pessoas, e quando se trata de religião, 40% da população é cristã (14,5% de católicos), outros 40% da população é muçulmana, enquanto adeptos de religiões indígenas constituem 20% da população. Não obstante, ambas as religiões que mais crescem (Islamismo e Cristianismo) muitas vezes são combinadas com as religiões indígenas (WIJSEN, 2007).

A África está dividida ainda em cinco regiões: Norte da África, Sul da África, África Ocidental, África Oriental e África Central. Vale ressaltar que o Norte da África, que tem a maior densidade populacional, é predominantemente muçulmano. Já o

<sup>5</sup> Muito da história e folclore africano são passadas oralmente, essa é uma forte tradição de seus povos. Logo, justifica-se a ausência de um “livro sagrado” da Religião Africana, ao contrário do Cristianismo que possui a Bíblia e do Islamismo que possui o Corão (LUGIRA, 2009).

<sup>6</sup> Posicionamento fundamental, que traz uma perspectiva de unidade continental, tendo em vista que o autor se contrapõe ao debate que divide o continente em dois: Norte da África e África Subsaariana. Na tentativa de justificar essa divisão teóricos e teólogos afirmam que as religiões do Norte da África não são genuinamente africanas. Essa perspectiva exclui, por exemplo, a contribuição cultural do Egito para uma herança africana.

Cristianismo é a principal religião do Sul da África, da África Ocidental e da África Oriental, enquanto na África Central a Religião Tradicional Africana tem mais força (LUGIRA, 2009).

Nesse sentido, o autor lista oito países onde a Religião Africana é praticada por mais de 33% da população, mesmo que apenas nos cinco primeiros essa seja a religião majoritária: Benin (51,5%), Guiné-Bissau (45,4%), Moçambique (35,1%), Libéria (34,1%), Costa do Marfim (33,5%), Serra Leoa (46,4%), Botsuana (38,8%), Burquina Faso (33,5%). Ademais, há cerca de 6.000 povos africanos (com distintas línguas, culturas, práticas e religiões), muitos deles são influenciados espiritualmente e se identificam de alguma forma com seus ancestrais. Ou seja, muitos muçulmanos e cristãos mantêm elementos da Religião Tradicional Africana.

De acordo com o relatório *Tolerance and Tension: Islam and Christianity in Sub-Saharan Africa*, publicado pelo *Pew Research Center* (2010), as crenças e práticas da Religião Tradicional Africana são mantidas por 25% da população africana, incluindo 20% dos cristãos e 26% dos muçulmanos. Um importante exemplo da manutenção dessas crenças e práticas pode ser visto na relação dos povos africanos com os sacrifícios para os espíritos ou ancestrais como fonte de poder protetivo, pois 27% de toda a África mantém essa crença, incluindo 30% da população muçulmana e 25% da população cristã. Há ainda quatro países cuja percentagem ultrapassa metade de suas populações: Tanzânia (60%), Mali (59%), Senegal (58%) e África do Sul (56%).

Segundo Ngulu (2016), a inserção do Cristianismo no continente africano ocorreu em três fases: (1) *Antiguidade*, que se refere ao tempo em que o Império Romano dominava o Norte da África, cujos próprios registros bíblicos abordavam o contato com o continente, especialmente com o Egito; não obstante, a expansão do Cristianismo para o resto do continente nessa primeira etapa

foi afetada pela chegada do Islamismo. (2) *Período português*, que remete a tentativa de fortalecimento das missões cristãs no continente durante o período de exploração africana pelos portugueses entre os séculos XV e XVIII; as missões foram afetadas pelo declínio do poder de Portugal na região. (3) *Esforços missionários do séc. XIX*, período no qual há uma renovação das missões cristãs na África, incluindo incursões católicas e protestantes que criaram uma infraestrutura que permitiu a manutenção dos trabalhos de evangelização. Essa terceira etapa pode ser dividida ainda em três momentos: *1800-1880*, período de exploração; *1880-1960*, período de colonização que consolida a Igreja; e *1960-presente*, período de independência, que possibilita a inserção de elementos indígenas na Igreja (NGULU, 2016).

O Islamismo, por sua vez, passou a ganhar força no Norte da África após a vitória dos árabes sobre o Império Bizantino, por volta do século VII, embora tenha enfrentado a resistência dos povos berberes – submetidos e convertidos ao Islã. A islamização partiu do Egito e, através do Oceano Índico e do Deserto do Saara, seguiu em três direções: (1) Do Mar Vermelho à costa oriental; (2) do Nilo ao Sudão; e (3) do deserto ocidental ao Magreb. O potencial comercial dos povos árabes facilitou esse processo. No século XI, por exemplo, a conversão ao Islamismo era necessária para participar das redes comerciais, que exploravam novas rotas e expunham sociedades africanas isoladas as influências externas (LEVTZION; POWWELS, 2000).

Além da forte influência no setor econômico, os muçulmanos influenciaram na construção do poder político da África, em especial pela sua ligação com os governantes locais, que eram alvos de conversão ao Islã – processo liderado por clérigos muçulmanos. Entre os séculos XI e XIX, em diferentes reinos, havia uma forte relação desses clérigos com os reis africanos, porém, esse contato limitado aos reis e suas comitivas imediatas fez

com que as elites aristocráticas combinassem o Islã com suas religiões tradicionais, ademais, formas tradicionais de autoridade não foram eliminadas pelo avanço do Islamismo.

Frans Wijsen (2007, p. 61), nesse sentido, fala sobre a manutenção ou mesmo renovação de formas tradicionais de autoridade e de práticas religiosas, principalmente como estratégias alternativas à globalização:

Em várias partes da África, o direito consuetudinário está sendo reestabelecido, após o fracasso do sistema judicial ocidental baseado na separação de poderes, introduzida pelas administrações coloniais. Na Tanzânia, o *sungusungu* se desenvolveu em reação a uma força policial ineficaz (Abrahams, 1987). Em Ruanda, os tribunais do povo, o *gacaca*, foram instituídos para lidar com a sobrecarga de casos. A Etiópia e a Eritreia usam o sistema *gada-gada*. [...] A mesma tendência é visível no campo religioso. Benin reconheceu a veneração dos ancestrais como uma religião oficial e os médiuns espirituais colaboram com líderes políticos (Ellis & Ter Haar 2004: 66-69). Depois da independência, vários estados africanos optaram por ideologias seculares nacionalistas. O colapso dessas ideologias deixou as pessoas frustradas e elas encontram alternativas nos líderes religiosos tradicionais.

Portanto, a sobrevivência das religiões tradicionais africanas se dá, primeiramente, através dos 20% da população africana fieis as religiões indígenas. Para além disso, a sobrevivência e renovação se dá também pelo sincretismo (síntese) ou dualismo religioso. Há ainda a *deconversão*<sup>7</sup> ou renovação que se dá em resposta à globalização e propõe o retorno às religiões indígenas tradicionais (WIJSEN, 2007).

O contexto religioso do continente africano traz muitas influências externas, muitas vezes ba-

seadas em conversões violentas, especialmente de incursões cristãs e islâmicas, que se tornaram as religiões majoritárias; entretanto, a Religião Tradicional Africana sobreviveu, muitas vezes devido a manutenção de práticas e valores das religiões locais em combinação com as práticas e valores das outras religiões. Assim, a seção subsequente se dedicará a identificar as práticas e os valores das religiões autóctones da África que contribuem para uma perspectiva de promoção da cultura de paz.

## Perspectivas de paz na Religião Africana

Nas últimas décadas, a extensão e a intensidade dos conflitos na África revelaram que a violência desafia o processo de desenvolvimento em todo o continente, provocando graves perdas humanas e materiais (SANTOS, 2011). De toda forma, há muito tempo a violência marca as sociedades africanas, cuja “política econômica da guerra” se apresenta como um agravante da insegurança humana (ADEYEMI-SUENU, 2014).

A religião, nesse sentido, tem sido um frequente elemento nos conflitos africanos e na geração da insegurança humana. Toma-se como exemplo o caso da Nigéria, dividida pelo conflito entre cristãos e muçulmanos, respectivamente situados ao sul e ao norte do país. Alguns fatores que agravam esse conflito são: a existência de poucos muçulmanos ao sul e o crescente número de cristãos ao norte; conseqüentemente, grupos fundamentalistas muçulmanos têm ganhado cada vez mais espaço ao norte; além disso, a estrutura federal do Estado permite ampla autonomia religiosa de suas regiões, possibilitando a aplicação das doutrinas em questões privadas e públicas, como na utilização da sharia para regular assuntos familiares ou para arquitetar um sistema educacional muçulmano (MØLLER, 2006).

<sup>7</sup> Enquanto perda de fé numa religião e retorno para a crença religiosa anterior a conversão.

A Religião Africana também apresenta tendências fundamentalistas<sup>8</sup> em determinados contextos, geralmente associada ao contexto da vida familiar, mas também pode ser visto em movimentos nacionalistas ou movimentos étnicos nacionalistas (SAKUBA, 2008). Para Wijssen (2007), embora a religião não seja a única causa dos conflitos no continente, deve-se levar em consideração que a religião é uma das motivações dos conflitos etnicamente orientados. Ou seja, assim como a etnia é um importante aspecto para a maioria dos conflitos na África, o sentimento religioso caracteriza muitos dos grupos étnicos envolvidos. Entretanto, a busca pela legitimidade da violência por meio da religião e a questão do fundamentalismo religioso não são objetos desse trabalho, mas servem como ilustrações para compreender o caráter ambíguo da religião, que não é puramente conflituosa, como destaca Jeffrey Haynes (2013, p. 46):

Por um lado, especialmente desde o final da Guerra Fria no final da década de 1980, houve uma série de conflitos nacionais e internacionais com raízes em divisões religiosas, culturais e étnicas. Por outro lado, a religião é também uma fonte de cooperação cada vez mais importante, muitas vezes focada na resolução de conflitos e construção da paz, bem como no desenvolvimento humano e social.

A religião possui um caráter ambíguo, pois não só influencia na geração de violência, como também pode gerar a paz. Logo, destaca-se o potencial da religião na transformação de conflitos (OMER, 2015). Para além da mera busca por resoluções e

mecanismos de gerenciamento, a perspectiva de “transformação de conflitos” aponta para mudanças construtivas em relacionamentos e contextos sociais marcados pela violência; atingindo, portanto, as dimensões pessoais, relacionais, estruturais e culturais dos conflitos (LEDERACH, 2003).

Segundo Silvestri e Mayall (2015), há elementos específicos da religião que possuem o potencial de transformação em sociedades e na arena internacional e que podem gerar a paz, sendo eles: (i) crenças/valores, (ii) líderes religiosos, e (iii) organizações baseadas na fé. Para Beyers (2010, p. 07), “a religião funciona como uma fundação moral e ética” para a vida humana em comunidade, logo, os valores religiosos desempenham um papel fundamental na formação das identidades e, conseqüentemente, no comportamento dos atores:

Valores e moralidade religiosa fornecem a identidade. No modo de vida religioso, as pessoas descobrem quem são e de onde vêm (Mbiti 1975: 13). Moral e valores fornecem segurança para uma existência harmoniosa. Valores religiosos e morais orientam e fornecem respostas para as questões da vida. Nesse sentido, a religião se torna o roteiro para a existência humana (BEYERS, 2010, p. 07).

Portanto, considerando que as crenças e valores são os elementos que orientam o pensamento e a prática de paz dos atores e movimentos religiosos, será dada ênfase nesses aspectos para compreender as perspectivas de paz na Religião Africana. Dentre as perspectivas africanas para a religião está a abordagem holística para compreender a unidade, isto é, “a conexão entre todas as coisas” (BEYERS, 2010, p. 06), que inclui a conexão entre o mundo físico e espiritual como planos de uma mesma realidade, desse modo, não há na Religião Africana uma preocupação direta com o plano metafísico, mas sim com a realidade – constituída pelo que é material e virtual, sem distinção.

Essa conexão entre os planos material e espiritual pode ser percebida na seguinte oração do povo

8 O autor diferencia “fundamentalismo” e “tendências fundamentalistas”, o primeiro se refere ao fenômeno de uma forma geral, enquanto o segundo destaca comportamentos específicos que se encaixam dentro do fenômeno, mas que não necessariamente surgem do padrão conservador que serve de base. Numa família com pensamentos progressistas, por exemplo, os pais podem possuir tendências fundamentalistas ao reproduzirem para os filhos seus costumes e valores tradicionais (SAKUBA, 2008).

*Banyoro* de Uganda, que clama implicitamente por harmonia entre o plano invisível – onde estão aqueles/as que construíram a sociedade, o lar, a comunidade – e o plano visível – onde estão aqueles que herdaram essas construções (SHORTER, 1975, p. 71):

*Meu pai construiu  
E seu pai construiu  
E eu construí.  
Deixe-me morar aqui com sucesso,  
Deixe-me dormir confortavelmente  
E ter filhos.  
Há comida para você.*

Essa visão de mundo totalmente integrado proporciona o significado da realidade e da relação humana com ela. A unidade na Religião Africana é expressa através de atos simbólicos, denominados rituais que abrangem a relação humana com a realidade, ou seja, a relação humana com o divino, o espiritual, o ancestral e também o social. Ademais, a ética e a moral na Religião Africana são os instrumentos de manutenção dessa concepção de unidade.

A partir disso, percebe-se que a religião não está dissociada da vida cotidiana dos africanos, pois a comunidade, a religião e a cultura estão interligadas. Portanto, as crenças não limitam a religião a práticas ou lugares específicos, pois estão presentes em seu estilo de vida (LUGIRA, 2009). Percebe-se que a comunidade é tida como algo relevante para a noção de unidade trazida pela Religião Africana, pois a busca pela prosperidade da comunidade está relacionada à harmonia da humanidade com o Ser Supremo, os deuses, os espíritos, os ancestrais (AWUAH-NYAMEKYE, 2012). Isto é, o bem-estar da comunidade é visto como uma atitude holística para com a vida, porque pensar e agir para o desenvolvimento hoje é defender a continuidade e prosperidade da vida em futuras gerações.

A relação entre paz e comunidade na Religião Africana pode ser analisada a partir das duas orações abaixo, ambas oriundas do Quênia, a primeira do povo *Wapokomo*:

*Ó Deus, dá-nos a paz, dá-nos a tranquilidade e deixa que a boa sorte venha a nós...*

*Ó Deus, dá-nos chuva; estamos na miséria e sofremos com nossos filhos e filhas.*

*Envie-nos as nuvens que trazem a chuva.*

*Nós te pedimos, ó Senhor nosso Pai, que nos envie a chuva.*

*Aquele que é doente, ó Deus; receba de ti saúde e paz, e sua aldeia e seus filhos e seu marido.*

*Deixe-a se levantar e ir trabalhar, deixe-a trabalhar na cozinha, deixe-a encontrar a paz novamente.*

E a segunda do povo Gikuyu:

*Líder:*

*Diga a paz!*

*Paz para as crianças!*

*Paz para o país!*

*Paz para os jardins!*

*Outras pessoas:*

*Ó paz!*

*Ó paz para as crianças!*

*Ó paz ao país!*

*Ó paz aos jardins!*

Nas duas orações, extraídas do livro *The Prayers of African Religion* (1995, p. 162) de John S. Mbiti, o pedido pela paz é explícito e parte de uma perspectiva de unidade não só entre os planos material e espiritual, mas também entre o ser humano e a natureza. Nesse sentido, a comunidade não é composta apenas pelos indivíduos e seus ancestrais, inclui-se nela o ambiente que os circunda e as forças espirituais que nelas se encontram – divindades são comumente atreladas à natureza na Religião Africana. É possível perceber esse sentimento comunitário em ambas as orações ao salientarmos que a paz não é pedida para si, mas para todos; a chuva como sinônimo de vida e paz, por exemplo, é uma súplica que beneficiaria toda a comunidade. Além disso, a concepção de paz que surge a partir daqui fortalece a ideia de Galtung (1964) de que

o potencial da vida humana só pode ser atingido em sociedades alicerçadas na cultura de paz, ou seja, essas orações reivindicam a um Ser Supremo que a vida seja vivida em seu potencial, com liberdade e tranquilidade para trabalhar e criar os filhos.

Entretanto, vale ressaltar que o retorno às religiões indígenas, embora possa ser considerado uma alternativa à globalização, não é livre de problemas, principalmente pela existência de religiões fundamentadas na etnicidade, logo, existem religiões que servem aos interesses de grupos étnicos específicos em detrimento de outros. Nesse trecho, realça-se a complexidade da formação de identidades na África, processo que pode ser definido em termos de etnias, religiões e/ou ideologias nacionalistas (WIJSEN, 2007).

Considerando que a cultura também serve aos interesses de grupos específicos, em contextos de insegurança a cultura permite que grupos ameaçados busquem a unificação com outros grupos que possuem vínculos identitários – quer sejam orientados pela etnia, religião, gênero ou nacionalidade. Então, parte-se de um conceito amplo de cultura definido em termos de organização da diversidade, ao invés do conceito tradicional que trata de sistemas de significados compartilhados (WIJSEN, 2007). Pensando na cultura enquanto mecanismo de segurança explorado em situações de opressão, podemos identificar traços culturais na África que incentivam a unidade como fundamentação para a paz. Dentro da Religião Africana, a busca pela unidade humana se apresenta como um caminho para a construção da paz, como pode ser observado na seguinte oração:

*Que a paz reine sobre a terra,*

*Que a taça de cabaça esteja de acordo com o vaso.*

*Que suas cabeças concordem*

*E todas as palavras más serão expulsas*

*No deserto, na floresta virgem*

Nessa oração, a concordância e a expulsão das palavras más podem ser percebidas como elementos da reconciliação entre grupos conflitantes, reivindicando que a união como forma de garantir que “a paz reine sobre a terra”. Para além da religião, outros traços culturais africanos reforçam essa perspectiva. Por exemplo, o lema *unidade é força*<sup>9</sup> tem sido uma das fundações para a coexistência pacífica entre os povos africanos. Esse lema, que é um dos pilares do socialismo *ujamaa*<sup>10</sup>, captura a essência da cooperação entre etnias. Assim como a filosofia *Ubuntu* também tem sido uma das fundações para a paz na África (WIJSEN, 2007), cuja ideia central pode ser traduzida pela máxima *eu sou humano porque nós somos humanos* ou *ser com os outros*<sup>11</sup>, que trata do reconhecimento da própria humanidade através do reconhecimento da humanidade do outro, realçando a união como necessidade inerente ao ser (NABUDERE, 2005). Um outro exemplo é a União Africana (UA), que após substituir a Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002, adotou o lema *uma África unida e forte*<sup>12</sup> para fomentar o movimento pan-africano e nutrir a noção de fortalecimento conjunto dos Estados africanos (HUNT; MORADA, 2018).

De acordo com Johan Galtung, a filosofia *Ubuntu* expressa a ideia e a prática de uma cultura de unidade dos seres humanos, sendo esse tipo de cultura uma abordagem para a paz, ao invés de uma abor-

9 Original na língua suaíli: *Umoja ni nguvu*.

10 Identificado na Tanzânia no início da década de 1960, também tem origem no suaíli. O termo está associado à ideologia política socialista africana e se refere, principalmente, aos relacionamentos comunistas em comunidades rurais, cujos princípios de igualdade, liberdade e unidade orientam as sociedades africanas para o desenvolvimento de uma rede comunitária de compartilhamento de benefícios materiais e sociais (BOESEN; MADSEN; MOODY, 1977).

11 O primeiro provérbio tem origem Zulu (no original: *umuntu ngumuntu ntabantu*), já o segundo tem origem Sotho (no original: *motho ke ntho batho*). Ao redor da África existem diferentes expressões que compartilham do mesmo sentido desses provérbios.

12 *An united and strong Africa*.

dagem tradicional de segurança. Assim, a abordagem de paz considera a transformação do conflito através de resultados igualitários e sustentáveis para todos os grupos envolvidos no conflito, enquanto a abordagem tradicional de segurança pressupõe relações assimétricas de força (WEBEL; GALTUNG, 2007).

O panorama conceitual de paz deve ser desenvolvido a partir da busca por elementos de diferentes culturas que contribuam para uma perspectiva dialógica de paz, independente de aspectos étnicos ou religiosos. Ou seja, envolve contribuições de culturas específicas para uma concepção ampla de cultura de paz (GALTUNG, 2003). Nesse caso, a partir de uma fundação filosófica consolidada, a percepção de um mundo interconectado que fortalece o sentimento de unidade africana pode ser considerada uma contribuição da Religião Africana para a cultura de paz.

Aqui, a unidade se apresenta como um importante aspecto da *paz positiva*, transcendendo a mera *paz negativa*. Por paz negativa se compreende a ausência de conflito, enquanto por paz positiva se compreende o preenchimento dessa ausência com elementos desejáveis para a sociedade, tais como justiça, harmonia, equidade (WEBEL; GALTUNG, 2007, p. 06) e, no presente caso, unidade.

Assim sendo, a unidade se caracteriza como uma contribuição teórica e prática, não só da Filosofia Africana, mas também da Religião Africana para uma compreensão de paz no continente, corroborando com o fortalecimento de um conceito amplo de cultura de paz, mesmo em um contexto de pluralidade religiosa.

## **Religião enquanto abordagem pós-colonial para a paz na África**

A busca por soluções propriamente africanas para os desafios de paz e segurança na África<sup>13</sup> parte de uma lógica de continuidade geográfica e de af-

inidade cultural e identitária – atrelada às experiências históricas compartilhadas, ênfase no colonialismo e na escravidão –, isto é, parte-se de uma lógica coletiva para a transformação da realidade africana pelos próprios africanos, em coerência com as necessidades integrais do continente e os propósitos domésticos de cada país (OKELLO; GEBREMI-CHAEEL, 2016), necessidades e aspirações que não são atendidas em modelos de resolução pré-concebidas pelo Ocidente.

Essa busca por respostas locais aos problemas locais fortalece concepções de empoderamento e emancipação, pois reconhece a capacidade dos atores situados no contexto de necessitada transformação em desenvolver estratégias para sua própria segurança e paz (RICHMOND, 2007). Além disso, a busca por soluções próprias corrobora com a crítica ao projeto de implementação da paz liberal pelo Ocidente (GOMES, 2013), rejeitando um conjunto de instituições e de modelos de resolução de conflitos que não se aplicam aos contextos sociais africanos.

Logo, a crítica ao projeto de paz liberal e ocidental, em favor de uma perspectiva de paz africana fortalece as abordagens pós-coloniais das Relações Internacionais. Para Ballestrin (2013), há duas perspectivas sobre o pós-colonialismo. A primeira remete a uma concepção temporal, posterior aos movimentos de independência, emancipação e libertação atrelados aos processos de descolonização. Enquanto a segunda remete as contribuições teóricas de estudos literários e culturais que propõe novas lógicas epistêmicas, intelectuais e políticas. Consequentemente, para além da ótica de superação de etapas históricas, a “memória coletiva” e as novas reflexões sobre o colonialismo ajudam a “modelar, sob novos matizes, a estrutura social, cultural, política, econômica e epistêmica dos arranjos societários recém-independentes” (LIMA; GERMANO, 2012, p. 201).

<sup>13</sup> *African-Centred Solution to African (AfSol)*.

Assim, o pós-colonialismo aspira em participar da criação de “verdades”, baseadas em distintos modos de significação e formas de conhecimento (ou os modos de representação) que promovem a justiça, a paz e o pluralismo político. Para este fim, ele contesta visões racionalistas, humanistas e universalistas e seus modos de significação (ou formas de dar sentido ao mundo), especialmente quando afirmam que a Europa possuía as formas mais sutis da razão, da moral e da lei. Além disso, o pós-colonialismo aplica memórias locais, artes e ciências aos assuntos de História, Literatura e Filosofia, entre outros. Terceiro, o pós-colonialismo rejeita o “essencialismo nativo”, ou a ideia de que os nativos têm características essenciais e atemporais. Essa ideia foi abusada por potências ocidentais e elites pós-coloniais com o propósito de aquisição e retenção de poder. Finalmente, o pós-colonialismo destaca a relação entre liberdade e política, particularmente nos cenários de produção de conhecimento e formulação de políticas (GROVOGUI, 2013, p. 248).

Nesse sentido, a Religião Africana se apresenta não como uma característica essencial dos povos africanos, mas sim como uma proposta original de significação e representação de seus pensamentos políticos e culturais, atendendo às suas próprias necessidades de paz, justiça e pluralidade, especialmente através da perspectiva de unidade humana.

Em contextos de insegurança e de violências, a perspectiva de paz da Religião Africana pode ser instrumentalizada para o tratamento de conflitos por meio de iniciativas de reconciliação. Nesses casos, os rituais se apresentam como um importante elemento dos processos de negociação, do estabelecimento de acordos e da formação de alianças entre grupos conflitantes. No Quênia, por exemplo, a transformação do conflito em direção a reconciliação entre os povos *Luo* e *Maasai* foi liderado por anciãos de ambas as comunidades e o pacto pela paz se deu da seguinte forma: primeiramente, os grupos foram engajados a encontrar os termos de um acordo de paz que os satisfizessem; em seguida foi marcado um dia para celebrar a aliança por meio de rituais, esses rituais envolveram

alguns atos simbólicos. O primeiro foi a derrubada das árvores<sup>14</sup> cujo veneno era utilizado para banhar as armas (flechas principalmente) e no local das árvores foram colocadas essas armas e os demais equipamentos de guerra; por conseguinte, foi realizado o sacrifício de um cachorro, simbolizando o derramamento de sangue de um inocente para a salvação de muitas outras vidas; num momento posterior, as mães em período de lactação, de ambas as etnias, amamentaram bebês do grupo outrora inimigo, referindo-se à comunhão do alimento; por fim, foram feitas orações pela preservação do pacto pela paz e maldições para aqueles que o violarem (SHENK, 1983).

Em outro caso ilustrativo, nos conflitos entre os *Zande* no Sudão, evidencia-se o papel das mulheres na construção da paz e da maldição formal como punição para a guerra. Nesse contexto, as mulheres mais velhas se colocam entre os guerreiros e dialogavam para que o conflito fosse resolvido de outra forma; se não funcionar, elas ficam nuas e/ou de joelhos como gesto amaldiçoador; os guerreiros geralmente se contem após essa abordagem, devido ao profundo respeito por essas mulheres (NWOYE, s.d.); entretanto, se mesmo assim não funcionar, elas se rastejam até eles dizendo:

*Nós somos suas mães  
Nós não queremos guerra,  
Nós não queremos derramamento de sangue.  
Não brigue com seus irmãos.  
Eles nos enviaram para pedir a paz.*

A performance ritualística e a busca por acordos por meio de pactos fundamentados no respeito à ancestralidade e ao plano espiritual realçam a influência da perspectiva de paz da Religião Africana sobre os arranjos societários locais e apesar da crítica dos estudos pós-coloniais ao universalismo – atrelado ao projeto liberal de imposição de instituições ocidentais, como a Declaração Universal de Direitos

<sup>14</sup> Essas árvores ficavam na fronteira que divide a comunidade e onde eram travadas as batalhas.

Humanos –, o pensamento filosófico e religioso na África almeja, de certa forma, um *universalismo concreto*. A partir desse ponto de vista, o universalismo concreto não se refere à homogeneização da natureza humana, mas parte do particularismo cultural<sup>15</sup> para fomentar a inclusão e aceitação das diversas experiências históricas através do diálogo. Portanto, identifica-se um modelo de relacionamento inter-religioso no continente africano, baseado na lógica da “unidade na diversidade” (WIJSEN, 2007, p. 148).

Então, a partir dos estudos pós-coloniais, evidencia-se um quadro desenvolvimentista para a África, baseado em valores e instituições africanas, como a noção de unidade presente nos sistemas de pensamento religiosos do continente, logo, “as comunidades religiosas servem como um fator unificador e como veículo para o desenvolvimento social, econômico e político no continente africano, que sofreu uma fragmentação aguda como resultado da colonização, globalização econômica e aprofundamento da pauperização” (TSELE, 2001, p. 215 *apud* AGBIJI; SWART, 2015, p. 12).

## Considerações finais

A Religião Tradicional Africana, embora tratada como categoria generalizante na qual se encaixam diversas correntes religiosas tradicionais da África, não marginaliza a pluralidade religiosa do continente, mas busca agrupá-las através da identificação de características comuns, como a crença em um Ser Supremo, a força da ancestralidade e, principalmente, a perspectiva de unidade que permeia e integra os planos material e espiritual (faces de uma mesma realidade).

Para além da crença numa realidade integrada (que entrelaça os planos espiritual e material, bem como o ser humano e a natureza), a força dos valores

e das práticas religiosas tradicionais podem ser instrumentalizados em diferentes etapas do processo de construção da paz: da negociação ao acordo, do acordo à aliança – quando a reconciliação deve ser promovida com base numa lógica de coexistência pacífica e, mais profundamente, de respeito recíproco e contínuo.

A religião, portanto, faz parte da vida cotidiana dos povos africanos, considerado um aspecto recorrente e fundamental na escalada de diversos conflitos ou no desenvolvimento de arranjos pacíficos no continente. Como abordado na primeira seção deste trabalho, a configuração religiosa de preponderância islâmica e cristã no continente foi muitas vezes resultado de incursões violentas e de processos de imposição de sistemas de pensamentos e conversão forçada da população local à religião do invasor/colonizador, como é o caso da associação entre as missões cristãs de evangelização do povo africano e o Império Português a partir do século XV (NGULU, 2016). De toda forma, as crenças e práticas religiosas indígenas sobrevivem e se renovam através de seus fiéis, do sincretismo e do fortalecimento do movimento de *deconversão*.

Frente aos contextos históricos fortemente marcados por conflitos e violências em todo o continente africano, faz-se mister buscar alternativas para o pensamento e prática da paz. Nesse sentido, vale reiterar que a religião não é necessariamente violenta ou conflituosa, ela pode ser uma potente ferramenta de promoção da cultura de paz, como no caso da Religião Africana, que revela uma concepção de unidade na diversidade que sustenta (e é sustentada por) um sistema filosófico propriamente africano e que possibilita não só a coexistência pacífica entre os povos, mas também a consolidação de uma base sólida de relacionamentos, cujo ódio é substituído pelo reconhecimento mútuo da humanidade.

Assim sendo, o resgate e fortalecimento da Religião Africana se apresenta como uma proposta pós-colonial para a paz na África, em contrapartida

<sup>15</sup> Ou relativismo cultural.

às perspectivas de paz impostas pelo Ocidente que desconsideram as particularidades culturais de cada país ou grupo religioso indígena. Logo, a perspectiva de unidade na diversidade, presente na Filosofia e Religião Africana, corrobora com a tentativa de transformar suas estruturas políticas, econômicas e sociais, fundamentando-as numa lógica de paz propriamente africana.

## Referências

- ADEYEMI-SUENU, Adebawale. Human security in Africa: issues and problems. **International Letters of Social and Humanistic Sciences**, v. 24, p. 89-93, 2014.
- AGBIJI, Obaji M.; SWART, Ignatius. Religion and Social Transformation in Africa: A Critical and Appreciative Perspective. **Scriptura**, v. 114, p. 1-20, mai. 2015.
- ASANTE, Molefi Kete; MAZAMA, Ama. **Encyclopedia of African Religion**. Los Angeles: SAGE, 2009.
- AWUAH-NYAMEKYE, Samuel. Religion and Development: African Traditional Religion's Perspective. **Religious Studies and Theology**, v. 31, n. 1, p. 75-90, nov. 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, mai./ago. 2013
- BEYERS, Jaco. What's Religion? An African Understanding. **HTS Theologese Studies/Theological Studies**, v. 66, n. 1, p. 01-08, jan. 2010.
- BOESEN, Jannik; MADSEN, Birgit S.; MOODY, Tony. **Ujamaa – Socialism from above**. Copenhagen: Scandinavian Institute of African Studies/Uppsala, 1977.
- CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. Fenômeno religioso e as Relações Internacionais: Perspectivas analíticas e as novas agendas de pesquisa no Brasil. In: CHAVES, Daniel; WINAND, Erica; PINHEIRO, Lucas (org.). **Perspectivas e debates em segurança, defesa e Relações Internacionais**. Macapá: EdUNIFAP; Rio de Janeiro: Autografia, 2015.
- GALTUNG, Johan. **O que é uma Cultura de Paz e quais os obstáculos que nos separam dela?** São Pedro: Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, 2003. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/O%20que%20%C3%A9%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20Galtung.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- GALTUNG, Johan. An Editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, p. 1-4, mar. 1964.
- GOMES, Aureo de Toledo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 46-76, jul./dez. 2013
- GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 247-265.
- HAYNES, Jeffrey. **An introduction to International Relations and Religion**. Abingdon: Routledge, 2013.
- HUNT, Charles T.; MORADA, Noel M.. **Regionalism and Human Protection: Reflections from Southeast Asia and Africa**. Leiden/Boston: Brill-Nijhoff, 2018.
- LEDERACH, John Paul. Conflict Transformation, In: BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi. (ed.). **Beyond Intractability**. Boulder: Conflict Information Consortium/University of Colorado, 2003. Disponível em: <http://www.beyondintractability.org/essay/transformation>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- LEVTZION, Nehemia; POUWELS, Randall L. Introduction: Patterns of Islamization and Varieties of Religious Experience among Muslims of Africa. In: LEVTZION, Nehemia; POUWELS, Randall L. **The History of Islam in Africa**. Ohio: Ohio University Press, 2000, p. 01-18.
- LIMA, José Gllauco Smith Avelino de; GERMANO, José Willington. O Pós-Colonialismo e a Pedagogia de Paulo Freire. **Inter-Legere**, n. 11, p. 198-227, jul./dez. 2012
- LUGIRA, Aloysius Muzzanganda. **World Religions: African Traditional Religion**. 3. ed. Nova Iorque: Chelsea House, 2009.
- MBITI, John S. **The Prayers of African Religion**. SPCK: London/Orbis Books: New York, 1975.
- MØLLER, Bjørn. **Religion and conflict in Africa - with a special focus on East Africa**. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2006.
- NABUDERE, Dani W. **Ubuntu Philosophy: Memory and Reconciliation**. Texas Scholar Works, 2005. Disponível em: [repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4521/3621.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4521/3621.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 mar. 2019.
- NGULU, Joseph Mpala. Is Christianity in Africa a fruit of colonialism? **Human Dignity Journal**, v. 63, n. 10, p. 95-110, 2016
- NWOYE, Miriam Agatha Chinwe. Role of Women in Peace Building and Conflicts in African Traditional Societies: A Selective Review. **Afrika World**, s.d.. Disponível em: [afrikaworld.net/afrel/chinwenwoye.htm](http://afrikaworld.net/afrel/chinwenwoye.htm). Acesso em 22 out. 2019.
- OKELLO, Sunday; GEBREMICHAEL, Mesfin. **African-Centred Solutions: Building Peace and Security in Africa**. Adis Ababa: Institute for Peace and Security Studies/Addis Ababa University, 2016.
- OMER, Atalia. Religious Peacebuilding: The Exotic, the Good, and the Theatrical. In: OMER, Atalia; APPLEBY, Scott; LITTLE, David (ed) **The Oxford Handbook of Religion, Conflict, and Peacebuilding**. Oxford/ Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

PEW RESEARCH CENTER. **Tolerance and Tension: Islam and Christianity in Sub-Saharan Africa.** Washington D.C.: Pew Forum on Religion & Public Life, 2010.

RICHMOND, Oliver. Emancipatory forms of human security and liberal peacebuilding. **International Journal**, v. 62, n. 3, p. 458-477, summer 2007

SAKUBA, Xolani. 'Fundamentalism in African Traditional Religion': A reflection on some points for consideration. **Scriptura**, v. 99, p. 388-403, 2008

SANTOS, Luíz I. V. G. **A arquitetura de paz e segurança africana.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SHENK, David W. **Peace and Reconciliation in Africa.** Nairobi: Uzima Press, 1983.

SHORTER, Aylward. **Prayer in the Religious Traditions of Africa.** New York: Oxford University Press, 1975.

SILVESTRI, Sara; MAYALL, James. **The role of religion in conflict and peacebuilding.** Londres: The British Academy, 2015.

WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan. **A Handbook of Peace and Conflict Studies.** London: New York, Routledge, 2007.

WIJSEN, Frans. **Seeds of Conflict in a Haven of Peace: From Religious Studies to Interreligious Studies in Africa.** Amsterdam/ Nova Iorque: Rodopi, 2007.

# Política externa e participação social: Trajetórias e perspectivas<sup>1</sup>

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha<sup>2</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p64

*Recebido em: 30 de maio de 2019  
Aceito em: 09 de setembro de 2019*

Escrito entre 2013 e 2015 e publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2017, o livro “Política externa e participação social” se trata de uma tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco escrita por Vanessa Dolce de Faria. Inspirada pelas reflexões iniciadas por Gelson Fonseca Júnior, a autora dá continuidade à necessária [porém escassa] discussão sobre avanços e retrocessos na abertura do Itamaraty com múltiplos setores da sociedade civil.

Na introdução, a autora revê processos históricos, define conceitos e situa a Política Externa Brasileira (PEB). O objetivo é lembrar aos seus leitores que os padrões de inclusão política da sociedade devem estar sempre alinhados com o emolduramento jurídico estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Nela, a cidadania se expressa, dentre outras formas, através da garantia de direitos, como os de publicização, transparência, participação e da maior possibilidade dos órgãos da administração pública serem pressionados, dentre os quais, o Itamaraty.

Entretanto, antes de iniciar debates específicos sobre a experiência do Ministério de Relações Exteriores (MRE), Vanessa Faria trata da formação histórica da atual sociedade civil brasileira. No espaço dedicado ao primeiro capítulo, ela demonstra como essa sociedade foi se formando em contraposição ao regime militar. Em sua opinião, movimentos sindicais, comunidades de bairros e o associativismo foram se configurando como importantes meios de consolidação democrática.

Como resultado, a obra destaca algumas iniciativas abertas ao cidadão e que são frutos das demandas por inclusão participativa, tais quais: as emendas populares na Assembleia Constituinte, o Orçamento Participativo, os Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, os Planos Plurianuais Participativos, a Comissão Legislativa Participativa, o portal e-Cidadania, as criações da Controladoria-Geral da União e do Portal da Transparência, a aprovação da Lei de Acesso à Informação.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

2 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (Bolsista CNPq). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe. Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: Análise de Política Externa, Política Externa Brasileira e Métodos em Relações Internacionais. Recife/Brasil. ORCID: 0000-0002-9978-5703

Tendo fornecido essa macrovisão, a autora parte para o cerne da obra com o segundo capítulo. O objetivo primário é demonstrar a adaptação interna do Itamaraty diante das demandas e dos constrangimentos sociais. Nesse sentido, é válido ressaltar que a burocracia não foi meramente reativa, já que, em certas ocasiões, agiu com proatividade. Desse modo, a partir dos anos 1990, debates sobre a ALCA, preparações para as conferências do chamado “Ciclo Social da ONU”, a realização da Rio-92 e o avançar das conversações entre Mercosul e União Europeia aumentaram a porosidade do MRE para com setores da sociedade civil.

Dentre as principais iniciativas do Ministério em prol do diálogo, pode-se citar: as Conferências sobre Política Externa, as Conferências sobre Relações Exteriores, os Diálogos sobre a Política Externa, as Conferências Brasileiros no Mundo, os Conselhos de Representantes Brasileiros no Exterior, a Ouvidoria Consular, a ampla divulgação das atividades do Itamaraty em redes sociais e as obras em parceria com acadêmicos publicadas pela FUNAG.

Apesar de tantos exemplos, a autora está ciente das muitas zonas que são refratárias à participação social. Com efeito, em sua tese de doutorado, Figueira (2009) já demonstrava que o grau de abertura do processo decisório em PEB tende a ser mais fechado conforme o tema ganha importância em níveis hierárquicos superiores. Por fim, Vanessa Dolce de Faria conclui que os padrões de participação do MRE ainda é calcado por baixo grau de institucionalização, pouca formalização, várias consultas *ad hoc* e coexistência de zonas mais e menos abertas.

No terceiro capítulo, a autora discute o bem-sucedido exemplo do Programa Mercosul Social e Participativo (PMSP) que foi adotado a partir de 2008. Primeiro, ela comenta que grande parte dos avanços em prol da participação no Mercosul ocorreu durante as Presidências Pro-tempore do Brasil, como: a institucionalização das Cúpulas Sociais, a

adoção do Plano de Ação do Estatuto da Cidadania, do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL, da nova Declaração Sociolaboral e o estabelecimento de Unidade de Apoio à Participação Social.

No caso do PMSP, ele gradualmente se estabeleceu como espaço permanente de prestação de contas e participação social. Ademais, por deter recursos orçamentários da Secretaria-Geral da Presidência da República e do MRE, quando da realização de palestras e seminários, o PMSP consegue financiar passagens e diárias de representantes da sociedade civil. Para a autora, isso é assaz relevante, já que a falta de recursos financeiros por parte dos civis interessados ainda se configura como um dos principais desafios da participação representativa da sociedade brasileira. Assim, o PMSP inova ao construir um diálogo em busca de confiança recíproca, aprendizado contínuo e reconhecimento mútuo.

No quarto capítulo, o tema é a constituição de um mecanismo de diálogo permanente. Aqui, a autora realiza um estudo comparando as diversas formas de institucionalização ao redor do mundo. São citadas experiências nacionais (nomeadamente, o Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX) e internacionais (com estudos de casos sobre Itália, França, África do Sul, Holanda, Alemanha, Argentina e Uruguai).

Nessa parte do livro, a autora aproveita para tecer comentários a respeito da formação de um espaço permanente e que atenderia a demanda de se formar um Conselho Nacional de Política Externa. Para Vanessa Faria, as regras do órgão deverão ser estabelecidas pelo Executivo, a institucionalização não pode significar engessamento, a natureza desse mecanismo deverá ser consultiva e não decisória e a necessidade de transparência deve vir acompanhada de prudência em relação à segurança estatal.

Em capítulo conclusivo, a obra retoma boa parte das discussões realizadas e cristaliza propostas realizadas pela autora. Além disso, chama atenção

para a importância da amplamente prometida [mas ainda não cumprida] publicação do Livro Branco da Política Externa Brasileira e da necessidade de agir como mais vontade política em torno da criação do Conselho Nacional de Política Externa. Fica claro que o Itamaraty consegue avançar, mas que ainda há muito a ser feito. Portanto, a demanda da sociedade civil é essencial. É preciso que estejamos atentos à formulação e à implementação da PEB, que as prestações de contas sejam feitas e acompanhadas e que a demanda por abertura institucional seja ampliada.

## REFERÊNCIAS

FARIA, Vanessa Dolce. **Política externa e participação social:** trajetórias e perspectivas. Brasília: FUNAG, 2017. 281 p.

FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. **Processo decisório em política externa no Brasil.** 251 f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-01122009-122258/pt-br.php>>. Acesso em: 09 set. 2019.